

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**VERA LUCIA SANTA CLARA**

**ENUNCIÇÃO PROVERBIAL:  
A INSCRIÇÃO DE SUBJETIVIDADE E SUAS RELAÇÕES  
NA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS**

Vitória  
2012

**VERA LUCIA SANTA CLARA**

**ENUNCIÇÃO PROVERBIAL:  
A INSCRIÇÃO DE SUBJETIVIDADE E SUAS RELAÇÕES  
NA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Micheline Mattedi Tomazi.

Vitória

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S231e Santa Clara, Vera Lucia, 1953-  
Enunciação proverbial: a inscrição de subjetividade e suas  
relações na constituição dos sentidos / Vera Lucia Santa Clara. -  
2012.  
143 f.

Orientadora: Micheline Mattedi Tomazi.  
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e  
Naturais.

1. Provérbios. 2. Linguística. 3. Subjetividade. I. Tomazi,  
Micheline Mattedi. II. Universidade Federal do Espírito Santo.  
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

---

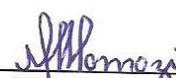
# Vera Lucia Santa Clara

## **“Enunciação proverbial: a inscrição de subjetividade e suas relações na construção dos sentidos”**

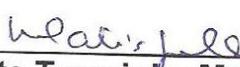
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Aprovada em 20 de setembro de 2012.

Comissão Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Dr.ª. Micheline Mattedi Tomazi (UFES)**  
Orientadora, Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento (PUCSP)**  
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Dr.ª. Adrete Terezinha Matias Grenfell (UFES)**  
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, primeiramente, por tudo que tem proporcionado em minha vida, dando-me forças para superar os momentos difíceis;

À Professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi, pelo carinho e apoio com que me acolheu, no momento em que mais precisei;

Ao Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento, pelas palavras de ânimo;

Aos meus amigos de trabalho, especialmente a Ângela, pelo estímulo e incentivo nessa caminhada, e

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho.

A palavra pronunciada se envergonha de si mesma à luz única do sentido que precisaria enunciar (se, além desse sentido contraposto, não há nada de valor). Enquanto a palavra não havia sido pronunciada, era possível acreditar e esperar - pois se tinha pela frente essa plenitude forçada do sentido - mas eis que foi pronunciada, eis tudo aqui em sua concretude obstinado-existencial, tudo, e nada mais!

Mikhail Bakhtin

## RESUMO

Tendo como foco a enunciação proverbial como estratégia de produção de subjetividades, buscam-se evidenciar os movimentos articulatórios, que se estabelecem na e pela intertextualidade proverbial apontando, nessa articulação, uma estratégia em que o sujeito se faz revelar, contrariando a tese de que não há subjetividade no provérbio. A evidência da presença de subjetividade na enunciação do provérbio pode ser notada nas práticas cotidianas de linguagem, principalmente nas interlocuções da fala espontânea. A importância das expressões proverbiais como produtoras de interação, em qualquer situação de uso, é um fato sobre o qual não cabem questionamentos, dada a funcionalidade enunciativa, que caracteriza essas formas concisas de expressão. A possibilidade de composição de imagem ao enunciador também é um elemento que se pode atribuir ao seu uso, pelo *status* de sabedoria popular e de sua forma “poética” e familiar. Essa estratégia é observada com propriedade em textos narrativos pela caracterização de uma estrutura que permite trabalhar melhor os diálogos estabelecidos pela inserção da voz proverbial, configurando uma compatibilidade natural de ambiência, que dispensa o emprego de formas canônicas de indicação de alteridade. Esse processo de articulação produz movimentos no interior da enunciação, repercutindo na dinâmica do texto. A análise do texto mostrou um quadro de ocorrências proverbiais pouco comuns em outras situações enunciativas, reforçando a tese da compatibilidade e cumplicidade entre interlocutores, como premissa para o seu emprego. As teorias que dão suporte à investigação são provenientes da Teoria da Enunciação e estão amparadas nos conceitos de subjetividade enunciativa proposto por Benveniste com diálogo com conceito de interação dialógica postulados por Bakhtin.

Palavras-chave: provérbios, linguística, subjetividade.

## ABSTRACT

Having as focus the proverbial enunciation as a strategy of production of subjectivities we aim at highlighting the articulatory movements that establish onto and through proverbial intertextuality by pointing out, in this articulation, to a strategy where the subject is revealed in opposition to the thesis that there is no subjectivity in a proverb. The evidence of the subjectivity presence in a proverb enunciation can be seen in the everyday practice of language, especially in spontaneous speech interlocution. The importance of proverbial expressions as interaction producers, in any situation of use, is a fact over which there should be no questioning, given the enunciative functionality that characterizes these concise forms of expression. The possibility of image composition to the enunciator is also another element that one can attribute to its use, for the popular wisdom status and its “poetic” and familiar form. This strategy is observed with propriety in narrative texts for a structure characterization that allows better work on established dialogs inserted by proverbial voice, setting an ambiance natural compatibility that exempts alterity indication canonical forms. This articulation process produces inner enunciation movements that reflect on the text dynamics. The text analysis showed a picture of uncommon proverbial occurrences in other enunciative situations, reinforcing the compatibility and complicity thesis among interlocutors as a premise for its use. The supporting theories to this investigation derive from the Theory of Enunciation and are backed by the concepts of enunciative subjectivity proposed by Benveniste in dialog with concept of dialogic interaction and polyphony postulated by Bakhtin.

Key words: proverbs, linguistics, subjectivity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>O PERCURSO DOS ESTUDOS PROVERBIAIS</b> .....	13
1.1 NO CAMPO HISTÓRICO-SOCIAL .....	14
1.2 NO CAMPO LEXICOGRÁFICO .....	18
1.3 NO CAMPO ENUNCIATIVO .....	25
1.4 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE PROVÉRPIO .....	30
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>CONCEPÇÕES TEÓRICAS: AS PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS</b> .....	32
2.1 A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO.....	33
2.2 A ENUNCIÇÃO BENVENISTIANA E O DIALOGISMO BAKHTINIANO .....	36
2.3 ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE E BAKHTIN .....	40
2.4 A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM .....	44
2.5 O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO .....	46
2.6 A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA E A POLIFONIA PROVERBIAL .....	50
2.7 A ALTERIDADE E A AUTORIDADE PROVERBIAL.....	53
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	56
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO.....	56
3.2 SOBRE A OBRA.....	61
3.3 ESCOLHA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO .....	62
3.4 MÉTODO DE ANÁLISE .....	63
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE .....	64
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>A ENUNCIÇÃO PROVERBIAL EM A FAMA E A CAMA</b> .....	66
<b>PALAVRAS FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115
<b>ANEXO - CONTO A FAMA E A CAMA</b> .....	119
<b>APÊNDICE - RELAÇÃO DE PROVÉRBIOS</b> .....	138

## INTRODUÇÃO

Falar sobre a importância dos dizeres proverbiais parece redundância, quando se observa o quanto a linguagem encontra-se impregnada dessas formas de expressão. Isso porque o estatuto de sabedoria, que lhe confere a cultura popular, faz desses dizeres recursos linguísticos, que permitem ao sujeito exteriorizar a linguagem, revelando, assim, modos de pensar construídos nas e pelas experiências e vivências humanas. Do ponto de vista linguístico, a propriedade proverbial configura-se pela possibilidade de um dizer de outra fonte que é inserida na instância de enunciação, para apoiar a fala do locutor de tal maneira que ele possa se expressar sem se comprometer com essa fala, principalmente nas interações face a face.

Embora sua função primeira seja atrair a adesão ao enunciador, pela evocação de outra voz familiar, não se ignora que, em algumas situações de interação verbal, são essas formas prontas de enunciados de que dispõe o sujeito para exteriorizar a sua fala, para a realização de seu projeto enunciativo. É essa possibilidade de elaboração de seu discurso, aliada à sedução poética de sua composição linguística, que parece motivar os seus diversos usos na produção enunciativa. Observando como os provérbios são abordados nos estudos linguísticos, como o discurso do outro, um enunciado pronto, buscou-se mostrar a presença de enunciação no e pelo provérbio como a forma de manifestação e de construção de subjetividade.

A escolha desse tema foi motivada pelas lembranças familiares das conversas, das histórias contadas e permeadas por expressões populares, e do convívio saudoso com mestres apreciadores dessas formas de expressão. Decidido o tema, restava o desafio de organizar uma amostra que permitisse identificar a constituição de subjetividades que o provérbio evoca e que, ao mesmo tempo, possibilitasse um olhar diferenciado do lugar-comum dos estudos até então empreendidos, voltados à análise dos efeitos argumentativos do provérbio.

Isto posto, apesar de se considerar pertinente uma abordagem sobre os seus aspectos estruturais, o foco deste estudo estará voltado para as questões referentes à funcionalidade desses enunciados, no estabelecimento das

relações de intertextualidade, a partir das quais se verificam as suas múltiplas relações na constituição de sentidos no texto.

Para tanto, buscam-se as estratégias de inserção do provérbio, observando como essa inserção é estabelecida em consonância com a promoção de uma dinâmica enunciativa peculiar, pondo em evidência uma cumplicidade que dilui os limites que separam as vozes proverbiais das demais vozes da enunciação. A partir dessas estratégias, evidenciar-se-ão os movimentos dialógicos que se estabelecem nos e pelos encadeamentos proverbiais no interior da enunciação, no contraste que se dá entre a voz do sujeito-enunciador e as vozes proverbiais.

Para a abordagem da enunciação proverbial, buscam-se conceitos de linguagem como o produto de interlocução, que não pode ser concebida fora dos processos de interação dialógica e enquanto atividade de sujeitos que se estabelecem a partir das e nas relações construídas na enunciação. Busca-se, para tanto, integrar conceitos que permitam compreender a enunciação como a atividade dos sujeitos falantes inseridos em um contexto de enunciação. Parte-se, assim, de uma base teórica de concepção sociointeracionista da linguagem, segundo postulados de Bakhtin (2003, 2004)<sup>1</sup>, entendendo a necessidade de diálogo com concepções enunciativas para a compreensão de questões relativas à inscrição dos sujeitos na enunciação, com Benveniste (1976, 1989), que oferece uma sistematização ao articular a língua aos seus usos, a partir de categorias presentes no código. Segundo esse entendimento, o uso da linguagem configura-se como um acontecimento enunciativo produzido por sujeitos socialmente organizados, no espaço (aqui) e no tempo (agora). As marcas de subjetividade, que dizem respeito à inscrição daquele que fala na sua própria fala, serão abordadas a partir do conceito de subjetividade da língua, em Benveniste (1989). Definido o aparato teórico para orientação dos conceitos com os quais se passa a trabalhar, julga-se necessário a caracterização da amostra objeto da análise pretendida.

Como mencionado, o desafio inicial envolveu a definição do *corpus* que melhor atendesse aos objetivos da pesquisa. Isso porque a questão proposta para investigação teria maior êxito se observada em um texto com

---

<sup>1</sup> As primeiras edições datam de 1929-1930.

características que pudessem apontar o uso proverbial como forma de inscrição de subjetividade. Definiu-se, então, pela adoção de uma narrativa popular e decidiu-se pelo conto **A fama e a cama**, de José Augusto Carvalho, obra que se adequava à proposta de estudos, por apresentar um amplo repertório proverbial em sua elaboração, partindo-se para as seguintes hipóteses:

- Provérbios podem constituir enunciações, quando em interação com outros enunciados e provérbios;
- A alteridade proverbial é identificada pela alteração dos registros de fala, evidenciando que o sujeito adota a voz proverbial para construir a sua própria fala, como forma de apagamento de sua voz na enunciação.

Para comprovar essas hipóteses, organizam-se quatro etapas de trabalho. Inicialmente buscam-se considerações sobre os provérbios populares, recorrendo-se a autores e a trabalhos que contribuíram para esses estudos, nos âmbitos histórico-social, lexicográfico e enunciativo.

Em seguida, no capítulo dois, apresenta-se o quadro teórico, abordando pressupostos da Linguística da Enunciação, com ênfase na questão da subjetividade, da polifonia e da heterogeneidade enunciativa.

No terceiro capítulo, busca-se configurar o quadro metodológico e questões voltadas à caracterização do texto, como forma de relacionar uma possível excelência do enunciado proverbial como facilitador do movimento, da dramaticidade, assim como elemento de composição da subjetividade e de produção de efeitos de sentido.

A análise das relações resultantes da inserção proverbial será tema do quarto capítulo, em que se objetiva apontar como esse uso é empregado pelo sujeito para construir e qualificar a sua própria fala. Procurar-se-á mostrar, pela análise, o provérbio como estratégia buscada pelo sujeito para produção de efeitos de sentido, a partir das mediações construídas nas relações estabelecidas na interação, prevalecendo-se da imparcialidade proverbial.

Finalmente, conclui-se comprovando a hipótese de que a inserção do provérbio produz movimentos no interior da enunciação, que o reatualizam e constroem novas e múltiplas possibilidades de sentidos. Considerar que o emprego do provérbio produz enunciação é admitir também a presença de subjetividade, principalmente nas situações de interação face a face, visto que o interlocutor compreende essa fala como a fala de seu parceiro na interlocução, embora não se sinta na obrigação de manifestar essa compreensão. É possível, assim, perceber as vozes dos sujeitos que, por meio da impessoalidade da linguagem proverbial, acabam se revelando nessa mesma linguagem, que é o próprio lugar de constituição do sujeito.

## CAPÍTULO I

### O PERCURSO DOS ESTUDOS PROVERBIAIS

Consolidado como uma forma de expressão nas relações de interação verbal, seja na linguagem oral, seja na linguagem escrita, provérbios e ditados têm suscitado os mais diversos interesses de estudo. Esse fato se confirma ao observar a amplitude de abordagens sobre a temática, nas suas mais diversas perspectivas, como observa Rocha (1995). Enquanto formas de produção e de reprodução de normas, valores e princípios validados como “a voz da sabedoria popular” (MAINGUENEAU, 2008, p. 96), provérbios apresentam um fecundo campo de investigações, a exemplo dos estudos que consideram aspectos como a sua constituição frasal, os pontos de vista sintático e semântico, e a sua operacionalidade funcional em situação de uso efetivo da linguagem, principalmente, na atividade argumentativa.

É possível abalizar o interesse sobre esse “objeto curioso soletrado em todos os tons”, na observação de Patrick Dahlet (ROCHA, 1995, p.7), pelo número de trabalhos que buscam compreender o fascínio que provérbios e ditados exercem, através dos séculos e em tantas e diversificadas culturas, como relatam, entre outros, Lacerda et al. (1999) e Steinberg (2002).

Assim, reveste-se de particular importância uma incursão no universo que envolve a trajetória dos provérbios e dos ditados, enquanto forma de expressão codificada e validada como “a voz do povo”, produtos e produtores de sentidos que se constroem nas relações de interação entre uma exterioridade subjetiva e um sujeito em enunciação. Para tanto, registra-se o percurso dos provérbios na história, nos estudos do léxico e no âmbito enunciativo. Finalmente, cabe ressaltar que, ao abordar essas trajetórias, busca-se compreender porque essas formas de expressão popular, tão familiares nas práticas de linguagem, resistem à temporalização e se revitalizam a cada novo emprego, deixando suas marcas nas mais variadas situações de enunciação. Esse é o objetivo deste capítulo, cujos tópicos são a seguir apresentados.

## 1.1 NO CAMPO HISTÓRICO-SOCIAL

Compreender a história da humanidade implica reconhecer a linguagem como condição de existência humana. Segundo Benveniste (1976, p.285), a linguagem está na natureza do homem, pois é “um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem“. Então, não há como isolar o homem de seu contexto histórico, uma vez que é na e pela linguagem que ele se manifesta enquanto produto e produtor de ideologias (BRANDÃO, 2004, p. 11). Se toda palavra comporta um caráter ideológico, ao incorporar em seu fazer enunciativo os enunciados proverbiais, aquele que o emprega o faz como forma de manifestar valores e comportamentos sociais resultantes das experiências compartilhadas no seu cotidiano. Compreender a relação do homem com os dizeres populares é uma forma de conhecer a sua história, a ideologia que subjaz às relações de interação dialógica, condição de linguagem entre os homens, como afirma Benveniste (1976).

Atenta-se para a importância dos provérbios e dos ditados, no contexto histórico-social, observando como eles estão impregnados na cultura de um grande número de línguas, enquanto visões estereotipadas de mundo, condensadas em fórmulas cristalizadas, como fontes autorizadas do dizer (MAINGUENEAU, 2008, p. 94). A eficácia da autoridade proverbial atribui-se ao desconhecimento de sua origem e de sua autoria. Essa prática milenar, de tradição oral, como observa Lacerda et al. (1999), antecede a escrita, encontrando-se registros de provérbios egípcios anteriores a 2500 a.C., o que confirma a intrínseca relação da prática proverbial com a história dos povos.

Objetivando apontar a origem dos provérbios, os estudos de natureza sociológica e antropológica legaram valiosas contribuições a respeito de seu aparecimento e de sua trajetória na história humana. Entre outros que se dedicaram a essa investigação destaca-se Obelkevich (1997), que apresenta um estudo da relação do provérbio nos processos de desenvolvimento das sociedades, mencionando o apogeu e o declínio do uso proverbial pelas classes instruídas da Inglaterra, entre os séculos XVI e XIX. O autor relata que os provérbios eram valorizados como elementos de retórica e de oratória e

considerados como parte do capital cultural, na Inglaterra do século XVI. Ainda segundo Obelkevich, os provérbios forneciam um dos ingredientes da eloquência àqueles que pretendiam se dedicar à oratória. Entre os anos de 1600 e 1800, registra-se o declínio dessa prática, devido ao aumento na demanda por originalidade na linguagem. Apesar desse declínio, o conhecimento e o emprego de provérbios ainda são considerados como índice de saber cultural, de garantia de “boas falas”. Isso explicaria, por exemplo, a razão de os provérbios exercerem particular efeito de sedução nos processos de persuasão, enquanto representatividade de um consenso coletivo, como observa Lopes (2006).

Embora se encontrem abordagens esclarecedoras da ligação dos provérbios com a história social dos povos, esses estudos, em geral, privilegiam as relações entre o dizer proverbial e a sua significação, como é o caso de Lacerda et al.(1999), entre outros que, além de compilar e relacionar significados proverbiais, ainda estabelecem equivalências de sentido com outras culturas.

Quanto à datação dos provérbios, dados sobre sua longevidade e sua universalidade podem ser encontrados em Alvarez (2008) que relata o destaque dado a esses recursos expressivos na Índia, compilados na obra *Pancha-tantra*, de 250-300 d.C, estendendo sua influência à Europa e África, e na Itália, com a obra *La Fiaba delle Fiabe*, do ano de 1575. Segundo a autora, essas obras contribuíram para a disseminação dos provérbios, como tentativa de justificar uma primazia politicoideológica, um discurso de dominação. De fato, ainda hoje se observam resquícios dessa prática em provérbios como, por exemplo, “A César o que é de César”; “Quem com ferro fere, com ferro será ferido”; “O trabalho enobrece o homem”, entre outras, que refletem modos de pensar cuja ideologia não se aplica na atualidade. No entanto, esses valores e modos de representação, pelo caráter impessoal e atemporal do provérbio, validam-se como reprodutores de estereótipos, como forma de transmissão de valores morais e de concepção sobre o mundo (LACERDA, et al. 1999).

Com efeito, o valor pragmático do provérbio, como “asserção sobre a maneira como funcionam as coisas, sobre como funciona o mundo”, no dizer de Mainueneau (2004, p. 171), e o seu caráter imemorial é o que caracterizam a sua funcionalidade nas práticas de linguagem, nos mais diversos gêneros de discursos. No discurso religioso, os livros bíblicos evidenciam a funcionalidade

proverbiais como palavras de sabedoria, código de normas e condutas, como se pode encontrar, especialmente, no livro de Provérbios de Salomão (BÍBLIA, 1969, p. 650), ao qual se pode atribuir uma influência direta em expressões proverbiais recorrentes na linguagem coloquial. É o caso dos versos “Educa a criança no caminho em que deve andar; e até quando envelhecer dele não se desviará”, cuja equivalência pode ser estabelecida com o provérbio “É de pequenino que se torce o pepino”, e em “O que cuida da figueira comerá do seu fruto” (Provérbios, cap. 27, vers.18), ao qual se pode relacionar “Quem planta colhe”. De fato, enquanto frase concisa que visa a aconselhar, educar, edificar, exortar (HOUAISS, 2009, p. 1568), o provérbio tem seu emprego amplamente comprovado, principalmente na literatura religiosa.

É fato que outras formas de expressão também são portadoras de ideologias como as “frases célebres” ou aforismos. O limite entre provérbios e aforismos, em alguns casos, nem sempre é perceptível. Grosso modo, poderia creditar-se a origem de provérbios a aforismos, considerando que o uso reiterado de uma frase célebre, por um processo de empatia aos autores ou concordância com os valores nela contidos, têm seu uso expandido e conquistam assim, como destaca Maingueneau (2002), *status* necessário à sua promoção para a categoria de provérbios e de ditos populares. Segundo Steinberg (2002, p.10), “no caso dos provérbios literários, muitas vezes é difícil dizer se o autor criou o provérbio, que passou para o domínio popular, ou se apenas o popularizou, isto é, tomou uma forma já empregada pelo povo”.

Excetuando-se os provérbios que são indicados como tal e que têm autoria determinada, como o “thesauro bíblico” a que se refere Maingueneau (2008, p. 101), os demais são produtos da atividade linguística do cotidiano, produzidos nas relações de interação, nas situações de linguagem mais corriqueiras.

Com base nessa concepção dialógica, considera-se que a transmissão e permanência do provérbio explicam-se pela sua funcionalidade como representação de certa organicidade das relações sociais. Assim, temas como casamento, amor, felicidade, relações pessoais, sucesso, dinheiro, acabam prevalecendo nos dizeres populares. Essas sentenças informam também concepções preconceituosas sobre gênero, citando-se, como exemplos, “Mulher

no volante, perigo constante”; “Mulher sem marido, barco sem leme”; e “Pancada de amor não dói”. Ocorrências comuns em um contexto histórico marcado pela hegemonia masculina, esses provérbios são politicamente incorretos em relação ao contexto histórico atual, em que os movimentos sociais determinam como irrelevantes as diferenças entre gêneros. Em relação aos exemplos citados, o primeiro entende-se como a negação da competência feminina, e conseqüentemente, a supremacia masculina como bom motorista. No segundo, o provérbio sugere a valorização da figura masculina como “a âncora” da relação conjugal. No terceiro exemplo, embora a questão de gênero não esteja explícita, evidencia-se uma justificativa para a violência contra a mulher, em nome de um “suposto” amor.

Embora questionada quanto à sua atualidade, a verdade proverbial, ao ser referendada por uma instância universal, só pode ser contestada por outro provérbio. Aliás, uma forma de contrariar esses dizeres é criar outros em oposição, cujos valores se coadunem com o momento histórico, como no caso do ditado “Quem ama não mata”, *slogan* de campanha contra a violência, ou, ainda, “Em mulher não se bate nem com uma flor”, cujo sentido pode ser entendido como proverbial.

Como se vê, condensados em frases curtas, de sentido completo e facilmente memorizáveis, provérbios são empregados como formas convencionalizadas em relação a uma situação específica (MAINGUENEAU, 2008, p. 75). Entre as diversificadas situações de interação social, há provérbios que indicam, entre outros, estímulo e persistência: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”; esperança: “A esperança é a última que morre”; “Depois da tempestade, vem sempre a bonança”; conformismo: “O futuro a Deus pertence”, “O que não tem remédio, remediado está”; solidariedade: “Cada qual com seu igual”, “Ninguém se levanta sem primeiro ter caído”; encorajamento: “A união faz a força”, “Pé de galinha não mata pinto”; advertência: “Quando um não quer, dois não brigam”, “Dois bicudos não se beijam”; menosprezo: “Barbeiro novo aprende em barba de tolo”, “Não é o freio de ouro que melhora o cavalo”; preconceitos ou anti-preconceitos: “Galinha velha é que dá bom caldo”; “Vassouras novas varrem melhor” e “De rosto ruim nunca bom feito” ou, ainda, “O hábito não faz o monge”.

Outro quesito que se pode associar ao emprego do provérbio é o seu caráter de impessoalidade. Enquanto asserções generalizantes, os provérbios não são tomados como direcionados a alguém em particular, e dessa forma, situações que podem ser consideradas conflituosas como críticas, advertências ou ameaças, encontram nos provérbios receitas para solução, como em “É debaixo da cinza que se encontra o lume”; “Pote velho é que esfria a água”; “Vaso ruim não quebra” e “O peixe morre pela boca”, entre outros.

As considerações acima reforçam a tese de que provérbios são formas concisas, pelas quais são transmitidas experiências básicas produzidas pelo homem nas suas relações socioculturais. A importância histórica e social atribuída aos provérbios revela, ainda que de forma insipiente, que é possível conhecer a cultura de um povo e os movimentos de transformação social, observando suas “formas codificadas de linguagem, lugares-comuns e automatismos que, provenientes do código ideológico cultural, se instalam na língua que aprendemos desde a infância” (ROCHA, 1995, p. 170).

O percurso histórico-social permite, assim, compreender a estreita relação do homem com a linguagem proverbial, pela qual ele fala e deixa-se falar, enquanto ser no mundo. Como consequência dessa relação, atribuem-se a sobrevivência e a revitalização dos dizeres populares, revelando e transmitindo costumes e modos de pensar, de/em determinada época ou período histórico, como reflexo do comportamento de um povo, família ou indivíduo (STEINBERG, 2002).

No entanto, o reconhecimento da exterioridade proverbial não seria possível sem a identificação de sua forma codificada, pela qual se justifica a sua inclusão no léxico da língua, tarefa delegada aos estudos lexicográficos, a seguir abordados.

## 1.2 NO CAMPO LEXICOGRÁFICO

A abordagem lexicográfica diz respeito à caracterização das formas fixas de expressão de um povo, entre as quais se incluem os provérbios e os ditados, na composição de repertório especializado de expressões populares. Para tanto,

serão observados os critérios adotados pelos estudiosos do léxico, na caracterização de provérbios e de ditados, critérios esses relacionados especificamente ao reconhecimento de uma estrutura linguísticosemântica e à atribuição de um significado dicionarizado. É importante o reconhecimento da estrutura frasal e de seu significado para que se identifique a presença de expressões populares em um texto porque, quando não antecedidas por formas introdutórias (como diz o ditado, como dizem os antigos, já dizia minha avó) ou outros recursos linguísticos, que indiquem a exterioridade da fala, são as características formais e semânticas que apontam a presença do provérbio. Vale mencionar, ainda, que é o reconhecimento dessa estrutura, sedimentada nas práticas cotidianas, que torna possível a reconstituição do provérbio a partir de seus elementos, a (re) formulação desses dizeres populares.

A conceituação, a descrição e a compilação de provérbios e de ditados populares compete à paremiologia, parte dos estudos lexicográficos que se ocupa do registro das unidades fraseológicas da língua. As obras lexicográficas registram os usos e os sentidos das palavras, funcionando como a normatização de seus usos no interior das comunidades. O conjunto das unidades lexicais das línguas comuns ou das suas especialidades, o “tesouro indissociável da comunidade”, como define Maingueneau (2008, p. 96), remete aos diversos campos das práticas linguísticas, como já mencionado. No Brasil, os estudos paremiológicos têm nos folcloristas seus maiores colaboradores. Entre outros, citam-se Cascudo (2002), Prata (1997) e Mello (1974). Apesar de numerosos, os trabalhos lexicográficos não representam uma unanimidade de compilações. Isso acontece porque, segundo Obelkevich (1997, p.73) “os compiladores copiam de livros de outros autores em vez de ir a campo para cumprir sua tarefa etnográfica”. De fato, essa prática é confirmada por Hespanha (1936, p. 12), quando o folclorista reconhece “exorbitar das funções de compilador”, ao introduzir como provérbios, frases de escritores e máximas que se popularizaram pelo uso reiterado.

Parece comum, no entanto, que provérbios e ditados sejam empregados para designar outras sentenças estereotipadas, a exemplo das expressões idiomáticas. Isso porque, pela variedade de formas, que essas fórmulas prontas podem apresentar, como lembram Xatara e Oliveira (2002, p.13), acabam sendo

incluídas nessa categoria outras expressões populares. De fato, essa divergência é encontrada em Lacerda et al. (1999), Cascudo (2002), Fontes (1975) e Mello (1974), entre outros, o que confirma ser a compilação e a descrição de provérbios e de ditados uma tarefa desafiadora. Tal dificuldade explica que se encontrem, nessas obras, contradições no registro dos provérbios realmente compartilhados, oferecendo uma imagem muito imperfeita, e na sua caracterização, ao incluir na mesma categoria de provérbios os ditados, as locuções idiomáticas, adivinhações e piadas. Com efeito, essa prática inviabiliza que se estabeleçam limites precisos para identificação entre provérbios, ditados populares e expressões idiomáticas.

Evidencia-se, dessa forma, a falta de critérios precisos para o reconhecimento das unidades complexas de um idioma, especialmente as expressões idiomáticas. Isso acontece porque os aspectos teóricos que distinguem esses vocábulos dos provérbios e dos ditos populares, como frequência de uso, lexicalização, convencionalização, conotação e cristalização, são elementos comuns entre as expressões idiomáticas e os provérbios. As expressões idiomáticas, segundo Ferreira (1993), são sequências de palavras que funcionam como uma unidade.

Analisando essa questão, Succi (2006, p.31) afirma que o provérbio é uma unidade fraseológica relativamente fixa, resultante das experiências vivenciadas em comum. A autora toma por base os critérios semânticos, sintáticos e pragmáticos para a caracterização do provérbio e do ditado. Ainda segundo Succi (2006), essas formas populares apresentam completude frasal, o que as diferencia das expressões idiomáticas que, ao contrário, dependem de complementação com a inserção do termo referente ao sujeito e ao tempo verbal. Além disso, o seu emprego está associado a um indivíduo em particular, ao contrário do provérbio, que se refere ao coletivo de indivíduos. A necessidade de complementariedade de estrutura se pode observar nas expressões “fazer das tripas coração – Ele fez das tripas coração”; “dançar conforme a música – Ela dança conforme a música”; “procurar chifres em cabeça de cavalo - Você procurou chifres em cabeça de cavalo”. Ainda que apresentem caráter metafórico e façam referência a situações específicas de interação, essas sentenças não representam modos de dizer validados como sabedoria popular,

uma vez que não atendem ao princípio da universalidade, principal característica do provérbio.

Outras propostas no sentido de identificar provérbios e ditados são encontradas em Steinberg (2002), Xatara e Oliveira (2002), Lacerda et al. (1999), e Rocha (1995), cujos trabalhos se voltam à recolha e identificação de expressões populares. Verifica-se, no entanto, que provérbios e ditados populares são comumente tomados como sinônimos de outras unidades fraseológicas. Isso ratifica que os estudos paremiológicos não apresentam uma caracterização, que melhor defina provérbio e ditado. Outro ponto não explicado diz respeito à origem do provérbio, que pode estar ligada a diferentes culturas, haja vista que a representação de uma ideia pode assumir formas diferentes, gerando várias versões de um mesmo provérbio em culturas diferentes e até mesmo dentro de uma mesma sociedade, como observa Steinberg (2002, p. 12). Tomam-se aqui, como exemplos, os provérbios: “Cria fama e deita na cama”; “Conquista boa fama e dorme a manhã na cama”; “Ninguém cria fama deitado na cama”, ou, ainda, “Cada um deita na cama que faz” e “Quem boa cama faz, nela se deita”, cuja estrutura apresenta variações que não são percebidas como alteração de sentidos.

Ao serem abordados os aspectos para caracterização de provérbios e de ditados, evidenciam-se algumas dificuldades para a identificação desses enunciados no conto *A fama e a cama*, de José Augusto Carvalho. Isso porque os provérbios, nesse texto, nem sempre são introduzidos por formas estereotipadas de introdução, cabendo ao interlocutor reconhecê-los, recorrendo à memória cultural ou a coletâneas ou, ainda, pela identificação com um sentido proverbial produzido na interação.

O fato é que, quando se busca uma conceituação, se verificam que esses enunciados são considerados como outras expressões populares, conceituados como “rifão ou refrão, frases feitas, prolóquio, anexim, ditos, ditados, dizeres, adágios, brocardo, axioma, aforismo, apotegma, máxima, sentença e parêmia” (FERREIRA, 1993). Na prática, a distinção entre provérbios e ditados, como afirma Lacerda et al. (1999, p. 12), nem sempre é fácil.

Em geral, a inviabilidade de se chegar a um conceito para provérbios e ditados se deve à dificuldade de reuni-los dentro de uma única categoria

(GREIMAS, 1975, p. 288). Evidencia-se, no entanto, uma possibilidade de distinção em sua dimensão metafórica, em que a significação estabelecida na relação dos elementos do provérbio adquire novos sentidos na situação de interação. Acontece que nem todos os provérbios apresentam metafóricidade, como se observa em “Crianças são a riqueza dos pobres”; “Criança não chia”; “Os covardes são cruéis”, citados por Steinberg (2002, p. 25-26). Esses exemplos mostram que, na prática, nem sempre é a dimensão metafórica que caracteriza os provérbios, mas a presença de genericidade, de atemporalidade e de indicialidade neles implícita. Acrescente-se, ainda, que alguns *slogans* e aforismos podem, com o uso, passar a *status* de provérbio, por suas características de asserções generalizantes, de sentido completo, facilmente memorizáveis e reutilizáveis (MAINGUENEAU, 2008, p.77).

Um exemplo aqui lembrado é o *slogan* “O primeiro sutiã a gente nunca esquece” criado para um comercial de *lingerie*, em 1987. A repercussão da peça publicitária motivou o seu idealizador, o publicitário Washington Olivetto, a publicar 21 anos depois, o livro *O primeiro a gente nunca esquece*, contando como a expressão caiu na cultura popular, bem como as experiências de bastidores da propaganda e entrevistas com celebridades que passaram a adotar o “bordão” em suas falas. Como resultado do uso do *slogan*, passou-se à frase “A primeira vez a gente nunca esquece”. Para entender esse processo de proverbialização é preciso voltar no tempo, situando o sujeito enunciativo, uma pré-adolescente de 11 anos, que usa o sutiã pela primeira vez. A citação do então *slogan*, produzido em uma situação particular de interação, é reproduzido em outras interações com referência a qualquer situação vivenciada pelo enunciador.

Isso se deve à empatia do público em relação à peça publicitária, cujo *slogan*, além de referenciar uma marca de produto, no caso o sutiã da *Valisère*, também evoca sentidos que remetem a experiências vivenciadas nas relações sociais, como, por exemplo, a passagem da infância para a adolescência, da criança para a mulher. O *slogan* desperta a empatia popular, dando ao enunciatário a ilusão de ser o seu enunciador. Essa generalização do sentido do *slogan* ratifica que todo *slogan* aspira ter a autoridade de um provérbio, como afirma Maingueneau (2008).

A esse respeito, Santos (2007) acrescenta como resultantes de um processo de proverbialização as frases “Quem não se comunica se trumbica”, frases bíblicas, como “Quem se junta com porcos farelos come”; científicas, “Freud explica”, “É a lei da gravidade”, “Tudo é relativo”; jurídicas “A lei é igual perante todos”, “Todos são iguais perante a lei”, “A justiça é cega”; lendárias/literárias/mitológicas “Até tu, Brutus?”; “Ser ou não ser, eis a questão”; “Decifra-me, ou devoro-te”. Segundo Santos (2007, p.55) essa proverbialização “consiste em conferir um tom proverbial a um enunciado próprio, produzido a partir da estrutura formal e do funcionamento enunciativo típico do provérbio”.

Nesse entendimento, é possível supor que aforismos como “Por mais longa que seja a caminhada o mais importante é dar o primeiro passo” (Vinícius de Moraes); “O essencial é invisível aos olhos” (Saint Exupéry); “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma” (Lavoisier) e “Tudo vai bem quando termina bem” (William Shakespeare), enquanto enunciados autonomizados, passem à categorização de provérbios.

Segundo Lacerda et al. (1999, p.13) reconhecer um provérbio implica a identificação de uma estrutura frasal de feição poética, pela presença de rimas e aliterações. Com efeito, essa estrutura se observa nos provérbios “Cada qual com seu igual”/ “Quem canta, seus males espanta”/ “A ocasião faz o ladrão” e “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Os elementos lexicais, nesses provérbios, constroem uma sonoridade pelas rimas qual/igual, canta/espanta, ocasião/ladrão e dura/fura, além de aliterações como em “Quem não arrisca, não petisca”; “No rufo do pandeiro se conhece o companheiro”, que contribuem para a construção de um estilo rimado que facilita a memorização do provérbio.

Vale lembrar que nem sempre é possível encontrar, em um mesmo provérbio, elementos comuns a todos. Não obstante, apontam-se algumas características de maior recorrência nesses enunciados. Entre outras, citam-se:

- Estrutura binária: “Cobra que não anda, não engole sapo”; “A cada um seu quinhão”; “Acaba a amizade quando começa a familiaridade”.

- A presença de rimas, que favorecem a memorização, como em “Dobrada é a maldade feita com a cor da verdade”; “Quem casa, quer casa”; “Cada qual com seu igual”.
- A repetição proposital de palavras: “Amor com amor se paga”; “Por cima filó, filó, por baixo molambo só”; “Um por todos, todos por um”; “De raminho em raminho, o passarinho faz seu ninho”.
- Oposição de palavras: “Quem ama o feio, bonito lhe parece”; “Quem tudo quer tudo perde”; “Mãos frias, coração quente”.
- A ausência de termos, como verbos e artigos: “Pão pão, queijo queijo”; “Azar no jogo, sorte no amor”; “A cada cristão, seu quinhão”.
- Marcas de indeterminação de pessoa: “Quem cala, consente”; “Quem fala a verdade, não merece castigo”; “Quem não se enfeita, por si se enjeita”.
- Inversão dos termos da oração: “Pela unha se conhece o leão”; “Pelos frutos se conhece a árvore”; “A bom entendedor, meia palavra basta”.

Outro recurso na identificação do provérbio atribui-se à sua forma arcaizante, pelo emprego de construções ou palavras em desuso (MAINGUENEAU, 2004, p. 170), que denota seu aspecto imemorial. Embora não seja uma regra geral, alguns provérbios apresentam termos pouco habituais, como é o caso de “O bom vinho escusa pregão”; “Cerração baixa, sol que racha”; “Falar é prata, calar é ouro”; “Vencer sem perigo é triunfar sem glória”.

A referência temporal é outro aspecto que também caracteriza o provérbio. Em sua constituição, a predominância do presente contribui para eternizar o efeito de verdade do provérbio. Segundo Fiorin (2002, p. 150) o presente omnitemporal indica ações atemporais ou hábitos, sendo esse o tempo canônico do discurso argumentativo, a forma verbal mais utilizada pela ciência, pela religião e pela sabedoria popular.

A essas características formais, Nascimento (2002, p. 34) acrescenta a metáfora como figura de linguagem que melhor caracteriza o provérbio. Isso porque a metáfora permite a passagem do provérbio do campo denotativo, o

plano do *já-dito*, para o conotativo, o plano do *por dizer*, operação básica para que eles possam produzir significações. O sentido figurado constitui, assim, o que se poderia chamar de “a alma do provérbio”, pela remissão a uma exterioridade discursiva.

As considerações apresentadas dizem respeito, sobretudo, à importância do reconhecimento de uma estrutura linguística e semântica características ao provérbio, como critério para a sua compilação. Essa compilação, por sua vez, leva em conta fatores como a recorrência do provérbio como forma de expressão de um grupo social ou de comunidade. Os estudos do léxico não negam a importância dessas fórmulas concisas, no entanto, não apresentam uma noção satisfatória que diferencie provérbios de ditados populares. Na verdade, essas considerações são importantes para o reconhecimento dessas formas de citação, quando comparadas a outras formas de enunciados reportados com autoria reconhecida e homologada pelo uso popular.

Dessa forma, a exemplo de autores como Rocha (1995) e Lopes (2006), e em consonância com os objetivos desta pesquisa, não serão levadas em conta as diferenças entre provérbios e ditados. Assim, por entender que os limites entre uma e outra expressão não estão definidos e não serão relevantes para a análise do texto adota-se a terminologia enunciado proverbial, tanto para os provérbios quanto para os ditados. Mesmo porque a questão que se apresenta aqui não é uma definição para provérbios e ditados populares, mas o reconhecimento de sua exterioridade na tessitura do texto.

Nas colocações a seguir, traça-se um panorama dos estudos proverbiais evidenciando a enunciação proverbial enquanto estratégia de produção de efeitos de sentido, pela mobilização do senso comum, tomando como referência o processo de interação e de interlocução entre os sujeitos.

### 1.3 NO CAMPO ENUNCIATIVO

Do ponto de vista enunciativo, o uso do provérbio ultrapassa a noção de competência lexical e pragmática, pelo fato de não basta reconhecê-lo como elemento de uma cultura ou de um grupo específico de indivíduos, nem

tampouco as diferentes situações de interação verbal em que o seu emprego se possibilita. Segundo Maingueneau (2004, p. 170), o provérbio representa um enunciado em que autoridade que o valida coincide com o conjunto de falantes da comunidade que tem no indivíduo que o profere o seu representante. O provérbio é uma citação de autoridade em que o “locutor” se apaga diante de um locutor superlativo que autoriza o seu dizer. Entre os fatores que se podem relacionar ao seu estudo, releva-se o seu aspecto polifônico, colocado por Maingueneau (2004) como a retomada de enunciações anteriores do mesmo provérbio.

Ainda segundo Maingueneau, a espontaneidade com que o provérbio é empregado o caracteriza como uma forma de heterogeneidade menos perceptível, principalmente quando não faz referência à fonte enunciativa. Esse fato pressupõe um conhecimento compartilhado, uma cumplicidade, visto que é atribuída ao interlocutor a responsabilidade pela identificação da voz proverbial. Assim, identificar as manobras dos sujeitos pelas quais essa heterogeneidade se (re) vela no fazer enunciativo, reveste-se de particular importância para os estudos da enunciação. Entre essas manobras, é possível identificar, por parte do locutor, o simulacro de ausência de subjetividade, no caso da apropriação proverbial, para adequação de sua fala, visando à construção de um *ethos* específico, um ‘tom’ sentencioso que contrasta com o fluxo habitual da interação oral, como afirma Maingueneau (2008, p. 170).

Para esse teórico, o *ethos* é a maneira como o locutor constrói “a voz” do seu discurso, de forma a emitir uma imagem do que quer ser, ou parecer, diante de seu interlocutor. É a forma pela qual ele elabora a sua fala, objetivando produzir uma imagem que estabeleça, de imediato, uma inter-relação entre os participantes, criando afetivamente os laços com os quais os interlocutores são envolvidos. É nesse sentido que os provérbios, enquanto instrumentos eficazes na argumentação, recebem significativa importância nos estudos da linguagem.

Recursos largamente empregados na elaboração da linguagem, os provérbios podem constituir um desafio para os estudos enunciativos, principalmente em relação à constituição de subjetividade em sua reenunciação. Isso porque, ao postular a ausência de subjetividade, não se leva em conta que o provérbio é uma sentença de valor fixo, um elemento do léxico da língua e, tal

como as palavras, carrega significados que só se efetivam no uso efetivo da linguagem, a partir da atividade de um sujeito falante. É fácil perceber que o emprego do provérbio não se resume ao simples ato de citação, da retomada de falas alheias, mas de imprimir nessa fala o trabalho dos sujeitos sobre o discurso de outros sujeitos, como observa Possenti (2009, p.154). Segundo o teórico, o provérbio pode ser tomado como exemplo para se questionar a necessidade da inscrição de um sujeito para constituição da subjetividade, reconhecendo que embora não seja atribuído ao sujeito da instância enunciativa, é esse sujeito que se faz falar pelo provérbio, fazendo do provérbio sua própria voz, para exteriorizar a sua fala. Como estratégias enunciativas, os provérbios representam formas opcionais de expressão, modos que possibilitam dizer ou não dizer o que se quer dizer. Configura-se ainda o seu emprego como um estratagema em que, segundo Rocha (1995, p. 150), “o locutor se furta a fazer um comentário sem, contudo, deixar de fazê-lo, pois deixando falar o provérbio, ele se faz falar pelo código” ao mesmo tempo em que permite, ao seu interlocutor, também ouvir sem escutar ou receber sem receber.

Quanto ao enquadre enunciativo, o provérbio não se refere a uma situação particular de enunciação (MAINGUENEAU, 2004, p.170), porque não se refere a indivíduos ou eventos únicos, e, por isso, as categorias de tempo e de espaço não são tomadas em relação ao sujeito da enunciação. A categoria temporal, no enunciado proverbial, se caracteriza pela atemporalidade, enquanto enunciado gerado no interior de uma enunciação, cujo momento se imortalizou no tempo. Assim, o tempo e o espaço em que os sujeitos se enunciam, nunca são tomados em relação ao “aqui” e “agora” da instância enunciativa. Provérbios como “Aqui se faz, aqui se paga”; “Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje” e “O amanhã a Deus pertence” mostram como as marcas de pessoa, tempo e espaço perdem sua referencialidade. Isso porque tais categorias não fazem referência nem ao enunciado de origem, do qual o provérbio se fragmentou, nem à enunciação na qual ele é ressignificado.

É o ato de enunciar cria, assim, o espaço de interação e de interlocução que possibilita a volta desse “sujeito”, reencenado por atores em diferentes situações de enunciação. Do ponto de vista enunciativo, o provérbio apresenta duas instâncias de fala: uma pertencente ao sujeito universal, que garante a sua

veracidade, e outra que é instituída na enunciação daquele que profere o provérbio (MAINGUENEAU, 2008, p. 96). Como conciliar essas instâncias de fala e as estratégias buscadas pelo sujeito para marcar sua presença na enunciação, tem sido objeto de estudos que vale destacar. Entre outros, cita-se Lysardo-Dias (2001), ao evidenciar a citação proverbial no texto jornalístico como estratégia de estabelecimento de empatia, objetivando a adesão do leitor. Analisando o provérbio em notícias da mídia impressa brasileira, o autor aponta o potencial argumentativo e a dimensão metafórica desses dizeres, enquanto dizer fazendo referência a outro dizer. Ainda nessa linha de estudos, Nascimento (2002) descreve a citação proverbial como estratégia de persuasão do consumidor, em anúncios e propagandas, como recursos privilegiados enquanto instrumento de argumentação dado ao seu estatuto de “enunciados universais” (NASCIMENTO, 2002, p.133). Aliás, não é difícil perceber as estratégias de apropriação proverbial nos discursos da mídia, em função dos efeitos de sentido e de aproximação com o interlocutor por um pertencimento cultural, de compartilhamento de valores, de sentimentos, de posicionamentos ideológicos e, não menos importante, de uma linguagem com a qual ele se familiariza.

No entanto, nem sempre o provérbio é empregado em sua forma padrão. O locutor pode utilizar-se de estratégias para expressar a sua não adesão à voz da sabedoria popular, contrariando a autoridade da fala proverbial. Para tanto, lança mão das estratégias de captação e de subversão, “prática que consiste em produzir um enunciado que possui marcas linguísticas da enunciação proverbial” (GRÉSILLON; MAINGUENEAU, 1984, p. 114). Empregado como um antimodelo por aqueles que pretendem arruinar as verdades neles estabelecidas, o provérbio subvertido constitui a forma mais visível de subjetividade, que se deixa revelar pela relação contraditória entre o sentido veiculado pela voz popular na forma padrão, e o sentido da estrutura modificada. Esse processo de desconstrução proverbial é relatado por Tomazi (2008), como estratégia de construção do poema-canção *Bom Conselho*, de Chico Buarque. Analisando a desconstrução de enunciados proverbiais, a autora evidencia a subversão como forma de questionar a postura ideológica vigente, pela convocação de saberes propagados nas frases cristalizadas “tiradas do cotidiano mais corriqueiro, do mundo mais prosaico” (TOMAZI, 2009, p.32).

Outra vertente encontrada nos estudos enunciativos refere-se ao emprego do provérbio como estratégia de promover o lúdico e o humor, como forma de “brincar” ou de questionar a autoridade proverbial. Essa estratégia de subversão é apontada por Gatti (2007) que aborda o provérbio subvertido como provérbio alterado, tendo como objetivo provocar o riso. O autor refere-se ao provérbio alterado como uma forma de resistência do enunciado proverbial. Como resultante desse processo, citam-se “A esperança e a sogra são as últimas que morrem”; “A fé remove montanha, mas a dinamite funciona melhor” e “A pressa é a inimiga da refeição, pois quem chega cedo come cru” (GATTI, 2007, p. 73).

São amplas as abordagens sobre a enunciação proverbial, o que parece se constituir uma considerável vantagem em seu estudo. No entanto, apesar da vasta literatura ainda há muito a ser dito sobre essas fórmulas concisas de enunciados que para muitos ainda representam “a voz do povo”. Como destaca Rocha (1995, p. 7), as questões relacionadas ao emprego enunciativo dos provérbios e as relações por eles estabelecidas no e pelo discurso ainda constituem um vasto e desafiante campo de investigações. Esses estudos são importantes para se compreenderem as estratégias engendradas pelo enunciador, para fazer valer seus pontos de vista e, mais importante, sem se responsabilizar enquanto sujeito desse dizer. Os estudos enunciativos também postulam que se o sujeito está na origem do seu discurso, não há inscrição de subjetividade na citação do provérbio, embora seja possível reconhecer que, ao apropriar-se dessa fala, o locutor assume a condição de sujeito, revelando-se pelas escolhas por ele realizadas.

A origem do provérbio, como relata Possenti (2009, p.154), é outro ponto para o qual não se encontram respostas. A impossibilidade de se apontar essa origem abre perspectivas de investigação que levam à questão da atribuição de cristalização da forma proverbial, pela possibilidade imitação dessas estruturas. A criação de novas fórmulas proverbiais atestaria, assim, a interferência do contexto historicossocial na produção de representações de formas de pensar as relações sociais. Por outro lado, como será mostrado na análise do conto *A fama e a cama*, proposta para o Capítulo IV, os provérbios confirmam a capacidade criativa da linguagem e a impossibilidade de existência de subjetividade fora de um processo dialógico. Nesse sentido, o caráter dialógico da linguagem se

explica na enunciação proverbial, uma vez que não há produção de sentidos fora da interação dialógica, pois compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, 2004, p.95).

Consideradas estas questões pertinentes ao estudo do provérbio como elemento produtor de efeitos de sentido e de subjetividades, construídas nas relações que se estabelecem no processo de enunciação, passa-se a mostrar algumas concepções sobre os provérbios, para estabelecer uma conceituação que atenda à proposta de estudo.

#### 1.4 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE PROVÉRPIO

O provérbio é uma forma fixa de expressão que não se deixa capturar por qualquer tentativa de atribuição de conceito genérico, que contemple todas as suas características. Como enunciado *sui generis*, o provérbio reúne em torno de si os mais diversos tipos de entendimento, o que deixa o seu estudo ainda mais desafiador. É possível encontrar concepções que vão desde a sua abordagem como unidade lexical de estrutura sintática e sentido semântico cristalizado, até concepções que tomam como base a sua versatilidade enunciativa enquanto estratégias pelas quais o locutor pode se ausentar da responsabilidade pelo que diz, imputando esse dizer a um sujeito genérico, representado e representante de todos os indivíduos de sua comunidade.

Parece, assim, constituir-se como condição básica para uma concepção, a compreensão do provérbio como elemento do léxico, condição que lhe permite ocupar um lugar e uma significação entre as palavras e expressões da língua. No dicionário Houaiss (2009, p. 1568) é atribuído ao provérbio o estatuto de “frase curta, geralmente de origem popular, frequentemente com ritmo e rima, rica em imagens, que sintetiza um conceito a respeito da realidade ou uma regra social ou moral”. Quanto à estrutura sintática, o provérbio é enunciado completo, em que não se precisa recorrer a elementos externos para entendê-lo enquanto sentença. Em relação ao aspecto semântico, as relações estabelecidas entre os termos do provérbio refletem experiências do mundo real,

por isso são passíveis de aplicação para outras situações enunciativas. Essa referência a uma situação, a partir de um enunciado pré-construído, no caso, o provérbio, permite ao locutor salvaguardar-se de possíveis enganos na produção de sua fala garantindo, assim, a praticidade de um discurso elaborado segundo a norma padrão da língua.

Na concepção interacionista, provérbios constituem modos de dizer, formas de representação do mundo, codificados em sentenças que os transmitem e os perpetuam como falas de autoridade e de sabedoria popular. Enquanto forma concisa de transmissão das experiências milenares de um povo, não há como separar do provérbio o seu caráter ideológico, nem aliená-lo de um contexto de interação. Considerando que a palavra é o modo mais puro e sensível da relação social (BAKHTIN, 2004, p.36), acredita-se que o provérbio intensifica essa condição social, visto que além de constituir-se como portador de um sentido linguístico e socialmente convencionalizado, permite ao locutor expressar-se por um dizer particularizado.

Essa particularidade de expressão estende-se ao interlocutor, uma vez que o sentido do provérbio é estabelecido na e pela interação dialógica. O repertório proverbial pode, nesse sentido, municiar o locutor com formas concisas de linguagem, que promovam e intensifiquem os sentidos que ele quer produzir em seu interlocutor.

Pelas colocações acima, é possível notar que, de forma geral, as concepções, sob as quais provérbios e ditados podem ser conceituados, levam em conta o seu emprego como fórmulas concisas, expressões estereotipadas, modos de dizer, representações da sabedoria dos povos. Por outro lado, essas concepções reforçam o *status* proverbial, como construtores de espaços de produção de sentidos, enquanto estratégia de persuasão pela qual o locutor busca promover a adesão ao seu discurso.

Diante dessas considerações, tomam-se provérbios como formas codificadas adotadas por uma comunidade linguística, que manifestam a organização do mundo e das coisas; estruturadas de forma a facilitar a sua memorização e o seu emprego. Como representantes legítimos da cultura e do saber popular, eles são resultantes de interações entre sujeitos sociais e, como tal, não podem ser concebidos fora de um contexto de enunciação.

## CAPÍTULO II

### CONCEPÇÕES TEÓRICAS: AS PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS

Os estudos enunciativos caracterizam-se por reunir concepções teóricas voltadas aos estudos de subjetividade da linguagem. Nessa perspectiva, buscam-se os conceitos enunciativos e discursivos que apresentem relevância para o estudo da enunciação proverbial, proposta deste trabalho. Para tanto, entende-se necessária uma passagem pelos pressupostos teóricos da Linguística da Enunciação, notadamente em relação aos conceitos de linguagem, como resultado do processo de interação entre sujeitos falantes, e de subjetividade, enquanto ato de inscrição daquele que fala em sua fala. Assim, a concepção de linguagem como produto de interação dialógica orientará a adoção dos conceitos para a abordagem da enunciação proverbial, cuja peculiaridade consiste na promoção de relações de interação e de constituição de sentidos.

Dentre as diversas perspectivas enunciativas, optou-se por trabalhar com as concepções teóricas de Benveniste (1976,1989), no tocante à subjetividade, apresentadas em seu Aparelho Formal da Enunciação, em diálogo com Bakhtin (2003, 2004), cujas orientações são aplicáveis à compreensão do fenômeno polifônico, que se marca pela interação dialógica das vozes presentes na enunciação e suas enunciações. Por último, mas não menos importante, tomam-se as orientações de Maingueneau (2004), quanto à concepção de heterogeneidade discursiva, levando-se em conta a concepção do provérbio enquanto discurso relatado, a fala do outro, ao qual o sujeito recorre no sentido de valorizar ou de apoiar a sua fala.

Reitera-se, aqui, um recorte teórico dentro dessas perspectivas enunciativas, para a abordagem da enunciação do provérbio enquanto fenômeno de produção de sentidos, construídos nas e pelas relações que se estabelecem na constituição de subjetividades, o que significa compreender que essas relações implicam processos de interação dialógica, de confronto de vozes que se estabelecem no fio enunciativo.

## 2.1 A LINGUÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Os estudos linguísticos foram, até meados do século XX, voltados à descrição da estrutura da língua. Assim, reconhecer os elementos fonológicos, morfológicos e sintáticos constitutivos da frase era o objeto de estudos da linguística. Segundo Rocha (1995, p. 20), estudar a língua implicava a sua segmentação em busca de suas unidades, classificação e identificação das leis de sua combinação. Tomando-se a língua como um produto acabado, exterior ao indivíduo, excluía-se o processo de sua produção, ou seja, a participação do sujeito como elemento fundamental dessa realização. Assim, não se consideravam questões relacionadas à compreensão dos fatos linguísticos, a linguagem, como atividade viva e em evolução, como processo de interação entre sujeitos inscritos num tempo e num espaço histórico e socialmente constituídos.

Opondo-se à dicotomia língua/fala, os estudos enunciativos agregam diversas correntes em torno de uma proposta de uma linguística da fala, enquanto manifestação da atividade humana. Dados que contribuem para a compreensão da gênese dos estudos enunciativos são apresentados em Cremonese (2010, p. 296) e em Barbisan (2007, p. 24). Essas autoras relatam que o interesse sobre a enunciação já se fazia presente nas gramáticas gregas e latinas. Esse fato também é informado por Guimarães (1995, p.13), segundo o qual há considerações sobre a linguagem, notadamente as da retórica ou as de Platão, que remetem ao caráter semântico da língua, correspondendo ao que hoje se entende como sentido.

Sem polemizar a importância desses antecedentes, não se pode, no entanto, relegar a contribuição de Saussure, ao postular uma sistematização teórica para os estudos linguísticos (BARBISAN; FLORES, 2009). De fato, ao conceber a língua como um sistema organizado, composto por estruturas que se relacionam entre si, esse teórico legou fundamentos para o estabelecimento da linguística como ciência autônoma, como, por exemplo, a distinção entre *langue* e *parole*, conceitos indissociáveis dos estudos linguísticos. Como afirmam os autores, os conceitos saussureanos de língua e de fala estão na origem de diversas teorias enunciativas.

Apesar de afirmar que a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma, ao propor a dicotomia língua/fala Saussure sinaliza a ultrapassagem dos limites de um sistema fechado da língua, trazendo-o de fora para dentro e incluindo o sujeito, excluído de sua teoria. A possibilidade desenhada nesse legado teórico não foi devidamente entendida e, como argumenta Tomazi (2009, p.69), não se trata de considerar uma exclusão do sujeito, pois se “Saussure deixou claro que não podia haver subjetividade na língua, também ele deixou claro que esta mesma subjetividade é perfeitamente possível na ‘fala’, mesmo que ela seja ilusória ou restrita”. Essa observação da autora reforça a importância de Saussure para os estudos de linguística, ainda que o primado de sua teoria, como referido, seja o estudo sistêmico da língua.

Como consequência, desse primado, as questões relacionadas aos sentidos produzidos pela fala, que pertencem à exterioridade linguística, à realidade viva da língua e de suas funções, eram temas para os quais se buscavam respostas. A partir dessas reflexões, instaura-se um novo olhar sobre os estudos de linguagem, retomando os estudos sobre a subjetividade da linguagem proposta, mas, não levada a termo por Saussure. Os primeiros passos na direção de uma linguística da enunciação, segundo Barbisan e Flores (2009, p.5), foram dados por Charles Bally que, ao abordar as noções de *dictum* (estrutura semântica) e de *modus* (reação do sujeito), sinaliza para uma análise fundamentada na presença da enunciação no enunciado. Segundo Guimarães (1995, p.58), essas concepções estão relacionadas às noções de sujeito falante e sujeito pensante, abrindo caminho para o estudo da polifonia. Questões como essas, colocadas por Bally, culminam na instituição de um modelo linguístico voltado à enunciação, como o lugar privilegiado para estudo dos fenômenos linguísticos.

Ainda de acordo com Barbisan e Flores (2009), outra importante contribuição atribui-se aos postulados de Roman Jakobson, com a descrição das funções da linguagem e a noção de *shifter*, bases sobre as quais se desenvolveriam os conceitos de debreagem e de embreagem, que se referem às marcas da enunciação no enunciado. O conceito de *shifter* possibilitou desenvolver reflexões sobre os efeitos de sentido pautados nas trocas subjetivas

e de que forma elas contribuem para a produção de sentidos. A preocupação de Jakobson com a questão enunciativa se comprova em seus ensaios reunidos em *Linguística e comunicação*, em que o teórico dá ênfase, sobretudo, à função poética da linguagem e aos distúrbios da fala. Afirma o autor que “a propriedade privada, no domínio da linguagem, não existe: tudo é socializado. O intercâmbio verbal, como qualquer forma de relação humana, requer, pelo menos, dois interlocutores” (JAKOBSON, 1974, p. 23). Ao citar o caráter de interação social da linguagem, ele remete a questões relacionadas aos efeitos de sentido, que são estabelecidos nesse “intercâmbio verbal”.

Como se observa, os estudos citados partem das considerações saussureanas fundamentadas sobre a noção de relação entre as unidades do sistema. No entanto, o salto maior no estudo da subjetividade enunciativa é creditado aos trabalhos publicados por Benveniste (1976, 1989), reunidos na obra *Problemas de linguística geral*, onde o autor fundamenta suas concepções sobre a constituição da subjetividade da linguagem. Nesses estudos, Benveniste afirma que o emprego da língua é um processo de interação social pelo qual o locutor se enuncia como sujeito e implanta o interlocutor diante de si. É na linguagem que a língua se materializa pelo emprego das formas pronominais, previstas em seu código. A partir dessas concepções, a enunciação passa a ocupar lugar de destaque com a sistematização de seu estudo, evidenciando-se a articulação entre a língua e o seu uso.

Influenciadas pelas concepções benvenistianas, as teorias da enunciação estudam as marcas deixadas pelo sujeito na sua enunciação, considerando que o sujeito, enquanto aquele que diz, só ganha relevo no interior de sua enunciação, espaço em que se institui enquanto sujeito ou atribui ao seu interlocutor o lugar de sujeito. Essas relações construídas na e pela enunciação, são objetos de uma diversificada linha de estudos enunciativos que reúnem, ainda, correntes que articulam a linguagem à contextualização social, enquanto manifestação de sujeitos ideologicamente marcados. Na esteira dessas teorias enunciativas, ancoram-se estudos de semântica, argumentação, polifonia e pragmática que, de alguma forma, estão imbricadas entre si, apresentando, como consequência, que se faça referência a um ou a outro aspecto comum entre essas linhas de estudos.

Ao apresentar essas considerações sobre a constituição dos estudos enunciativos e suas principais expoentes, busca-se relacionar as contribuições de Benveniste e de Bakhtin, quanto à caracterização dos conceitos de enunciação e de dialogismo.

## 2.2 A ENUNCIÇÃO BENVENISTIANA E O DIALOGISMO BAKHTINIANO

Ao defender que a linguagem pressupõe um processo de interação e de constituição de subjetividades, Benveniste (1976, 1989) estabelece o fundamento basilar de sua teoria enunciativa. A linguagem, na perspectiva benvenistiana, é concebida como um processo dialógico, uma forma de mediação entre

o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida do homem (BENVENISTE, 1989, p. 229).

Essa afirmação reflete o seu conceito de enunciação como processo pelo qual o locutor coloca a língua (sistema) em funcionamento, produzindo os sentidos. Os fatores relacionados ao funcionamento semântico da língua ocupam um lugar privilegiado nessa concepção de enunciação. Esse funcionamento abrange dois domínios: o semiótico e o semântico, assim definido,

refletimos com a noção do sentido como uma noção coerente, operando unicamente no interior da língua. Coloco que de fato há dois domínios ou duas modalidades de sentido, que distingo respectivamente como semiótico e semântico. [...]. O nível semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido. A semântica é o 'sentido' resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo (BENVENISTE, 1989, p.21).

O sentido semiótico, fechado sobre si mesmo e de algum modo em si mesmo, é o sentido previsível, que se representa pelo código da língua. O semântico, por sua vez, é o sentido resultante do encadeamento, do processo de interação, sendo absolutamente imprevisível. É essa imprevisibilidade do sentido que Benveniste atribui à ordem semântica, pelo funcionamento da língua. É perceptível que Benveniste reconhece o sistema fechado, como o previsível, mas aponta, no seu interior, dispositivos aos quais o sujeito recorre para se evidenciar (GUIMARÃES, 1995, p.45).

Ao referir-se a dois domínios ou modalidades de sentido, Benveniste apresenta a sua concepção de língua como sistema, que pode ser explicado e operacionalizado por um “aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 81). Em contrapartida, o teórico quebra a rigidez da língua, ao atribuir certa liberdade ao sujeito nessa operacionalização do sistema. Ao propor que a subjetividade está na língua e não nos sujeitos, ele defende a linguagem como instância de interação na qual os sujeitos são constituídos. É o princípio dialógico que constitui o conceito base para a compreensão da atividade verbal, como processo que possibilita ao locutor propor-se como sujeito de seu discurso, designando a partir de si o interlocutor.

Nessa direção, relacionam-se as concepções de linguagem de Bakhtin, reunidas em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Sua compreensão de subjetividade, notadamente com a sua concepção dialógica, passa, necessariamente, pela concepção de interlocução. Para o teórico, a enunciação é “o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (BAKHTIN, 2004, p.112), pelo fato que procede de alguém e se destina para alguém. Dessa forma, o autor deixa entender que o sentido da enunciação não está no indivíduo, nem na palavra e nem nos interlocutores, mas nos efeitos produzidos nessa interação. Bakhtin (2004) defende, ainda, que a dialogia não se caracteriza apenas na relação com o outro, mas com a palavra desse outro e com a ideologia que a palavra carrega. A palavra constitui, assim, a base da interação, do diálogo, entendida como ação histórica, socialmente compartilhada realizada num tempo e num espaço. Como afirma Bakhtin (2004), é pela palavra que o eu se define em relação ao outro e ao grupo social. Assim, a enunciação é determinada pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo

que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística.

Embora os dois autores apresentem pontos de vista diferentes, é possível traçar uma linha entre as suas concepções dialógicas. Isso porque ambas as teorias partem do pressuposto de linguagem como resultante do trabalho dos sujeitos, em um tempo e um espaço. Se em Benveniste o caráter dialógico se fundamenta no princípio de reversibilidade e de reciprocidade de papéis enunciativos, nas trocas entre o “eu” e o “tu”, definidos como origem e destino do discurso, em Bakhtin esse dialogismo se configura na relação de interação da linguagem. Os personagens se constroem na medida em que se representam um diante do outro. O eu se determina ao constituir o outro, sendo por esse outro também constituído.

A concepção de diálogo em Bakhtin (2004, p. 195) leva ao conceito de polifonia, termo criado para referir-se à “multiplicidade essencial e, por assim dizer, inalienável de vozes e as suas diversidades” observadas no romance polifônico de Dostoiévsky. A polifonia é compreendida, assim, como a presença de diferentes vozes que interagem na enunciação. Diferentemente de dialogia, enquanto princípio constitutivo da linguagem, a polifonia é o diálogo propriamente dito, em que o locutor convoca outras vozes, diferentes da sua, com as quais estabelece as mais diversificadas relações. O autor concebe como vozes os mecanismos pelos quais a voz do autor, as vozes sociais ou as vozes das personagens se fazem presentes na enunciação. Essas vozes nem sempre são traduzidas por marcas linguísticas específicas. Às vezes, são identificadas pela inserção de elementos externos ao enunciado ou pelas inferências de mundo, construídas nas vivências sociais dos interlocutores.

O caráter social é, portanto, o aspecto que se destaca na enunciação, enquanto fenômeno pelo qual a língua se concretiza mediada pela atuação do sujeito, produtor e produto de ideologias. Esse sujeito, na concepção bakhtiniana, é um sujeito resultante da interação verbal que se efetiva na enunciação, como condição de linguagem e de produção de sentidos.

Atribuindo à palavra a condição de signo ideológico por excelência, o lugar de confronto dos valores sociais e de ideologias, Bakhtin (2004, p. 113), afirma que “toda palavra comporta duas faces”, apoiando-se, em uma ponta, no

locutor e, na outra, no interlocutor. Isso significa dizer que ela não tem um sentido fora da relação de interação. Nessa perspectiva de interação, os aspectos social e ideológico da palavra estabelecem uma rede de relações que subjazem à produção dos sentidos da linguagem. De acordo com Guimarães (1995, p.59), na base do dialogismo bakhtiniano está a questão da alteridade, da presença do outro, não como a multiplicidade de consciências, mas como um descentramento do próprio sujeito. A polifonia representa, então, um dos modos desse descentramento.

Em um patamar distinto, como já abordado, a concepção bakhtiniana de enunciado está intrinsecamente atrelada à concepção dialógica, em que “cada enunciado é um elo da cadeia complexa de outros enunciados. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido” (BAKHTIN, 2003, p. 289). Assim, a fala só existe na forma concreta dos enunciados de um indivíduo. Entende-se, então, que o enunciado tem como característica possibilitar a interação entre partes de um todo que só podem ser compreendidas nessa relação. Não há enunciação fora de um contexto sócio-ideológico, cada locutor elabora seu discurso considerando o seu interlocutor e as condições criadas pelo contexto social.

A partir dessas reflexões, é possível apontar uma relação entre as concepções enunciativas de Benveniste e de Bakhtin. Na perspectiva de Bakhtin, a interação dialógica produzida na enunciação é constitutiva da linguagem. Para esse teórico, o social é inseparável do ideológico e o signo é variável, considerando que a enunciação é orientada pelo contexto, por situações concretas. A palavra é, então, o lugar de confronto dos valores sociais e a comunicação verbal não pode ser separada de outras formas de comunicação. Esse aspecto é destacado por Possenti (2009, p. 120), ao afirmar que, em Bakhtin, o diálogo é algo que ocorre mais entre textos do que entre interlocutores.

Em relação a Benveniste, como mencionado, o diálogo se estabelece na reversibilidade, na troca de posições enunciativas entre o “eu” e o “tu”, interlocutores do processo de interação enunciativa, em que a presença de um implica a necessária presença do outro. É nesse diálogo que o sujeito se instaura, constituindo diante de si o seu interlocutor, a partir de índices

linguísticos fornecidos pelo aparelho formal da língua. Por outro lado, ao afirmar que a enunciação converte a língua em discurso pelo emprego que o locutor faz dela, Benveniste (1989) coloca o sujeito como centro de referência, atribuindo-lhe o controle total sobre o processo enunciativo.

A breve menção aqui feita às concepções enunciativas de Benveniste e à dialogia bakhtiniana aponta que estas linhas de estudos enunciativos percorrem caminhos diversos que acabam se encontrando em um ponto comum, ou seja, a constituição de subjetividade da linguagem, como resultante de processo de interação entre sujeitos socialmente constituídos.

### 2.3 ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE E BAKHTIN

Ao afirmar que “com a frase, deixa-se o domínio da língua como sistema e entra-se no universo da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso”, Benveniste (1976, p. 130) assinala o discurso como seu objeto de estudo, ou seja, a manifestação da língua no uso da linguagem, ou seja, a enunciação. Por enunciação, o teórico postula o ato de produção do enunciado, a mobilização da língua pelo locutor, e não o texto de um enunciado. Assim, ao mobilizar a língua, o locutor apropria-se do aparelho formal, enunciando-se como sujeito e implantando o outro diante de si. A enunciação constitui-se, assim, o fenômeno pelo qual a língua se concretiza e significa, pela manifestação individual que ela atualiza “pois antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 1989, p.83).

Ao considerar a enunciação como ato que serve ao propósito primeiro de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento social ou de outro tipo, o autor coloca o diálogo como condição de linguagem e de produção de sentidos. O diálogo é tomado como a interlocução com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Nesse sentido, enunciação pressupõe diálogo, o que, segundo o teórico, pode ser questionado no caso dos provérbios. No entanto, tomar-se como princípio norteador essa relação dialógica proposta por Benveniste, implica desconsiderar que o enunciado proverbial, enquanto produto acabado, remete não a um, mas a vários discursos, porque como um fragmento

de fala ele não é mais esse discurso, embora possa reconstituir-se, como tal, no interior de outros discursos.

O fato é que, considerando os enfoques recebidos, os termos enunciado e enunciação estão intrinsecamente relacionados, não sendo possível a existência de um desvinculado do outro. Assim, enquanto processo, ele só se efetiva de fato com o seu produto, e, enquanto produto acabado, ele só pode ser compreendido pelos elementos presentes em seu processo. Vale ressaltar que, seja no enunciado concreto, seja no processo de produção, a questão dialógica é o elemento constituinte do fenômeno enunciativo.

Pelo exposto em seu trabalho, compreende-se que Benveniste (1989), tem bem claro os seus conceitos de enunciação e de enunciado. Por enunciação, o teórico considera o processo pela qual o locutor, utilizando-se do aparelho formal da língua, transforma essa língua em linguagem, mediada por um processo dialógico, ancorada em um tempo e um espaço próprios da instância de enunciação. Assim, reitera-se que o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro (BENVENISTE, 1989, p.87).

Por sua vez, a concepção de enunciação e enunciado em Bakhtin (2003) não apresenta uma diretriz única. Ao referir-se ao enunciado como um elo na cadeia de comunicação, o teórico sugere como enunciação a relação entre diversos enunciados, ao afirmar que,

todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. Os próprios limites do enunciado são determinados pela alternância dos sujeitos do discurso. Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Cada enunciado é pleno de ecos de ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003, p. 296-297).

A distinção entre enunciado e enunciação é um ponto que não está claro na teorização de Bakhtin, referindo-se a esses termos com o mesmo valor. Por exemplo, ao referir-se ao enunciado como um elo na cadeia da comunicação, Bakhtin remete ao conceito de enunciação. Nesse caso, o teórico estabelece como enunciado cada segmento de fala. O elemento que caracteriza essa

enunciação é o diálogo representado pela alternância dos sujeitos. O termo discurso, aqui empregado por Bakhtin, é o ato de interação entre sujeitos socialmente organizados.

O enunciado é caracterizado como a realização individual da língua, um fenômeno particular mas, por outro lado, está condicionado aos tipos de enunciados elaborados para cada prática social ou gênero discursivo (BAKHTIN, 2003, p. 262). Para o autor, não há distinção entre enunciação como atividade, e enunciado como resultado da enunciação. Realmente, ora ele emprega enunciado, ora enunciação. Por exemplo, ao afirmar que a “língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2003, p. 265) entende-se uma menção à linguagem, ao processo de enunciação, de natureza ativamente responsiva, ou seja, dialógica. O caráter dialógico, no sentido mesmo do diálogo, em que cada falante se torna obrigatoriamente um ouvinte.

Embora postule a enunciação como o produto da interação entre indivíduos socialmente organizados, Bakhtin (2004, p. 112), atribui ao termo enunciado o mesmo sentido de enunciação. A condição de existência do enunciado e da enunciação está fundamentada na alternância dos sujeitos falantes, que determinam as fronteiras entre um e outro enunciado, e na interação dialógica, “nos ecos e lembranças de outros enunciados” que possibilitam a sua compreensão.

Nesse sentido, os conceitos de enunciado e enunciação serão considerados apenas para justificar a terminologia a ser adotada para caracterizar as expressões proverbiais. O primeiro aspecto observado é que o provérbio, ao ser empregado, nem sempre se faz revelado ou identificado no fio enunciativo, com marcas explícitas, e sim pela remissão ao repertório pelo interlocutor, ou ainda, pelo sentido proverbial neles evocado. Isso significa dizer que o eco de outras enunciações (MAINGUENEAU, 1997, p. 101) só será percebido na interlocução propriamente dita, no processo de enunciação e não em seu produto. No entanto, relewa-se o fato de que não haveria enunciado sem enunciação, o que também justificaria apontar uma enunciação por um sujeito, inserido em um dado tempo e espaço, da qual resultou um produto representativo do evento, ou seja, o provérbio. Ora, olhando-se por esse viés,

justifica-se considerar o provérbio como enunciado, embora por si só não estabeleça relações de interação, mas promove relações dialógicas, no sentido mesmo de interlocução, nas instâncias de enunciação.

Trazendo essas considerações para o âmbito dos provérbios, tomando-se as orientações de Benveniste (1989), parece coerente atribuir-lhes o estatuto de enunciados. Essa caracterização se justifica, porque essas formas prontas são resultantes de processos enunciativos, ainda que, ao serem citadas, revelem processos de elaboração que passam pela questão da subjetividade. No entanto, como ignorar que o locutor, em algumas situações específicas, pode apropriar-se do provérbio para enunciar-se frente ao seu interlocutor, sugerindo-se como a origem dessa fala?

Por outro lado, se o que caracteriza a enunciação é a estrutura do diálogo, como negar que, ao pronunciar um provérbio, o locutor também oportuniza a réplica do seu interlocutor? Citando como exemplo a disputa verbal praticada pelos Merinas, Benveniste (1989, p.87) afirma que, na citação de provérbios, não existe diálogo, nem enunciação, em que nenhum dos parceiros se enunciam, eles apenas citam provérbios em réplica, até que um deles seja declarado vencedor ao deixar o outro sem resposta. Para Benveniste, essa prática apenas simula um diálogo. No entanto, se o provérbio é citado em lugar da fala, e se outro provérbio pode ser apresentado como resposta ao provérbio, então é possível admitir-se que eles estabeleçam diálogos, tanto em relação aos discursos que evocam, quanto aos sujeitos que se constituem em sua reenunciação. A perspectiva de que pode haver enunciação no provérbio é uma questão a ser considerada, como será apresentada neste estudo. Por ora, em razão da proposta de investigação os provérbios são abordados como enunciados resultantes de um processo de enunciação, originados por uma situação particular de enunciação, cuja origem não é possível determinar em razão do apagamento de suas marcas enunciativas.

As considerações sobre enunciado e enunciação estão necessariamente imbricadas, não sendo possível mencionar um termo sem citar o outro. Para os estudos enunciativos, o enunciado remete ao produto da língua, acabado e passível de observação, e a enunciação é a atividade pela qual o enunciado se possibilita. Partindo das considerações de Benveniste (1989), buscaram-se

elementos que permitam compreender sua concepção em relação aos termos enunciado e enunciação, de forma a orientar a adoção da terminologia a ser aplicada ao processo de interação verbal com o suporte de fraseologias populares, nas quais se inserem os provérbios e os ditados, enquanto formas autonomizadas e validadas pela sabedoria popular.

## 2.4 A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM

A questão do sujeito tem sido objeto de estudos em diversas perspectivas linguísticas, segundo as diferentes linhas de abordagem. Seguindo a orientação teórica adotada, que é a linguística enunciativa, buscaram-se fundamentos na teoria subjetivista de Benveniste (1976). Como referido, a teoria benvenistiana representa um apoio importante à retomada dos estudos sobre o sujeito e o sentido, modificando a concepção de linguagem ao considerar o sujeito como elemento central na constituição da linguagem. O sujeito é concebido como fonte do seu dizer, sendo a partir de sua própria designação na enunciação que se definem os parceiros de interlocução. É um sujeito centrado na figura do locutor, cuja subjetividade na língua se deixa revelar pelas marcas formais que inscreve no enunciado.

Segundo Benveniste (1976, p. 286), o fundamento da subjetividade está no exercício da língua, que possibilita ao ego dizer ego, assumindo seu lugar inalienável no emprego da língua. Assim, na enunciação, o sujeito “ego” adquire autonomia e vontade próprias, orientando um novo olhar dos estudos linguísticos para as análises sobre a subjetividade. Substitui-se, então, o sujeito linguístico, construído pelos dispositivos internos da língua, pelo sujeito enunciativo, estabelecido nas relações de interação no uso particular da linguagem. Essa consideração de linguagem rejeita a concepção de língua como estrutura organizada, passível de ser observada e analisada como produto acabado, por não considerar a atuação dos sujeitos nessa produção. Nessa perspectiva, a língua tinha por função a representação do real, atribuindo o sentido a uma relação interna do sistema linguístico, sem qualquer interferência externa. A língua, enquanto capacidade de interação, de produção de significações, deixa

de representar e passa a mostrar, a constituir o lugar de produção de subjetividade e, o sujeito, o centro de reflexão da linguagem. Nesse olhar, o que interessa é o processo, isto é, as marcas do sujeito naquilo que ele diz, utilizando-se das formas permitidas pela língua (BENVENISTE, 1989). Os pronomes representam, na concepção benvenistiana, a categoria principal na instauração da subjetividade, sendo a linguagem o meio pelo qual o locutor pode referir-se a si mesmo como sujeito e a partir de sua pessoa estabelecer o seu outro, o seu eco (BENVENISTE, 1976, p. 286). Esse conceito de subjetividade propõe um sujeito que se constitui na polaridade de pessoa, como condição fundamental da linguagem. É um sujeito de ação porque, ao reproduzir a linguagem, também age sobre essa linguagem para produzir significações. Como afirma Guimarães (1995, p.47), o sujeito de Benveniste é um sujeito que tem a capacidade de apropriar-se da língua e semantizar, isto é, fazer significar.

A produção do sentido é resultante das interações produzidas na enunciação, a partir da posição assumida pelo locutor diante do seu enunciado, revelada pelas marcas que ele imprime na enunciação. Atividade que pressupõe interlocução, a linguagem é um fenômeno social regulado, por um lado, por um conjunto de sistemas e, por outro, pelo uso dado a esse sistema em uma situação concreta de linguagem. Assim, em seu conceito de enunciação, como a apropriação que o locutor faz da língua para enunciar-se, Benveniste destaca a importância do sujeito como centro desse processo e a condição de diálogo. É no diálogo que se fundamenta a constituição de subjetividade, em que para que “eu” me torne “eu” é preciso que aquele a quem chamo de “tu” me estabeleça enquanto tal, e que “eu” me torne “tu” na alocação daquele que por sua vez se designa por “eu”. A determinação dessas posições realiza-se pela apropriação de formas pré-existentes na língua, os índices específicos e os procedimentos acessórios (BENVENISTE, 1976, p. 286), pelas quais o locutor enuncia sua posição na enunciação.

Ao postular que o locutor se apropria das formas da língua inscrevendo-se como sujeito e, ao mesmo tempo, instituindo o seu interlocutor, Benveniste descreve as formas pelas quais se efetiva a inscrição de subjetividade na linguagem, recorrendo ao aparelho formal da enunciação.

## 2.5 O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO

Para Benveniste, não há exercício de linguagem fora do processo de interlocução, sendo na e pela enunciação que a língua se transforma em discurso, tendo sua origem no locutor e o destino no interlocutor, suscitando como resultado dessa interação, outra enunciação como retorno. Concebida como prática social e regulada por mecanismo formal, a linguagem tem no aparelho pronominal a sua organização, tendo o sujeito como centro de referência. O mecanismo, pelo qual a língua se converte em discurso, é traduzido por Benveniste como “o aparelho formal da enunciação”, que ele define como

um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis [...] dentro das condições de emprego da língua, que se diferem das condições de emprego da forma (BENVENISTE, 1989, p.81).

Ao afirmar que as possibilidades de escolha dadas pelo “aparelho” são determinadas pelas condições de emprego, Benveniste põe em relevo a questão do sentido, que se estabelece pela oposição entre o nível semiótico (propriedade da língua), e semântico (o sentido da fala). Ao semiótico, relaciona-se a materialidade da língua, e ao semântico, a situação de enunciação e as suas categorias.

Os índices específicos, “indicadores de subjetividade”, na concepção benvenistiana, dizem respeito às categorias de pessoa, tempo e lugar, que integram a *déixis*. A noção de *déixis* refere-se à faculdade que tem a linguagem de designar mostrando, em vez de conceituar. A sua função é determinada pelo exterior e não pelas relações internas da língua.

Dentre as categorias, a de pessoa, representada pelos pronomes, ocupa lugar privilegiado e é em sua função que se determinam o tempo e o espaço da enunciação. Para o autor, o conceito de *déixis* está associado à referência de pessoa eu/tu e determina suas marcas na enunciação. Além de marcar o sujeito, aquele que se enuncia, e a pessoa a quem ele se dirige ou faz referência, a

*dêixis* determina as modalidades que indicam as formas de enunciação em relação ao seu projeto enunciativo, como a interrogação, a intimação e a asserção. A essas categorias, Benveniste acrescenta as atitudes do sujeito em relação ao que enuncia, como expectativa, desejo e apreensão.

O sujeito, assim concebido, é um sujeito que se apresenta como condição de linguagem e que, ao se estabelecer implanta o Outro diante de si, constituindo diálogos ancorados num tempo e num espaço de enunciação. Benveniste (1989) enfatiza que a enunciação, “instância de instauração do sujeito”, se estabelece a partir de índices referenciais contidos na enunciação. Nessa reflexão, o pronome é o termo que se refere aos seres por *dêixis*. A *dêixis*, segundo Benveniste (1989, p. 288), contém a categoria de pessoa, que pertence ao discurso e não a uma realidade determinada. Segundo essas proposições, as categorias gramaticais integram um conjunto de signos ‘vazios’, não-referenciais em relação à realidade, sempre disponíveis, e que se tornam ‘cheios’ a partir de sua tomada pelo locutor em cada instância de enunciação.

Nesse sentido, os elementos linguísticos, indicadores das categorias de tempo e espaço, só podem ser compreendidos a partir da instauração da pessoa do locutor. Na concepção do autor, a linguagem está de tal forma organizada, que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda, designando-se como “eu”. Pertencendo ao nível pragmático da linguagem, o “eu” e a pessoa por ele designada, só alcançam completude de significado quando atualizados na enunciação. Por essa razão, os pronomes pessoais representam, segundo Benveniste (1989), o ponto de apoio na constituição da subjetividade. A partir dessas formas linguísticas, são estabelecidas as relações espaciais e temporais, ancoradas sobre o isto, o aqui e o agora da enunciação.

Do mesmo modo que “eu” e “tu” apontam pessoas da enunciação, os interlocutores, o pronome “ele” representa uma não-pessoa, alguém ou algo de que se fala. Segundo a tese benvenistiana, essas categorias pertencem à realidade do discurso, na qual são produzidos. Com efeito, o caso do pronome de terceira pessoa não representa necessariamente uma pessoa, podendo referir-se a qualquer elemento fora da situação de enunciação. No entanto, é possível observar o uso da terceira pessoa pelo sujeito, para referir-se a si mesmo, fenômeno comum na linguagem familiar. Como exemplo, citam-se

“Mamãe quer que você coma tudo”; “Nenê quer mamãe”, em que a subjetividade não se faz pelas formas pronominais, mas é estabelecida nas relações dialógicas, entre aquele que fala e o seu interlocutor.

Quanto aos índices de subjetividade, nos provérbios, tem-se como pressuposto que essas fórmulas pré-construídas não apresentam subjetividade pelo fato de que, do ponto de vista enunciativo, elas não se referem à situação de enunciação. Isso porque, enquanto fórmulas autônomas, os provérbios não podem ser atribuídos a indivíduos ou eventos únicos. Nesse sentido, os índices referentes à pessoa, tempo e espaço, nos provérbios, só podem ser considerados sob o ponto de vista sintático e semântico. As formas pronominais são marcadas pelo emprego de elementos lexicais que reforçam indeterminação do sujeito, como “Quem tudo quer, tudo perde”; “Aquele que não tiver pecado, que atire a primeira pedra”; “Cada qual com seu igual”, que lhes conferem o caráter de genericidade e atemporalidade, característicos da sentença proverbial. Por outro lado, a ocorrência de pronomes de primeira pessoa não constitui índice de subjetividade. Isso pode ser observado nos provérbios “A sua liberdade termina onde começa a minha”; “Amigos dos meus amigos, meus amigos são”; “Diz-me com quem andas que eu te direi quem és”, casos que apresentam o que se poderia supor como índices de subjetividade, nas formas pronominais minha/meus e formas verbais referentes à primeira pessoa, sem que isso implique, nesse caso, um sujeito enunciativo.

A questão de atribuir-se subjetividade a partir das marcas pronominais e outros índices referentes a pessoas merece ser analisada com mais profundidade. Isso porque em expressões como “Gato sem unha não arranha”; “Cão que ladra não morde”; “Burro de carga é que aguenta tranco”, que não possuem marcas de primeira pessoa, podem ser empregadas pelo locutor para falar de si mesmo, ou, ainda, para se referir ao seu interlocutor. A função genérica do provérbio, nesse caso, estaria também relacionada a elementos referenciais presentes em “gato”, “cão”, “burro”, assim como as ações a eles atribuídas de “arranhar”, “ladrar/morder”, “aguentar tranco”, atributos de sujeitos que pertencem ao paradigma “não humano” que metaforizados passam a constituir atributos humanos. Nesse caso, o sujeito se deixa falar pela terceira pessoa verbal.

Essas considerações levam a que se questione a atribuição de subjetividade, pelo emprego dos índices contidos nas categorias de pessoas. No caso dos provérbios, por exemplo, ao se apropriar dessa fala, sem informar que a alteridade, o locutor assume a posição de sujeito, não se referindo a uma simples citação do discurso do outro, mas uma “tomada” desse discurso para si, enquanto meio que ele, no momento, possui para se enunciar. É provável que, nessa oportunidade de sobreposição do sujeito proverbial se encontre a motivação de seu emprego. Por outro lado, se a estrutura do provérbio remete a um sujeito genérico, universal, o locutor pode “ocultar-se” atrás desse sujeito indeterminado, usando essa impessoalidade a seu favor.

Além da categoria de pessoa, os verbos fazem parte do aparelho enunciativo. De acordo com Benveniste (1989), os tempos verbais são determinados em relação ao “eu” e coincidem com o momento da enunciação. Para o teórico, a temporalidade se produz pela enunciação, pois “da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo” (BENVENISTE, 1989, p. 15). Isso significa dizer que a categoria do tempo se origina da categoria do presente, o tempo da enunciação, o tempo em que o “eu” se pronuncia e institui o seu parceiro na interlocução.

Em relação ao provérbio, a marca temporal mais encontrada é o presente, forma atemporal, o tempo referente ao estabelecimento de verdades, que perduram para além de sua enunciação, e em qualquer tempo, espaço ou situação de enunciação. No entanto, outras marcas verbais, como o futuro, recebem o mesmo estatuto de atemporalidade, uma vez que não indicam temporalidade, em relação ao tempo da enunciação.

No aparelho formal, o autor inclui, ainda, outras categorias ligadas ao “eu” e ao “tu” enunciativo, como os pronomes demonstrativos, advérbios de lugar e locuções adverbiais, como indicadores de referências ao tempo e ao espaço da enunciação. Em relação aos provérbios, os pronomes são elementos que remetem a um tempo e espaços localizados fora da instância de enunciação e que, ao mesmo tempo, também não se explicitam no enunciado proverbial. Assim, em sentenças como “Aqui se faz, aqui se paga”; “Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje”; reitera-se que tais referências só podem

significar metaforicamente, não se referindo a uma situação de interação específica, ainda que na ideia de tempo e de espaço possa ser entendida uma referencialidade em relação aos parceiros da interlocução.

Nas considerações acima se procurou mostrar a questão do sujeito na linguagem a partir dos estudos enunciativos, tomando como ponto de partida os índices referenciais ou indicadores de subjetividade de Benveniste (1976). Evidenciaram-se, assim, as marcas que denunciam a presença do sujeito no ato de produção do enunciado, ou seja, a enunciação. Ao falar dessas marcas de inscrição de subjetividade enunciativa, percebeu-se que as categorias gramaticais, pelas quais se identifica a subjetividade, não possuem a mesma correspondência no enunciado, porque essas categorias são determinadas na instância enunciativa. É justamente essa propriedade, de se fazer marcar como sujeito a partir das relações construídas na enunciação, que permite a sobreposição de vozes, a intersubjetividade que se estabelece no fio enunciativo, a partir da heterogeneidade configurada pelo provérbio.

## 2.6 A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA E A POLIFONIA PROVERBIAL

A concepção de heterogeneidade enunciativa envolve o termo intertextualidade, empregado para se referir à relação que se estabelece entre textos. A intertextualidade pressupõe a presença de um texto-fonte, que é identificado na tessitura do texto. Segundo Bakhtin (2003, p. 297), todo discurso é polifônico, sendo construído a partir de uma sucessão de retomadas de outros textos. Na concepção bakhtiniana, nenhum enunciado é original, sendo impossível ao homem comunicar-se sem recorrer ao que foi dito em outro contexto, por outros sujeitos. Por seu caráter dialógico, o texto (enunciado) é o lugar de interação dos sujeitos, e só ganha vida em contato com outros textos. A noção de polifonia traz implícita, em sua constituição, a noção de dialogia e, segundo o autor, todo discurso é dialógico, isto é, não subsiste fora das relações entre locutor e interlocutor.

Assim considerando, o fenômeno dialógico não é apenas uma troca verbal, mas um colocar-se em atitude responsiva diante de cada enunciação. É,

segundo Bakhtin (2003, p.123), o diálogo, no sentido estrito do termo, uma das formas de interação verbal, e no sentido mais amplo, de toda comunicação verbal. A concepção de dialogismo, assim entendida, diz respeito não apenas à relação com a palavra do outro, mas ao confronto, no enunciado, das vozes ideológicas por trás dessas palavras, produzidas num momento e lugar historicamente determinados. Bakhtin (2003, p. 297) afirma que

cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo [...]: ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta [...] É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados, de outra esfera da comunicação discursiva.

Segundo essa concepção bakhtiniana, a experiência individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados dos outros. A dialogicidade, ou seja, as atitudes responsivas, constitui-se o fenômeno que determina a estrutura de todo enunciado, já que a linguagem é fundamentalmente voltada para a interação verbal, em direção ao Outro, para a multiplicidade de sentidos em que um enunciado se orienta para e por outros enunciados. Nesse sentido, a constituição do sujeito está relacionada à heterogeneidade da língua, nas relações entre os diálogos constituintes da enunciação.

As perspectivas dialógicas de Bakhtin são complementadas pelas concepções de heterogeneidade postuladas por Maingueneau (2004). A heterogeneidade enunciativa está implícita na concepção de polifonia com a qual Maingueneau considera a citação proverbial. Para o autor fenômeno polifônico, as “vozes” percebidas na enunciação, é resultante da heterogeneidade constitutiva da linguagem. Segundo Maingueneau (2008) é possível identificar as vozes do locutor, responsável pelo enunciado, e dos enunciadores, como as pessoas que falam na enunciação. Quando essas vozes são explicitadas na enunciação tem-se a heterogeneidade mostrada, nesse caso, a intertextualidade é marcada na superfície do texto. Outra forma de heterogeneidade é a que o teórico francês denomina como constitutiva ou não-marcada, em não há informação, requerendo um conhecimento prévio para a sua identificação.

A heterogeneidade pode ser representada sob a forma de discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre (MAINGUENEAU, 2004). No discurso direto se evidencia a presença de outro enunciador, indicada por marcas gráficas, como aspas e dois pontos, que configuram a citação, o discurso citado. Essa estratégia objetiva conservar a fala do outro como tal, ao mesmo tempo em que estabelece uma relação de distanciamento, um não comprometimento, com o dizer desse enunciador. Nesse caso, o enunciador assume que a fala não é sua, como uma espécie de proteção, ou ainda, para criar um espaço entre os enunciados e enunciadores, que o interlocutor é convidado a preencher. Por sua vez, o discurso indireto e o indireto livre permitem que o enunciador expresse sua avaliação sobre a fala do outro.

Na enunciação proverbial, um tipo comum de heterogeneidade mostrada é a forma de discurso indireto, em que nem sempre a exterioridade da fala é explicitada, ficando ao interlocutor a tarefa dessa percepção. Isso porque o locutor reporta outro enunciador, ao qual poderia ser atribuída a responsabilidade da fala proverbial. Como retomada de outra voz, a reprodução de um enunciado proverbial é um fenômeno polifônico, envolvendo dois sujeitos enunciadores, ou seja, aquele que se responsabiliza pela sua inserção no enunciado, e o outro, representado por um sujeito coletivo. Essa relação polifônica é o ponto de contato, a relação dialógica, um diálogo mesmo entre os sujeitos enunciativos, presentes no enunciado, ou por ele evocados.

Considerados como um já-dito, o eco de enunciações, representativos de um saber sócio-historicamente construído, cuja autoria é atribuída à comunidade representada por um sujeito genérico (EU), no qual todos se incluem como sujeitos legitimados, os provérbios se incluem, de acordo com Maingueneau (2008), nessa categoria de heterogeneidade mostrada, mesmo na ausência de marcas da exterioridade enunciativa.

## 2.7 A ALTERIDADE E A AUTORIDADE PROVERBIAL

O estatuto de sujeito, enquanto pessoa que fala, está diretamente em dependência com o estatuto do interlocutor, a quem o “eu” se dirige. É a

condição de alteridade que caracteriza a estrutura de diálogo do ser. O caráter dialógico da linguagem já inclui a obrigatoriedade de “outro”, que se estabelece a partir da inscrição de um “eu”. Como afirma Bakhtin (2003, p. 383), “o eu se esconde no outro e nos outros, quer ser apenas outro para os outros [...] livrar-se do fado do eu único (eu-para-si) no mundo”.

Como mencionado, o estatuto de citação do provérbio é dado a partir do reconhecimento dessa alteridade constituída pela presença de um enunciador genérico, que se identifica como representante da comunidade de falantes. Assim, esse traço de alteridade é fundamental para o seu reconhecimento, enquanto discurso citado. Ao enunciar-se pelo provérbio, o enunciador assume, momentaneamente, a responsabilidade pelo dizer proverbial, apagando a alteridade proverbial em proveito próprio, para persuadir o seu interlocutor sobre a veracidade de sua fala.

Comumente, entende-se como autoridade o argumento que se apoia na opinião de um enunciador, cuja palavra representa a verdade. Essa autoridade se estabelece nas relações de interação, entre aquele que se enuncia pelo provérbio e o seu interlocutor. No caso do provérbio, consideram-se dois tipos de autoridade: a autoridade da voz do consenso popular, “a voz da sabedoria”, e a voz do enunciador, responsável pela citação do provérbio. O caráter da autoridade proverbial está, principalmente, em sua representatividade de um saber consensual que, em grande parte, tem como referência valores sobre a natureza humana, e cuja validade não pode ser contestada. A forma de contradizer, de questionar a autoridade do provérbio, segundo Maingueneau (2004), é a subversão, processo pelo qual o enunciador “imita” o enunciado proverbial, objetivando desqualificá-lo.

O fato é que, como citação de autoridade, o provérbio é um importante reforço na argumentação, principalmente na linguagem oralizada, em que locutor e interlocutor precisam demonstrar maior habilidade com as palavras, optando por aquelas que promovam adesão imediata à sua fala. Tanto é que é na linguagem oralizada que se evidencia uma maior ocorrência de enunciados proverbiais.

É possível, ainda, considerar esse fenômeno como espaço de interlocução em que se pode observar, com maior propriedade, a relação do

sujeito enunciativo com a alteridade proverbial, a partir das modalidades de apropriação do provérbio, ou seja, as formas como o sujeito se coloca em relação à autoridade da citação. Estratégia enunciativa, a citação permite ao sujeito interromper o fluxo normal de sua fala, para introduzir a fala de outro. Ao citar essa fala, ele promove uma ruptura na enunciação afastando-se, momentaneamente, e instanciando-se como um *não-eu*, um outro enunciador. Como já mencionado, a citação do provérbio configura-se como a interrupção do fio enunciativo, para a inserção de outro plano de enunciação, constituído por já-dito atribuído a um sujeito coletivo. Para Santos (2007, p. 30), o provérbio diz respeito à representação material de uma voz coletiva. Assim, ao se empregar um provérbio, leva-se em consideração o contexto social mais imediato, ou seja, a coletividade que compreende o provérbio enquanto expressão de sua cultura.

Apresentando o provérbio como modalização autonímica, que indica o grau de comprometimento do enunciador, em relação ao seu enunciado, Maingueneau (2008) caracteriza o provérbio como um tipo de discurso relatado que funciona dentro de um sistema de *participação*. Esse termo, criado por Maingueneau, é um hibridismo a partir da junção das palavras participação e citação.

Afirmando o estatuto de enunciação coletiva do enunciado proverbial Maingueneau (2008, p. 93-94) considera que a citação do provérbio difere das citações convencionais. Para fundamentar sua proposição, o teórico apresenta as seguintes características para o sistema de *participação*:

- o enunciado “citado” é um enunciado autônomo;
- a citação é reconhecida sem necessidade de informação pelo locutor;
- o locutor que cita mostra sua adesão ao enunciado citado, por identificá-lo como parte do repertório amplamente compartilhado pela comunidade;
- ao citar o provérbio, o locutor o faz considerando a relação de pertencimento, de cumplicidade com essa comunidade,
- o repertório de citações é amplamente validado de acordo com os valores defendidos pela comunidade.

Pelas características acima relatadas, essa forma de citação refere-se à apropriação da fala proverbial, sem as marcas formais que indiquem a sua exterioridade. No sistema de *participação*, a voz ordinária do locutor funde-se com a voz extraordinária do provérbio. Segundo Maingueneau (2008), isso acontece porque há uma forma diferenciada de citação na apropriação do provérbio, em que o locutor não apenas relata um discurso do outro, mas toma esse discurso como seu, uma forma de adesão à voz proverbial. Ele não apenas cita como assume, diante do interlocutor, a enunciação do provérbio.

Ao caracterizar a citação proverbial como uma forma de *participação* sentenciosa, Maingueneau (2008, p. 94) ratifica, então, que os processos pelos quais os provérbios são introduzidos na instância de enunciação passam, necessariamente, pelas relações entre os partícipes da enunciação. Considerando que essas relações são estabelecidas a partir do compartilhamento de um contexto sociocultural e linguístico, infere-se que a seleção das falas proverbiais adequadas à situação de interação também é mediada pelo grau de aproximação entre os interlocutores.

O quadro teórico, aqui apresentado, parte do conceito de linguagem como lugar de interação, de constituição e de inscrição de subjetividades, em que o sujeito é concebido como um ser não determinado *a priori*, mas que se constrói no e pelo processo de apropriação da linguagem. A enunciação, interação estabelecida pela presença das diversas vozes, que se fazem ouvir nos diálogos constituintes do texto, instaura-se pelos movimentos dialógicos e polifônicos pelos quais os sujeitos se (re) velam, valendo-se de estratégias engendradas para produção de efeitos de sentido. Essas estratégias, como referido, são delineadas, a partir da escolha da forma de composição textual, que nada mais é que uma conformação do projeto de enunciação do sujeito.

No capítulo, a seguir, serão abordadas as questões que envolvem a composição do texto, a partir das quais foram definidos os métodos e os procedimentos de investigação.

## CAPÍTULO III

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta sessão, serão apresentadas questões como a composição e a estrutura do texto objeto de investigação, a metodologia e os procedimentos adotadas em consonância com natureza da pesquisa. A descrição do objeto se faz necessária, por se verificarem peculiaridades que são relevantes para compreender as interações produzidas na e pela inserção proverbial. Caracterizado o texto, pensa-se necessário, ainda, situá-lo como forma de justificar a sua escolha em relação a outras possibilidades apresentadas, no conjunto de contos do qual o texto foi extraído. Por último, descrevem-se os métodos e os procedimentos adotados para a análise das citações, extraídas do texto selecionado para investigação da enunciação proverbial.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O texto, objeto da análise, apresenta uma estrutura composicional em que se identificam características de uma forma particular de expressão linguística, que se assemelha à narrativa popular ou “causo”. Nessa etapa do trabalho, a caracterização do texto é importante, uma vez que se vislumbra uma compatibilidade natural entre o “causo” e o provérbio, enquanto formas de expressão da tradição oral. A compatibilidade, aqui mencionada, parece atenuar os possíveis efeitos de estranhamento que poderiam ser produzidos no fio enunciativo, resultando uma estratégia de construção de efeitos de familiaridade, que refletem na constituição de subjetividade enunciativa e na produção de efeitos de sentido, a partir das interações intersubjetivas.

Para justificar a caracterização da forma de composição, que aqui se convencionou chamar de “causo”, tomam-se os postulados de Bakhtin (2004), segundo o qual o gênero é uma forma relativamente estável de enunciado, determinado pela esfera da atividade e pela relação entre os parceiros. Apesar de Bakhtin empregar os termos discurso e enunciado com o mesmo sentido, ao

tratar do gênero, esse fato não desqualifica a sua teoria, mesmo porque o que está em pauta é a caracterização do texto quanto à sua forma de composição que, como já referido, parece favorecer a estratégia de construção de subjetividade, pela citação proverbial. Nesse sentido, a concepção bakhtiniana apresenta-se mais adequada para a essa caracterização do texto. Ao afirmar que a linguagem efetua-se em formas típicas de enunciados, que possibilitam o emprego da língua, em qualquer campo da atividade humana, o pensador russo destaca o caráter social da linguagem, em que o discurso é moldado a partir de modelos preexistentes em função dos objetivos e dos interesses de cada falante. Segundo Bakhtin (2003, p.283)

nós aprendemos a moldar o nosso discurso em forma de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala.

Nessa perspectiva, os gêneros são tipos de enunciados que organizam as formas de linguagem, pelas quais o sujeito interage com o mundo exterior. De acordo com essa concepção, o gênero refere-se ao modo de organização das interações entre o sujeito, possuidor da palavra, e o outro, aquele a quem ele dirige a sua fala. Ainda reportando a Bakhtin (2004, p. 113), o gênero caracteriza-se por um conteúdo temático, que determina aquilo que pode ser dito em um gênero; um estilo, pela escolha dos recursos linguísticos e pela construção composicional, que abrange as formas de organização do texto. Esses elementos são determinados pela situação social mais imediata e o meio social mais amplo. O gênero está implícito no processo de interlocução, considerando-se que ao enunciar-se o sujeito orienta-se pela situação de interação e pelos objetivos enunciativos, em relação ao seu interlocutor. Assim, o gênero é o lugar em que a linguagem manifesta-se, o que explica a diversidade de modos de sua utilização, que compreendem desde o diálogo do cotidiano à elaboração de um texto científico.

Considerado como uma forma particular de realização da linguagem, o gênero define-se pela especificidade do projeto enunciativo e das relações entre

os participantes de determinado campo da comunicação e pelas relações entre os interlocutores. Em função dessas relações orientam-se as escolhas dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua e permitem identificar todo e qualquer gênero e, segundo Bakhtin,

quando escolhemos as palavras no processo de construção de um enunciado, nem de longe as tomamos sempre do sistema da língua em sua forma neutra, lexicográfica. Costumamos tirá-las de outros enunciados e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo; conseqüentemente, selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero. O gênero do discurso não é uma forma da língua mas uma forma típica do enunciado; como tal forma, o gênero inclui certa expressão típica a ele inerente (BAKHTIN, 2003, p.292-293).

Pensando as situações de interação, Bakhtin (2003) estabelece duas modalidades de gêneros: os primários e os secundários. Os gêneros primários representam formas pouco elaboradas de enunciados, como o familiar e o cotidiano, numa esfera mais imediata das interações sociais. Esse gênero inclui os enunciados produzidos nas interações do cotidiano, como as formas espontâneas de linguagem, entre outras, cartas, bilhetes, telefonemas, telegramas, e-mail, receitas. Ao segundo grupo, o dos gêneros secundários, o autor relaciona as formas de linguagem que possuem caráter mais formal, nas situações de interação das instâncias públicas de comunicação. São formas que exigem maior elaboração como, por exemplo, os textos relacionados a esferas públicas, o científico, literário, religioso, filosófico, jornalístico, que surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado.

Dentro dessa visão de gênero, os “causos” estão incluídos em uma categoria ampla de gênero narrativo que abrange o conto, a novela, o romance, o relato histórico, o relato de experiências vividas, a história da vida, o mito, a lenda e a crônica. Essas narrativas têm em comum o fato de evocarem acontecimentos passados. Quanto ao “causo”, uma narrativa da tradição oral, pode ser compreendido como um gênero primário, por sua forma simples, concisa, de fácil compreensão e de memorização, cuja estrutura composicional é elaborada de forma a seduzir e a se deixar capturar com certa facilidade, assim como as expressões populares.

Quanto à destinação, o “causo” é uma atividade necessária ao relato de fatos, sejam esses relacionados ao mundo real ou mesmo ao mundo fictício, criados pela imaginação do locutor, dentro de uma possibilidade de realidade também construída pelo seu interlocutor. Esse tipo de narrativa evidencia acontecimentos nos quais a comunidade acaba se reconhecendo, como participante e sujeito. Nessa interlocução está o princípio dialógico que caracteriza a natureza polifônica do conto, tanto no sentido colocado por Benveniste (1989), como na concepção dialógica de Bakhtin (2003).

Narrativa curta e em prosa, o conto tem ainda como características a concisão, a precisão, a densidade, a unidade de efeito ou impressão total e a objetividade, necessária para causar um efeito imediato de excitação no ouvinte ou no leitor. O que explica a origem da expressão conto do vigário, prática geralmente criminosa, em que alguém é persuadido a agir contra seus próprios interesses, acreditando que terá algum proveito. Quanto à forma, o conto assemelha-se à crônica. O que distingue esses gêneros, no entanto, é a sua caracterização. Enquanto o conto narra acontecimentos, que podem ser reais ou fictícios, a crônica relata acontecimentos do mundo real. Forma reduzida de narrativa, a crônica registra os acontecimentos num tempo e num espaço determinados (D'ONOFRIO, 2002). No caso da narrativa popular, essa forma de expressão é caracterizada pela atemporalidade, pelo anonimato e, principalmente, por marcas da oralidade. Na escrita, essa oralidade é conformada por expressões populares como provérbios, ditados, locuções proverbiais, *slogans*, aforismos e gírias que, segundo Urbano (2008), representam índices da oralidade no texto escrito.

A oralidade do “causo” está associada à tradição de sua origem, onde são criados e transmitidos no processo de interação face a face, como forma de preservação e propagação da cultura popular. No Brasil, por exemplo, encontram-se lendas como “O boto”, na Amazônia; “O negrinho do pastoreio”, no sul; “O chupa-cabras”, em Minas Gerais. Essas narrativas, em geral, possuem aspecto irônico e ambíguo, o que resulta no humor do texto, elemento importante para que elas possam ser incluídas como manifestação do folclore popular. São essas histórias contadas por pessoas simples, a exemplo das

aventuras vividas por caçadores e pescadores, que encantam e seduzem com sua forma toda peculiar de narração.

No entanto, é no diálogo do cotidiano das conversas nas rodas de amigos e familiares que surgem as histórias que se transformam em causos. No “causo”, o narrador participa com linguagem própria da região de origem, utilizando-se de recursos lexicais que remetem à estrutura e fonética da oralidade. O efeito de “conversação” é promovido pelo diálogo, em o enunciatário é chamado a participar da interlocução como parceiro envolvido na história, enquanto produto e produtor dessas experiências sociais. Nesse gênero, os fatos narrados têm aspecto caricatural e apresentam um viés cômico, ou mesmo um exagero de imagens. Essa distorção da realidade, evidenciada no “causo”, remete ao conceito de “realismo grotesco” proposto por Bakhtin, conforme relatado em Brait (2008). Conceção é empregada para interpretar o conjunto de imagens da cultura cômica popular, o realismo grotesco é uma forma de ironizar as relações sociais e ressaltar os aspectos negativos. No “causo”, essa ironia evidencia-se no exagero das imagens a respeito do fato narrado, provocando um efeito de dubiedade, o que permite ao interlocutor compreender melhor as suas subjetividades culturais.

### 3.2 SOBRE A OBRA

O conto *A Fama e a Cama* foi extraído da obra *Órfã de Filha*, uma coletânea de 15 contos, publicada em 1993, pelo escritor José Augusto Carvalho. Mineiro de nascimento e capixaba de coração, o “professor” deixa revelar em suas obras um estilo característico, valendo-se um amplo repertório de expressões populares. Além dessa coletânea, o escritor possui vasta bibliografia que inclui, entre outros, diversos contos. Em geral, os contos narram histórias do cotidiano que reproduzem as relações mais simples do povo. É uma dessas narrativas, de acontecimentos inusitados, que caracteriza o conto *A fama e a cama*. Esse conto, especialmente, revela esse ofício de contador de histórias populares, como a narrativa de “causo”.

Além do conto citado, a obra do autor apresenta grande ocorrência de enunciados proverbiais, citados em sua forma padrão, evocados por fragmentos ou mesmo, em alguns casos, parodiados. Na leitura realizada, na coletânea *Órfã de Filha*, foram identificadas 259 ocorrências de provérbios e de ditados, além de outras expressões populares, fato que aponta a funcionalidade desses recursos na tessitura do “causo” como interessante tema de investigação.

O conto selecionado para a análise apresenta a história de João Doido, cujas peripécias são narradas como forma de expor e questionar estereótipos sociais como vaidade, notoriedade, lealdade, amizade, respeito, que se identificam pela citação de provérbios, com os quais são caracterizados os pontos de vistas enunciativos, revelando formas de pensar sobre o mundo e as relações sociais. As palavras “fama” e “cama”, que aludem ao provérbio “Cria fama e deita-te na cama”, utilizadas no título do conto, sinalizam a marca de oralidade que norteará os diálogos entre os interlocutores. As interações produzidas pela voz proverbial é uma estratégia que remete ao diálogo real, a forma mais simples e clássica de comunicação discursiva, que reflete a alternância dos sujeitos, no sentido defendido por Bakhtin (2004, p.279).

No conto, em questão, identifica-se uma linguagem viva, dinâmica e contextualizada que identifica um homem simples, morador de Vila do Arco, que pode ser qualquer cidade do interior, ou mesmo do Espírito Santo. Nele, o locutor representa, empregando provérbios e outras expressões populares, os sentimentos, os valores e as representações sociais de uma comunidade, que se identifica como rural, pelas escolhas lexicais e o estilo de linguagem empregada. Essa forma de estruturação do texto contribui para maior reversibilidade dos papéis enunciativos entre os parceiros da interlocução. É nesse diálogo, portanto, que o(s) sentido(s) é (são) construído(s), ou seja, é na instância de enunciação que as palavras significam, associadas às situações de interação em que são reproduzidas.

### 3.3 ESCOLHA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO

O “causo” *A fama e a cama*, proposto para a análise, é o primeiro de uma série de 15 contos. Em suas 19 páginas foram identificadas e relacionadas 79 ocorrências proverbiais, nas quais serão trabalhadas as questões propostas para o estudo. A escolha do “causo” foi motivada pela intenção de se investigar a enunciação do provérbio, em situação de interação na qual fosse possível identificar as estratégias de inscrição de subjetividade e a interação das vozes proverbiais, na produção dos efeitos de sentido. Optou-se por esse gênero de enunciado, por se observar uma compatibilidade com o provérbio, em função das marcas de oralidade, por sua origem e a sua forma de transmissão. Índices de oralidade, as expressões proverbiais encontram, no “causo”, a ambiência natural que dispensa as formas estereotipadas de introdução, dada à origem e à tradição popular da narrativa; além do que, no “causo”, o caráter dialógico e polifônico se configura de forma incontestável, na presença da alteridade no enunciado, deixando revelar “a enunciação na enunciação” (BAKHTIN, 2004, p. 144). Como serão mostradas, as vozes proverbiais misturam-se às vozes presentes na enunciação, harmonizando-se com elas, para a construção de sentidos que levam à compreensão do todo enunciativo.

Essas coincidências concorrem para a fluidez da enunciação do “causo” e para o efeito de familiaridade que leva ao mascaramento da alteridade e da heterogeneidade proverbial e, por conseguinte, as vozes só podem ser percebidas pela ruptura do plano de enunciação. Por outro lado, há conveniência na inserção do provérbio ao “causo”, como suporte à construção de uma imagem do enunciador, com a presunção de sabedoria, pelo domínio de um amplo repertório proverbial. Pelo provérbio, ele revela o seu conhecimento enciclopédico, semântico ou conhecimento de mundo que é, também, parte da memória coletiva.

É possível pensar, então, que o provérbio toma, nesse sentido, uma dimensão bem mais significativa que uma citação de autoridade, se considerar-se que esta autoridade deixa de ser uma prerrogativa do enunciador, para constituir uma estratégia de interação que particulariza um universo de enunciadores e de enunciações. Por outro lado, ao introduzir o provérbio, na

enunciação do “causo”, produz-se no enunciado o efeito de verdade, de autenticidade conferida pela autoridade popular, que consagrou ambas as formas de cultura popular.

### 3.4 MÉTODO DE ANÁLISE

A abordagem compatível com a presente análise corresponde ao que Marconi e Lakatos (2003) denominam de método exploratório e descritivo. A combinação desses métodos possibilitará verificar questões relacionadas ao emprego do provérbio, ainda não abordadas, a partir da descrição do fenômeno da enunciação proverbial, na narração do “causo”. Pela descrição da enunciação de provérbios, buscam-se evidências para apontar o “causo” como um suporte em que a inserção proverbial apresenta aspectos diferenciados de outros gêneros de enunciado. Entre esses aspectos, relacionam-se questões referentes à ocultação de alteridade, para a inscrição de subjetividade enunciativa.

Observa-se que, nas abordagens enunciativas, as análises são feitas a partir de recortes textuais, destacando a presença da alteridade proverbial, como construtor de efeitos de sentido. Em geral, são textos curtos, que evidenciam a análise do caráter argumentativo do provérbio, principalmente em textos midiáticos. Dada à peculiaridade da amostra, objeto dessa pesquisa, a análise da intertextualidade proverbial implica a compreensão do todo textual, o que significa recorrer a citações, em diversos momentos da narrativa, no intuito de evidenciar as relações de interação, que conduzem à apreensão dos diversos efeitos de sentido. Assim, julga-se necessário destacar as citações em que se identifica a presença do enunciado proverbial, assim como informar a página da qual elas foram extraídas.

A identificação, da fala proverbial, nas citações, fornecerá elementos para a exploração de aspectos relacionados à constituição de subjetividade e os efeitos de sentido, decorrentes da interlocução. Pelo método, acima definido, serão analisados os recortes referentes à presença de enunciados proverbiais, investigando como estes dialogam com os outros enunciados, e de que estratégias se vale o sujeito, para imprimir ou suprimir as marcas de sua

presença, e os efeitos de sentido produzidos a partir dessas estratégias enunciativas.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Definida a metodologia, parte-se para a observação do fenômeno de enunciação do provérbio, na tessitura do “causo”. Nessa etapa, a leitura da obra foi importante para a seleção do texto mais adequado à proposta de estudo, visto que todos os contos da coletânea atenderiam aos objetivos da pesquisa. A escolha levou em consideração as estratégias de inserção, que apontem a inscrição de subjetividade e as relações de sentido estabelecidas pelos diálogos na tessitura do texto, conforme categorias definidas no Capítulo II, sobre questões referentes à linguagem, como fenômeno de interação e de produção de subjetividades, as concepções de polifonia e de interação dialógica, pelas quais o sujeito se deixa revelar ou se oculta, ao produzir o seu enunciado.

Nesse sentido, trabalha-se a partir da identificação das formas proverbiais no texto e as suas formas de inserção. As expressões proverbiais foram destacadas e identificadas em sua forma padrão e sentido convencionalizado. Para essa etapa, recorreu-se a obras especializadas, nesse tipo de expressão, e a pesquisas em sites de busca. Esse procedimento foi necessário porque os provérbios não são informados, sendo introduzidos diretamente no texto em substituição às falas dos sujeitos. Em seguida, reescrevem-se as citações em que essas expressões são identificadas, para observação da presença de subjetividade e a descrição dos efeitos de sentido construídos, a partir de sua inserção.

Os enunciados proverbiais, coletados na amostra, serão elencados por ordem de aparecimento e apresentados, em anexo, seguidos de sua forma padrão, ou mesmo, em alguns casos, pelo seu equivalente, uma vez que, em função das marcas de oralidade, conformadas pela linguagem do “causo”, trabalha-se com a hipótese de alterações da estrutura proverbial e de proverbializações. Para efeito da análise, as porções da amostra serão

reescritas, destacando-se as expressões proverbiais em negrito e as citações de fragmentos de fala, retirados das citações, com asteriscos.

Após essas considerações sobre a caracterização do objeto e da obra da qual foi extraído, a escolha do objeto, assim como o método e os procedimentos de pesquisa, passa-se à análise, tema do Capítulo IV.

## CAPÍTULO IV

### A ENUNCIÇÃO PROVERBIAL EM A FAMA E A CAMA

Neste capítulo, proceder-se-á à análise do texto, eleito para a investigação sobre a enunciação proverbial, proposta neste trabalho, conforme procedimentos descritos na metodologia. Para tanto, tomam-se como ponto de partida as estratégias pelas quais o locutor demarca o seu lugar, como sujeito de seu discurso, nem sempre se evidenciando com marcas linguísticas. A partir da identificação dessas marcas, ou mesmo de sua ausência, serão investigados os mecanismos pelos quais o sujeito se faz revelar ou se ausentar do seu dizer, utilizando-se de estratégias, que lhe permitem o código da língua (BENVENISTE, 1976), para produção de sentidos na linguagem.

Entendendo com Bakhtin (2004, p.132) que “a compreensão é uma forma de diálogo”, procura-se reconstruir os movimentos dialógicos estabelecidos na e pela reenunciação proverbial, enquanto estratégia de produção de sentido mediado pelos efeitos de cumplicidade e de familiaridade, construídos na constituição dos sujeitos enunciativos, no texto *A fama e a cama*. Para efeito da análise, considera-se como texto a organização de enunciados com autonomia linguística e sintática, que produzem um sentido amplo (BAKHTIN, 2003). Tomando o texto como sequência de enunciados, que dialogam entre si, buscam-se as estratégias enunciativas que permitem ao sujeito ausentar-se, ou simular o distanciamento do seu dizer, pelo emprego do enunciado proverbial.

Finalmente, observa-se o movimento polifônico e como essas vozes dialogam, na constituição dos sentidos. Para a designação dessas vozes, opta-se pelos termos locutor, responsável pela produção do enunciado, como a figura que possibilita transformar a língua em enunciação (BENVENISTE, 1989), e enunciador, que pode representar-se como o sujeito e o responsável pelos pontos de vista expressos na enunciação. O termo enunciatário será empregado para designar a figura à qual o locutor faz referência e o interlocutor para os parceiros na interlocução.

Para efeito de análise, julga-se pertinente uma breve apresentação de *A fama e a cama*. Como já referido, esse conto é uma narrativa que remete ao imaginário popular, reproduzindo, como justifica o locutor, histórias “que andam de boca em boca” e, como tal, sua autoria é atribuída e mantida pelo anonimato. Partindo de um quadro de acontecimentos possíveis, o locutor estabelece um canal de diálogo imediato com o seu interlocutor que, de certa forma, se identifica nessa história. Assim, o que o locutor diz não causa estranhamento, ou seja, não há impacto imediato, visto que os fatos narrados por ele são produtos da realidade vivida pelo grupo. Além de registrar essas vivências, a narrativa permite visualizar representações de um mundo mais particularizado e individualizado. Em *A fama e a cama*, a situação de interação sugere que os sujeitos pertencem a uma comunidade rural, pela presença de uma linguagem peculiar, com o emprego de fraseologismos, que produzem interessante efeito de “conversação”. Esses recursos lexicais denunciam um repertório comum, de fácil assimilação, que inclui provérbios e outras expressões características do “thesauro” da comunidade.

Em sua estrutura, o texto apresenta quatro blocos de enunciados separados entre si por intervalos, que criam um efeito de suspense, em relação à continuidade do relato. Essa fragmentação é marcada no texto por três asteriscos, inseridos após o término da primeira, da segunda e da terceira parte. A presença do sinal gráfico, nesse caso, tem por objetivo marcar o início e o término das sequências textuais, assinalando a suspensão da ordem temporal da história. Quanto à composição, a primeira parte da narrativa apresenta os elementos constitutivos da história que será contada. É a situação inicial, entendida como o momento que antecede o desenrolar dos fatos. Geralmente, indicando um estado de equilíbrio que serve de fundo às ações, é o momento em que o locutor caracteriza a história e os participantes. A situação de equilíbrio, no texto, é introduzida por um encadeamento de expressões, que remetem ao domínio de um amplo repertório proverbial. Observa-se, também, a preocupação do locutor, em relação à imagem que o interlocutor deverá construir para o enunciador, uma vez que é essa imagem que garante a atenção e a aceitação do que ele irá narrar.

A segunda parte, da sequência, apresenta os elementos que subsidiarão a história. É nessa fase que são desencadeadas as ações que destroem o equilíbrio da situação inicial. Há um encadeamento linear das ações, que levam a um acontecimento particular inesperado. São os desencadeadores da ação que irão justificar a trama. Nota-se, no primeiro parágrafo desse segmento da narrativa, uma retomada indireta à introdução da primeira parte, como estratégia de reforço ao não comprometimento do locutor com a veracidade dos fatos que serão narrados.

A terceira parte da narrativa também apresenta elementos importantes para a compreensão do todo enunciativo. Pode ser entendida como uma forma de reforçar e confirmar as aventuras vividas, como estratégia de isenção de responsabilidade do locutor em relação à heroificação da figura principal da trama. Essa parte, a mais curta, é constituída pelo relato de um suposto duelo, que corrobora a valentia da personagem e municia o locutor de elementos para justificar o desfecho da história. A quarta e última parte é o momento de maior tensão do texto. É quando as ações são intensificadas, em direção à finalização e ao desfecho. É a fase de resolução que permite compreender o todo enunciativo, cujo ponto central é a revelação do segredo da fama. A situação final corresponde a uma interrogação do interlocutor: Como isso termina? Ela fecha o mundo misterioso da história e, algumas vezes, conduz em direção à moral. Nessa parte do texto, são apresentados os elementos que intervêm para a transformação e o restabelecimento do equilíbrio. A resolução do conflito, a situação final, instaura um novo estado de equilíbrio, que se faz marcar pela partida de João Doido, com a mulher e os filhos, da Vila do Arco. Para compreensão, apresenta-se a seguir uma paráfrase do texto.

O texto conta a história de João Doido, homem simples do povo, alto e forte, de barba cerrada e voz firme e sonora, que assustavam mais que a corpulência. Desprovido de beleza física, João Doido tinha na fama de pistoleiro a justificativa para suas andanças e para o dinheiro fácil que o sustentava. Respeitado por não fazer mal à comunidade em que morava, João Doido afugentava os malfeitores, o que o tornou uma espécie de anti-herói popular, mais temido que a própria polícia, somando-se ao fato de ser amigo de todos. Para justificar essa fama, o locutor apresenta as peripécias de João Doido, em

que são envolvidas as figuras de Coriolano, também pistoleiro e perigoso, Damião, o contratante dos serviços de Coriolano; e um jovem, metido a valente, que tenta matar João para vingar-se pela morte de Damião.

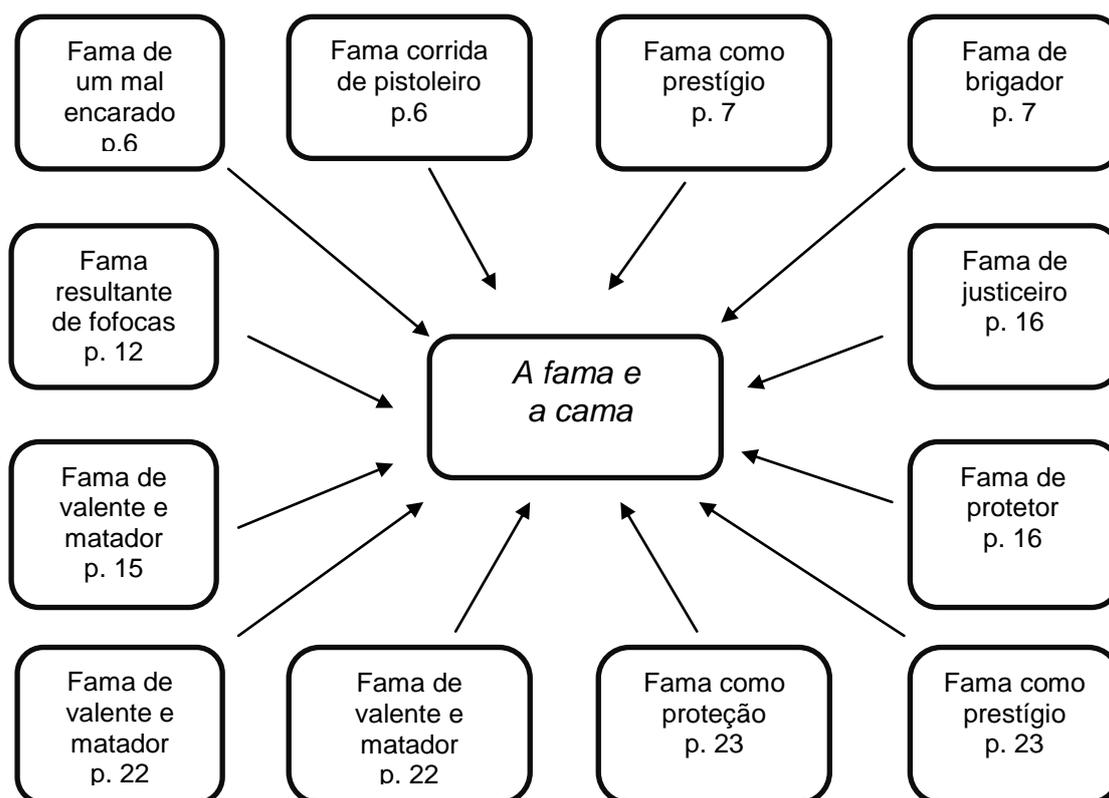
São essas figuras enunciativas que justificam a fama atribuída a João Doido, assassino e, ao mesmo tempo, “exemplo de direiteza” para o povo de Vila do Arco. Esses valores contraditórios estabelecem, então, o conflito, ou seja, contar a João Doido que, em suas ausências, a mulher recebia os fazendeiros da região. O locutor coloca o conflito como “o calo no pé das gentes de Vila”: como contar a João Doido sobre a traição da esposa? Como cobrar uma atitude condizente com a sua valentia e “direiteza” no trato com as pessoas? Isso porque, além de temer a reação, havia preocupação quanto ao que ele poderia fazer, ao descobrir que os amigos esconderam-lhe a verdade. A “espinhosa” missão, que é dada ao compadre de João, revela o segredo de João Doido: ele nem sabia atirar. Ao fingir-se pistoleiro, ele mantinha sua autoridade, impondo o medo e desencorajando, dessa forma, aquele que ousasse contar-lhe sobre o comportamento adúltero da esposa, Alba Luz.

A revelação desse segredo, ao compadre, expõe a fragilidade e a covardia de João Doido, que se sente humilhado por não agir de acordo com a fama conquistada junto à comunidade, quebrando, assim, as expectativas do grupo em relação à sua fama de valente. Instala-se então um impasse: João reconhece, na condição de marido traído, uma situação sem solução, uma vez que não pode e não quer abrir mão dos benefícios a ele concedidos. Não pretendendo, então, matar os fazendeiros ou a esposa, para lavar a honra, comportamento esperado pelos amigos, João Doido continuaria tirando proveito da situação. Decerto, essa atitude o levaria a perder o respeito e o medo construídos por sua fama. O fato é que, mesmo envergonhado, João Doido não toma providência, ou seja, tudo continua na mesma até que, um dia, ele revolve sumir para sempre da cidade, com a mulher e os filhos, levando consigo o segredo de sua fama de pistoleiro.

Após essa paráfrase da narrativa observa-se como os enunciados proverbiais interagem na construção da subjetividade e dos efeitos de sentido, a começar pelo título do texto. O fio que conduz à trama central é construído a partir do provérbio “Faz a fama e deita na cama”, evocado no título que anuncia,

cataforicamente, a moral da história, antecipando o ponto de vista em relação aos sentidos construídos na enunciação, subsumindo-o numa asserção genérica. A expressão popular é evocada com função de aconselhamento, aludindo ao sentido de que se deve primeiro trabalhar, para depois usufruir os benefícios, sem precisar de esforços. Mas há também uma ideia de advertência e de ironia, referindo-se ao fato de que se colhe aquilo que se planta, ou seja, tudo que se faz gera consequências que devem ser assumidas. As interações entre as figuras enunciativas mostram representações sociais que apontam, por exemplo, a forma pela qual as pessoas são avaliadas, valorizadas e julgadas no seu grupo social, e os modelos de comportamento que cada indivíduo deve seguir. Nessa composição, a história de João Doido é narrada por uma multiplicidade de diálogos mediados por provérbios que possibilitam, não só diferentes efeitos de sentido, mas uma “sensação auditiva” da interação dessas vozes.

Seguindo esses fios dialógicos, são encontradas no texto doze citações da palavra fama, com sentidos que variam de acordo com a situação de interação. Para apontar as possibilidades de compreensão, as ocorrências são apresentadas, por ordem de aparecimento no texto, conforme o gráfico, abaixo:



Observa-se, no entanto, que a fama não se restringe apenas à figura de João Doido, mas também às demais figuras da trama, adquirindo diversos contornos e sentidos. No primeiro parágrafo da amostra, a expressão “fama de um mal-encarado” sugere que a fama é construída em relação ao medo que envolve as lendas, no caso, a origem da história. Ainda na sequência, é possível apontar em “fama corrida de pistoleiro bravo” (p.6) uma característica atribuída a João Doido, uma qualidade negativa na consideração popular. O prestígio social, dado a partir dessa consideração, é resumido pelo narrador como “a fama de ter as costas quentes” (p.7), denunciando uma crítica em relação ao ponto de vista do consenso geral, segundo o qual os indivíduos costumam tirar proveito dessas situações, em que ter as “costas quentes” é receber regalias e a ter a sensação de poder e de impunidade.

Outra menção à fama percebe-se no conjunto semântico “alma de cântaro” e “fama de brigador de quilate” (p.7). Aqui se observa um ponto de vista que converge para uma conotação positiva, atribuindo uma qualidade, embora essa qualidade, precedida da expressão “alma de cântaro”, pareça remeter a uma forma de ironia, visto que o ser qualificado é um indivíduo que age fora dos padrões sociais. A qualidade é reforçada nas metáforas “alma de cântaro” e “brigador de quilate”, uma vez que a expressão “cântaro” supõe grandeza de sentimentos, e “quilate” aponta uma qualidade associada à pureza do ouro e das pedras preciosas. Esse mesmo sentido irônico de fama é confirmado na fala “exageramento das fuxicagens das comadres” (p.12). O outro elemento implícito nessa fala é a referência à mulher como a responsável por espalhar os boatos, que geram os fatos que alicerçam a fama. Segundo essa fala, o papel social, atribuído aqui à figura feminina, é determinante na construção da fama, ainda que envolva outros elementos nesse processo.

É interessante notar como o locutor elabora o enunciado pinçando pontos de vista em que fama vai sendo sutilmente desconstruída, a partir de um tom irônico, estabelecido pela oposição semântica às qualidades atribuídas aos atores enunciativos. Exemplo disso é “a fama de João Doido crescia como homem “valente e matador de escol” (p.15) em que “valente” e “matador” são

qualidades que não se incluem em um mesmo grupo de valores. Isso porque “valente” aponta sentido associado à coragem e à bravura, qualidades positivas, que se opõem a “matador de escol”, cuja expressão deixa entrever uma conotação pejorativa, que se faz, a partir do adjetivo “escol”, como algo de excelência e motivo de orgulho. A ironia é ainda reforçada com a expressão “honroso mister” (p. 23) para designar a profissão de matador profissional. De fato, dentro do contexto da trama, essa qualificação tem um efeito positivo, visto como uma forma de proteção, uma vez que impõe o medo a ponto de afastar os bandidos da região. Ao afirmar que “a fama do homem era melhor que a proteção da polícia” (p.16), observa-se o ponto de vista de um enunciador, que coloca em dúvida o papel da instituição, no sentido de garantir a segurança e a ordem social. Assim, a fama tem um papel importante na manutenção dessa suposta ordem social.

Olhando-se por esse viés infere-se, então, que o valor de fama é reforçado como notoriedade, como atributo conquistado, mas não no sentido concebido pelo consenso popular, ou seja, fama como resultado de um esforço, de trabalho árduo em direção a um objetivo. A análise das ações, pelas quais a fama de João é atribuída, mostra discordância do ponto de vista do enunciador que se identifica como crítica indireta às formas de construção dos valores sociais, sobre julgamentos e valorização do indivíduo, a partir de princípios contrários à moral e aos bons costumes; às relações entre o poder institucionalizado e o poder paralelo, visto que a própria polícia se beneficia da segurança proporcionada pela fama do pistoleiro e, finalmente, o jogo de interesses, que subjaz nas relações sociais, inclusive nas relações conjugais. A verdade é que a fama promove diferentes diálogos no percurso da narrativa, não deixando que o interlocutor perca de vista o eixo que se estabelece com o ponto de vista do enunciador, já sinalizado no título.

Na alusão ao provérbio, fragmentado na construção do título, são estabelecidos espaços de negociação de sentidos, a partir da remissão a um enunciador genérico, que passa a mediar as interações produzidas no espaço enunciativo. Além da remissão à voz proverbial, os artigos que precedem os substantivos “fama” e “cama” fazem desses vocábulos uma informação compartilhada, relacionando-as a objetos conhecidos. Por outro lado, a

dubiedade de sentidos, em razão das diferentes formas proverbiais evocadas por “fama” e “cama”, mantém em suspense a identificação precisa da citação proverbial. Essa identificação só é possível a partir da confissão “forçada” de João Doido ao amigo e compadre:

\_ Nunca matei ninguém na minha vida. Nem sei atirar. Saio de vez em quando pra fingir que vou matar algum desafeto ou cumprir um contrato de morte, mas é só pra segurar a cabra para eles mamarem, e eles nem sabem disso! (p. 22).

\_ Agora você já sabe de tudo. Tentei assustar você para evitar que contasse... (p. 23).

O diálogo acima justifica o título *A fama e a cama*, pela (re)atualização do sentido proverbial, que se deixa apreender na fala de João Doido, ao desconstruir a imagem, até então a ele atribuída pela comunidade. O sentido de aconselhamento em “Faz a fama e deita na cama” não se confirma no ponto de vista do enunciador que, ao fragmentar o provérbio, possibilita construir outras relações e novos efeitos de sentido a partir do efeito de particularização em a “fama” e a “cama”. Essa particularização é marcada pelos artigos, que criam efeitos de antecipação do ponto de vista do enunciador, em relação ao desfecho da narrativa. Assim, o enunciador pode, além de adesão ao provérbio, criticar, de maneira irônica, a forma pela qual a fama é construída. Há dois diálogos aqui: um que é identificado pelos substantivos “fama” e “cama” e o provérbio; e outro que se configura entre a “fama” e a “cama”, do desfecho da história.

Vislumbram-se, ainda, outros diálogos, a partir da palavra “cama” com sentido que passa pelo discurso sobre a coisificação da mulher, ou seja, a mulher vista como objeto de prazer. Nesse entendimento, o substantivo “cama” remete a local de práticas sexuais, de intimidades entre casais. Esse valor é reforçado nos pontos de vista apresentados a partir da descrição de Alba Luz, mulher de João Doido. Essa mulher é identificada por traços físicos e psicológicos que se opõem à caracterização do marido, descrito como um homem feio e assustador. Em oposição, a figura feminina possui atributos físicos que a enquadram em um padrão social de beleza, para justificar a cobiça dos homens, como mostra a citação:

Morava com Alba Luz, mulher bonita e apetitosa, mãe de três filhos – um menino e duas meninas – que macho nenhum incomodava com medo de ser trazido num cortado pelo matador (p. 6).

O conjunto de traços semânticos, nessa descrição, sugere uma mulher sensual que é protegida, das investidas dos homens, pelo medo que o marido impõe na comunidade. Na menção às qualidades físicas dessa mulher, evidencia-se um ponto de vista enunciativo no qual é possível perceber uma crítica ao comportamento do marido que, segundo o discurso masculino, não teria motivos para se afastar tanto de casa, deixando a esposa solitária que, também segundo esse ponto de vista, é induzida à traição. Os traços psicológicos de Alba Luz são confirmados, pelos amigos de João, como mulher “sem honra a perder” que “fazia as coisas no maior descaramento”, uma cobra peçonhenta. Esses traços vão delineando os valores que devem ser focalizados para a compreensão do desfecho da história. Primeiramente, ele apresenta a mulher que fala pela sensualidade, como indicam os adjetivos “bonita e apetitosa”, associando, ainda, a essa qualidade uma característica positiva, atribuída ao nome Alba (branca) e Luz (claridade). Esses atributos revelam estereótipos pelos quais essa mulher é considerada, como confirma o diálogo entre os amigos de João Doido:

**Para andar com coxos é melhor coxear:** se os fazendeiros tiravam suas casquinhas, por que não todos nós? Afinal, Alba Luz não era de se jogar fora e não tinha mais honra a perder... Mas a proposta indecorosa, que eu não sei de quem partiu, foi insultada com vaias e axingamentos [...].

Quem sabe não seria melhor falar com Alba Luz para que tomasse caminho? Assim ninguém mais ia fazer azia, João Doido não seria mais chifrudo e estava resolvido o problema. Mas **se ela já estava no embalo da dança, não adiantava parar a música, ou o costume não faz nova a diferença?** Na certa que ela nem ia se tocar, já que fazia as coisas no maior descaramento. A proposta foi rejeitada.

Um outro disse que **morta a cobra se acaba a peçonha:** o negócio era forjar um acidente e pronto. Sem Alba Luz não haveria mais chifres. Mas a proposta esbarrou em senões: quem teria a coragem de fazer três órfãos e enfrentar depois a ira do viúvo? (p.17).

No diálogo apresentado, a avaliação negativa do comportamento de Alba Luz é reforçada pela voz proverbial “Para andar com coxos é melhor coxear”, cujo ponto de vista sugere que os amigos também deveriam ter momentos de

prazer com a mulher de João Doido, igualando-se aos fazendeiros e à falta de pudor da pecadora. Pela reação do grupo percebe-se que o que incomoda não é a infidelidade da esposa, mas o fato de que o marido traído é um amigo e, nesse caso, a traição fere o código de honra. Aqui é possível ouvir a voz de um consenso geral, principalmente dos homens, não para corrigir a situação de infidelidade da mulher, mas no sentido de resgatar a honra masculina ameaçada uma vez que, como relata o locutor, Alba Luz colocava os fazendeiros dentro de casa, na “cama das maridezas” sem nem esperar que esfriasse um comportamento que denota a falta de respeito aos princípios da moralidade.

Os atributos apresentados permitem traçar uma linha que dialoga com o sentido de “cama”, que é sutilmente desviado para um sentido irônico, subentendendo-se um discurso erótico, em que a palavra “cama” é designada como local de prática sexual, de prazer que, além do mais, permitia à mulher sustentar o marido e os filhos. A fama de valente e de homem direito atribuída a João, nesse caso, é ameaçada pelo caráter de ilicitude do comportamento da esposa. A esse sentido, acrescenta-se um caráter moralizante que remete à perda de valores como moral, amor, família, honra e dignidade. É a cobrança de valores, que as vozes enunciativas sugerem que motiva a revelação do segredo de João Doido, de sua boa vida sustentada à custa dos prazeres e favores sexuais de sua esposa, aos fazendeiros da região.

É possível apontar, nesse diálogo, um reforço à qualificação da figura feminina. Tem-se, assim, a figura de uma mulher inserida em um contexto social dominado pelo poder econômico e que, valendo-se dos atributos físicos e da cumplicidade do esposo, resolve tirar proveito, desencadeando, a partir de sua atitude, uma relação de toma lá dá cá que favorece todo o grupo. A infidelidade feminina consentida é um desvirtuamento de valores que é, na narrativa, considerada com maior gravidade que a fama de pistoleiro de João Doido, até então com “mais de vinte mortes no lombo”. O sentido produzido, a partir da categorização dessa mulher, no texto, remete ao imaginário popular de uma pecadora que sente prazer na traição, valendo-se ainda da cumplicidade do marido, chegando a sugerir a narrativa que os filhos eram dos amantes e não de João.

Em momento algum se mencionam as razões dessa conduta transgressora que precisa ser corrigida, embora ela favoreça todo o grupo, principalmente o marido, que passa de provedor para sustentado pela mulher, numa inversão de papéis sociais. Ao rebater a ideia de tirar proveito dessa situação, ouve-se a voz da moral, que busca o resgate de valores como a amizade e a fidelidade aos amigos. Os sentidos desse diálogo passam, ainda, pelo questionamento da desigualdade social na voz do provérbio “para andar com coxos é melhor coxear que”, no diálogo, aponta um sentido que vai em direção oposta à conduta condenada pelo grupo, por isso mesmo rechaçada.

Outro ponto, aqui evidenciado, é que os sentimentos mudam de acordo com os interesses do grupo. Por exemplo, ao repudiar a ideia de igualar-se aos fazendeiros, amantes de Alba Luz, revelam-se pontos de vista em que a amizade é considerada acima dos interesses pessoais, realçando essa conduta como algo que deve permear as relações entre os amigos. No entanto, isso não ocorre em relação às atividades do amigo pistoleiro, visto que é proveitosa para todo o grupo, desde que não fosse despertada a ira do criminoso. Não seria esse o motivo do incômodo gerado pelo comportamento leviano da mulher, na trama? As vozes, presentes nos diálogos, revelam conflitos entre o que é permitido e o que não se admite nas relações sociais, mesmo que os fatos justifiquem outros comportamentos.

Ainda na citação, nota-se, na proposta apresentada pelo grupo, a certeza de que as coisas não mudam sem uma atitude drástica, o caso de Alba Luz, pela evocação das vozes proverbiais “Dança-se conforme a música”; “O costume faz nova a natureza” e “Morta a cobra acaba-se a peçonha”. A citação popular, nesse caso, vem justificar as atitudes a serem tomadas pelo grupo em relação ao conflito. O sentido sugerido, na última fala proverbial, mostra a descrença em que as coisas possam ser resolvidas sem sofrimento. Essa voz é refutada, no entanto, pelo medo das consequências que poderiam ser geradas como, por exemplo, deixar as crianças órfãs e enfrentar a ira do viúvo, ou seja, João Doido. Vale destacar, aqui, a voz de um consenso popular de que a questão da ilicitude da ação não passa pela convenção das normas institucionais, mas pela convenção adotada no código delineado pelo grupo. Observa-se, nessa tríade proverbial, um reforço ao ponto de vista segundo o qual as pessoas mudam o

caráter de acordo com as conveniências e que somente atitudes drásticas, como a morte, podem alterar uma situação condenada pelo grupo. A cobra, metáfora atribuída à mulher de João Doido, ao morrer, acabaria com a peçonha, ou seja, a fama de marido traído e afastaria a imagem da “tentação” simbolizada pela mulher.

Esses sentidos são reforçados nos fios dialógicos que ligam o título proverbial ao corpo textual que passam, ainda, pelas epígrafes para apreensão do sentido de fama. Diretamente relacionadas ao tema da narrativa, as epígrafes funcionam como resumo do que será exposto. Contrariando a estratégia observada no interior da narrativa, as epígrafes apresentam dois provérbios com alteridade indicada. É possível apontar que, além de construir relações como o todo textual, a reescrita proverbial (des) vela a presença de um sujeito enunciador que imprime suas marcas na enunciação, embora não se manifeste por elementos dêiticos:

**Escorregar não é cair: é andar mais depressa...**  
(Provérbio português)

**É melhor ter um inimigo inteligente do que um amigo burro.**  
(moral de alguma fábula)

A estratégia dessa citação denuncia o mecanismo de proteção da autonomia proverbial em que, ao isolar as expressões, o enunciador delimita um espaço de forma a conservar a integridade e a autenticidade da fala. Pela citação, infere-se, além da competência enciclopédica, um direcionamento de sentidos que se devem buscar no texto. Além do que, ao informar a exterioridade dessa fala, o enunciador simula o seu distanciamento julgando-se oculto pela alteridade do provérbio. No entanto, é possível buscar os indícios da presença do sujeito nas epígrafes proverbiais. Na primeira citação, ele se revela ao interromper a fala proverbial, com sinal gráfico de dois pontos e, a seguir, inserir uma conclusão. Observa-se, ainda, que a conclusão da sentença é suspensa pela inserção de reticências e, assim, a completude do sentido é transferida para o outro, estabelecendo um canal de diálogo, que fortalece os laços com o interlocutor.

Em relação à segunda epígrafe, “É melhor ter um inimigo inteligente do que um amigo burro”, registra-se que a expressão é identificada pelo locutor como a “moral de alguma fábula”. Esse fato chama a atenção, uma vez que provérbio e moral têm o mesmo valor na fraseologia popular. A desinformação da identidade, nesse caso, tem dois efeitos: a dúvida em relação ao dizer proverbial e o sentido de ironia em relação à suposta sabedoria proverbial. Esse sentido irônico é apontado pela caracterização do enunciado como “alguma fábula”, o que confirma a depreciação da fala proverbial pelo enunciador. A ironia acentua-se ainda no substantivo “burro” que substitui o adjetivo “ignorante” na forma padronizada do provérbio: “É melhor ter um inimigo inteligente que um amigo ignorante”. A leitura que se faz nessa substituição revela que o enunciador interfere na estrutura lexical do provérbio, para desfazer a ambiguidade do adjetivo “ignorante” que, no jargão popular, é empregado para designar uma pessoa mal educada, que age de forma grosseira e pouco sensata, de “ignorante” como aquele que não tem instrução, como aquisição de conhecimento. É o sentido de pouco inteligente que será confirmado pelo enunciador, ao apresentar os fatos que levam ao desfecho da história do segredo da fama de João Doido.

Como se vê, as epígrafes apresentam marcas explícitas de enunciação e revelam sujeitos que se fazem falar pelo provérbio, não manifestos por marcas específicas, mas pelo jogo interlocutivo inerente à atividade verbal. Ao mencionar a fábula como a fonte da citação, o enunciador marca os pontos de vista a partir dos quais a história será narrada. Por fábula entende-se uma breve narrativa de natureza simbólica, que tem como personagens animais ou seres inanimados, que vivenciam acontecimentos que podem ser atribuídos aos homens.

O objetivo da fábula é pedagógico, ensinando por meio de acontecimentos simbólicos, como o homem deve ou não proceder. Seria esse o motivo de o enunciador referir-se ao amigo “burro”? A resposta a essa questão é mantida em suspense até o desfecho da narrativa, quando é possível fazer um diálogo com a fábula do *Burro vestido com a pele de leão*, de La Fontaine. Para entender esse sentido, apresenta-se uma paráfrase da narrativa. Essa fábula conta a história que um burro, ao entrar num bosque, pensa encontrar um leão,

mas percebe que é apenas uma pele do felino. O fanfarrão resolve, então, tirar proveito da situação usando a pele do leão para assustar as pessoas que, o vendo, pensam ser ele um leão feroz. Dessa forma, ele atemoriza os homens que, premidos pelo medo e pelo respeito, fogem logo que o avistam, imaginando que correm perigo. No entanto, o “burro” deixa uma pontinha da orelha aparecendo e é, dessa forma, desmascarado pelo dono. Como consequência, ele é castigado com o chicote e volta a sua vida de burro, animal de montaria e de transporte de cargas, perdendo assim as suas regalias. Aqui o burro é também uma metáfora empregada para designar aquele que tenta ser esperto, mas não age com inteligência e acaba se revelando, como na moral da fábula de La Fontaine (2012):

Tal entre os homens mil se conhecem  
Os quais são uns, e outros parecem.  
Despem-lhe a pele que os faz troantes,  
Ficam sendeiros como eram dantes

É possível, então, apontar uma interdiscursividade entre a fábula do burro e a história de João Doido, a partir da associação com a palavra “burro”, empregada pelo locutor, ao evocar a voz proverbial: “É melhor ter um inimigo inteligente do que um amigo burro”, atribuindo essa voz à moral de alguma fábula. Ao fazer referência à fábula, evocam-se as histórias fantasiosas encenadas por animais e seres inanimados, para evidenciar comportamentos humanos que devem ser reprovados e punidos. É o que parece apontar *A fama e a cama*, no caso de João Doido, o burro da fábula de La Fontaine, que veste a pele de leão (pistoleiro), passando a ser temido e respeitado como homem valente e matador, como mostra a descrição do seu caráter violento:

Mas João Doido não ganhara esse nome à toa, em Vila do Arco. Fazia chuva e o bom tempo e o que mais quisesse, por sua fama corrida de pistoleiro bravo, com mais de vinte mortes no lombo. Morava com Alba Luz, mulher bonita e loura apetitosa, mãe de três filhos – um menino e duas meninas – que macho nenhum incomodava com medo de ser trazido num cortado pelo matador (p.6).

Eu era padrinho de seu filho homem, mas nunca abusei dessa fama de ter as costas quentes nem do respeito medroso com que me tratavam por causa do meu compadre (p.7).

As qualidades atribuídas a esse homem estão ainda relacionadas ao nome João Doido, que sugere um indivíduo que age como louco, ou seja, não pensa para agir, um indivíduo insensato, que não mede as consequências de seus atos. O ponto fraco, que denuncia a farsa de João, é o comportamento adúltero da esposa, ao se deixar ser vista com os amantes, fato que depõe contra a honra do homem e a fama do pistoleiro. Como em toda fábula que se preze, quando João Doido é desmascarado pelo compadre, o “moleiro” em *O burro e a pele de leão*, de certa forma, também, é punido ao ter que abandonar a as mordomias, vida tranquila em Vila do Arco e os “amigos”. A vida tranquila, no caso, refere-se à forma despreocupada de João em relação aos problemas financeiros, como revela em “vivendo à tripa forra, gastando mais que candidato em campanha eleitoral” (p.7).

Note-se ainda que, ao comparar o comportamento do pistoleiro aos políticos, revela-se um ponto de vista que expressa discordância a respeito do favorecimento da classe parlamentar, pelas doações de dinheiro para as campanhas eleitorais e à forma como esse recurso é empregado. O diálogo com a fábula é reforçado pela imagem de poder e de prestígio, que o dinheiro confere ao indivíduo que, nessa citação, tem seu comportamento comparado aos políticos, pela maneira como administra o recurso obtido sem esforço. Por sua vez, a pele de leão remete ao sentido da máscara, da representação do poder, da força, da valentia e do sangue frio diante dos “desafetos”. O recorte acima sugere outro diálogo a partir de “João”, um nome comum, que poderia ser identificado como qualquer indivíduo do grupo social, que por sua vez remete às fábulas e ao sentido de representação de uma coletividade. Quem sabe as mentiras, sobre as quais é construída a fama, não incomodem tanto os homens, quanto a infidelidade da mulher, porque eles se retratam e são representados nesse homem comum de nome João?

Como a moral das fábulas, os provérbios oferecem conselhos que são atualizados na situação de interação, revelando modos de pensar sobre vícios, virtudes, defeitos e fraquezas humanas. O texto *A fama e a cama* retextualiza as histórias contadas de boca em boca e renovadas a cada reenunciação pelos sentimentos, opiniões e juízos de valor (re) apresentados e (re) validados pelos

dizeres populares. A caracterização desse processo de contação de histórias fica evidente já no primeiro parágrafo do texto, pela composição proverbial que concorre para produção de uma maior aproximação entre os interlocutores.

A análise da superfície textual mostra que o texto apresenta uma linguagem coloquial, com conteúdo vocabular e sintaxe que remetem à linguagem do cotidiano. Como exemplos, tomam-se as formas eufemísticas para designar a ação de pistoleiro que, ao longo do texto, é caracterizada como: “mandar comer batata sem desplantar”, “dar trabalho ao coveiro”, “fazer o desafeto bater a alcatra na terra”, “colocar na gaveta do necrotério”, “ver o capim nascer pela raiz”, “mandar pro céu”, “sumir”, “desativar”, “tirar do mundo”, “matar”, “derrubar”, “apagar” e “sumir”. Nesse conjunto de designações para morte, observa-se uma diversificação de expressões, que marcam um desempenho linguístico mais popular. Há outro fator, aqui observado, que é a constituição de diálogos entre saberes e experiências ligadas a várias atividades, como forma de imprimir marcas de oralidade, para reforço e adesão aos pontos de vista dos enunciadores.

A composição lexical do texto, como já mencionado, inclui gírias, expressões características do grupo e, principalmente, enunciados proverbiais, ou seja, um vocabulário comum aos partícipes da enunciação. Nesse caso, dois aspectos se destacam nessa composição: o primeiro, em relação ao emprego de uma linguagem própria do grupo social; e o segundo, pela citação proverbial que, além do tom familiar, propicia a fluidez do diálogo, que é diretamente introduzida na fala das personagens. Vale lembrar que, o fato de representar um repertório comum aos interlocutores, o provérbio é uma forma de linguagem confortável, que coloca em cena o “velho”, dando-lhe nova roupagem. Acrescente-se, ao emprego do provérbio, o empenho do falante em tornar inteligível a sua fala, favorecendo a interação.

Como resultado dessa estratégia, a articulação de dois ou mais provérbios constroem um efeito de familiaridade pela simulação de “rodeios”, que remetem às conversações do cotidiano. Isso é possível em função da autonomia proverbial, que também propicia economia de esforços na elaboração da fala, como sugere a disposição dos provérbios em:

**Tudo se estima segundo se julga. Quanto mais se ordenha a vaca, maior lhe fica a teta. É na fama de um mal-encarado que cresce a lenda maior do que a realidade: há sempre algum contador de rodelas que inventa um caso que logo se espalha. E a mentira que todos contam acaba virando fato. Onde morre a verdade prevalece o engano** (p.6).

Identificam-se nessa citação cinco provérbios, pelos quais se vão delineando os pontos de vista a partir dos quais a história será contada. O efeito polifônico das vozes proverbiais, nesse caso, é muito importante, contribuindo para reforçar a caracterização da narrativa e a isenção de responsabilidade dos enunciadores. É possível notar que o primeiro provérbio, “Tudo se estima segundo se julga”, aponta as justificativas para o conflito que norteará a trama. Esse sentido é reforçado por um segundo provérbio “Quanto mais se ordenha a vaca maior lhe fica a teta”, forma ainda encontrada pelo enunciador para apontar o sentido proverbial no enunciado anterior. Acrescenta-se, ainda, a metaforização dos vocábulos “vaca” e “teta” como caracterização de proverbialidade do enunciado que, nessa interação, remete ao sentido de que quanto mais se fala sobre algo, mas esse algo se fortalece. A “vaca”, no caso, é a história, a narrativa e a “teta”, os resultados das retextualizações das histórias.

Uma terceira voz, identificada em “É na fama de um mal encarado que cresce a lenda maior do que a realidade”, é sinalizada por dois pontos, introduzindo uma explicação, estratégia empregada para explicitar a presença de duas vozes distintas que, por sua vez se complementam, produzindo um sentido proverbial. Os dois pontos assinalam a interrupção do fio enunciativo para inserção de outra voz que, no caso, é a voz do enunciador concordando com a assertiva proverbial. Embora não se identifique uma forma-padrão de provérbio, há um sentido de saber consensual que o enunciador quer deixar entendido, para se eximir de responsabilidade, de que “A mentira que todos contam vira verdade” e “Onde morre a verdade, prevalece o engano”. A articulação proverbial, nesse caso, funciona para caracterizar o enunciado como um todo, enquanto ato de contar histórias, porque há sempre algum contador de rodelas que inventa um caso que logo se espalha.

Entende-se essa mesma estratégia de interação no segundo parágrafo, com a inserção de cinco provérbios, cujos sentidos interagem para a

composição de juízos de valor que denunciam a forma como as pessoas são avaliadas pelo grupo:

**Há quem julgue a montada pelo arreio**, mesmo sabendo que **não é o bom garfo que faz o bom cozinheiro**. E João Doido foi **a estopa de que se fez boa camisa**, em Vila do Arco. **Ruim é quem por ruim se tem. O medo é pai da crença** (p.6).

A articulação dessas vozes afirma a solidariedade aos pontos de vista enunciativos, condenando a construção de imagem pessoal a partir das aparências. A estratégia reforça o efeito de contação de histórias, remetendo à introdução de narrativas populares pelos contadores de casos, um sujeito genérico que representa a comunidade. Note-se, ainda, como as formas proverbiais apresentam composição lexical e semântica que valorizam afazeres relacionados à comunidade como cavaleiro, cozinheiro e costureira. Além de marcar os pontos de vista, a articulação produz um efeito didático, pelo comentário do enunciador para orientar a compreensão da fala proverbial, prevendo, talvez, uma dubiedade de interpretação. A mesma estratégia é observada no relato do momento de tensão que antecede a confissão do segredo de João Doido:

**A ruim ovelha a lã se pega**. Havia quase uma ameaça no seu tom de voz. **Ninguém se levanta sem primeiro ter caído**, mas, no meu caso sem poder arrepiar carreira, eu podia nem poder me levantar mais (...). Mas **à erva ruim não cresta a geada**, e se eu era compadre dele boa bisca não haveria eu de ser, que merecesse o compadrio. **Pé de galinha não mata pinto**. E arrisquei meus começos (p.20).

O recorte acima apresenta um conjunto de traços que remetem a elementos do universo cultural da comunidade, consolidando o sentimento de familiaridade e de pertencimento ao grupo. Nessa fala, identificam-se quatro asserções genéricas, cuja carga semântica também denuncia atividades relacionadas à comunidade rural. Na composição dessas expressões destacam-se: ordenha, vaca, montada, arreio, estopa, ovelha, lã, erva ruim, geada, galinha e pinto, evidenciando um repertório que mobiliza sentidos, a partir de

experiências realmente vivenciadas pelo grupo. Esse processo de seleção das vozes proverbiais é identificado em todo o texto.

Como mencionado, a narrativa é composta de quatro blocos de enunciados separados entre si por asteriscos. Nota-se que há uma gradualidade da participação das figuras enunciativas. Nos primeiros parágrafos, o locutor deixa-se falar por um enunciador genérico representado pela coletividade. A enunciação em terceira pessoa é interrompida apenas, no último parágrafo do primeiro bloco, quando o locutor se enuncia como sujeito. Essa fala visa a caracterizar esse enunciador, construindo o que Maingueneau (2008) postula como *ethos*, a imagem necessária à aceitação de seu discurso:

Eu era padrinho de seu filho homem, mas nunca abusei dessa fama de ter as costas quentes nem do respeito medroso com que me tratavam por causa do meu compadre: fazia questão de pagar as minhas biritas no bar do Zeca, exceto quando o pobre insistisse muito em que eu não lhe devia nada. Se outros compadres o João Doido tinha eu nunca cheguei a saber, mas imagino que as duas filhas nunca foram batizadas (p. 7).

Esse relato mostra a imagem de um homem que ocupa uma posição de prestígio na comunidade, que quer fazer valer sua relação social no grupo para atrair a adesão à sua fala, além do que, como compadre ele tem a autoridade necessária para dizer o que pretende dizer. Esse sujeito é retomado na segunda parte da narrativa pela inscrição de marcas de primeira pessoa e seus equivalentes. Observa-se que esse sujeito, ao empregar o verbo no passado, coloca-se em relação a um passado que se reflete ainda no presente. Esse tempo é confirmado no parágrafo que introduz o segundo bloco, reforçando os sentidos construídos na introdução da narrativa:

Há um caso que eu não vi, mas que se espalhou na boataria dos conversamentos ao pé da orelha. Não sei se é uma dessas mentiras que a gente acaba por engolir como verdades à força de ouvi-las de tantas bocas. Mas é coisa juramentada na tradição e, portanto, com o estatuto histórico que a gente não pode deixar de lado (p.7).

Nota-se, aqui, a retomada do sujeito para justificar o grau de envolvimento no desenrolar dos acontecimentos no desfecho da história. É um sujeito que reivindica para si a autoridade na retextualização da narrativa popular, mesmo

não tendo certeza da veracidade dos fatos, respaldado pela condição de membro do grupo de indivíduos, do qual também é parte. Além da categoria pronominal, o sujeito identifica-se como “a gente” e estabelece dois modos distintos de subjetividade: um, em que inclui o interlocutor e outro, em que representa a si mesmo enquanto indivíduo do conjunto de interlocutores. A análise dos índices de inscrição de subjetividade, postulado por Benveniste (1976), revela a ocorrência dos pronomes e de formas verbais de primeira pessoa. Ao designar-se como “eu”, o locutor define o seu interlocutor, e estabelece as relações pelas quais os sentidos são produzidos. É o que aponta o diálogo entre João Doido e Damião:

E João Doido mentiu, **no jogar verde pra colher madurão**:

\_Pois foi o Coriolano quem me deu, tá sabendo? Me explica isso agora, como é que eu tenho uma foto desse seu amigo que um pistoleiro também tem.

\_Não sei...Eu juro que não sei...

\_**Barbeiro novo aprende em barba de tolo**, seu moço. O senhor não sabe? (p.13)

Essa estratégia enunciativa reporta a fala do interlocutor a partir do ponto de vista de um enunciador coletivo, nesse caso, inserido na locução “jogar verde para colher madurão”. Nessa interação, é possível identificar dois pontos de vista: um que apresenta concordância com o dizer popular e outro em relação à forma como esse sentido é trabalhado, na reprodução do pensamento do enunciatário em relação ao dizer proverbial. A alusão ao provérbio “Joga-se verde para colher maduro” indica uma atitude de indiferença, para desviar o foco daquilo que realmente se quer. Esse sentido é intensificado no vocábulo “madurão”, que produz, ainda, um efeito de diluição da voz proverbial e reforço da voz do enunciador. Essa apropriação é entendida como um desvio ou *detournement*, termo criado por Grésillon e Maingueneau (1984), observando-se, além de um maior relevo ao sentido proverbial, um efeito de ironia, que pode ser entendido como um desvio lúdico.

Nessa sequência de falas, o enunciador faz referência à figura de um enunciatário que é João Doido, ao qual concede a palavra e se instala como sujeito estabelecendo Damião como seu interlocutor. As marcas dêiticas de inscrição de subjetividade, nesse caso, evidenciam-se pelos pronomes “eu” e

“me”, associados à pessoa verbal. Observa-se, no entanto, que a última fala: “Barbeiro novo aprende em barba de tolo” é construída por uma fala que, teoricamente, remete a um objeto fora da enunciação. Verifica-se que, na verdade, a fala é a estratégia engendrada pelo sujeito enunciador para referir-se a si mesmo. A voz proverbial é, como se pode depreender, tomada pelo sujeito. A presença de subjetividade, nesse caso, é estabelecida pela interlocução entre os parceiros, marcada pelo vocativo “seu moço” e o pronome “senhor”, remetendo ao que Benveniste (1989) estabelece como condição de linguagem. Evidencia-se, então, que se trata de um sujeito enunciativo que se configura pela voz proverbial. Além disso, as marcas gráficas no enunciado (travessões) sinalizam a presença necessária do sujeito, na configuração do diálogo real, a forma clássica de alternância dos sujeitos e de suas falas, na concepção dialógica de Bakhtin (2003).

Como anteriormente mencionado, as estratégias de citação adotadas revelam o grau de solidariedade e de compartilhamento do repertório proverbial. No texto em análise, a voz do consenso popular é identificada, mesmo na segmentação da fala proverbial. Embora não se verifique a reprodução total da estrutura proverbial, é possível reconstituí-la pelo sentido evocado na enunciação. Assim, mesmo admitindo-se com Rocha (1995) que a locução proverbial não possa ser considerada como provérbio, é possível associá-la a um sentido proverbial. Assim como o contrário também acontece, ou seja, atribuir uma forma de locução a um provérbio. O fato é que são frágeis os limites que separam uma e outra expressão, principalmente quando o provérbio está fragmentado. Nesse caso, além do sentido proverbial, é preciso buscar na memória coletiva a identificação. A tarefa fica mais fácil, no entanto, quando o repertório é amplamente compartilhado pelos parceiros, como mostra o diálogo que relata o momento em que João Doido, ao revelar seu segredo, recorre a um provérbio para se justificar:

\_Vou te revelar o segredo, compadre. **O raio não cai em pau deitado.** Eu sempre tive medo de que alguém tivesse a coragem de me contar o que você me contou.

\_Então você já sabia?

\_ **Quem semeia espinhos não pode andar descalço.** Foi esse o meu erro. De que é que vivo, compadre? Não valho um cominho. Não fossem os fazendeiros e a cumplicidade de Alba Luz, de que é que eu ia viver, compadre?

Olhei-o, espantado:

\_ Ainda não entendi.

\_ Nunca matei ninguém na vida. Nem sei atirar. Saio de vez em quando pra fingir que vou matar algum desafeto ou cumprir um contrato de morte, mas é só pra **segurar a cabra para eles mamarem**, e eles nem sabem disso! (p.22).

Os provérbios destacados apresentam formas diferentes de reprodução. Os dois primeiros conservam a completude de estrutura, e facilitam a identificação. O terceiro, no entanto, devido à fragmentação, só é percebido por remeter a um valor consensual ao denunciar um procedimento, comum nas relações sociais, no sentido de que alguém faz o trabalho pesado para que outro se beneficie, aludindo ao provérbio “Uns seguram a cabra, outros mamam” ou seu equivalente: “Uns batem o mato, outros pegam as lebres”. Nessa forma de citação configura-se também uma estratégia de construção da fala do sujeito, uma vez que o provérbio permite que ele, metaforicamente, coloque-se no espaço deixado pela impessoalidade proverbial. Fica claro que, ao reivindicar o lugar de sujeito dessa fala, o enunciador conta com o conhecimento do repertório e das relações de afetividade que o ligam aos seus interlocutores, para se fazer entender. Sem essas premissas, o provérbio perderá a condição genérica. Isso fica claro na fala de João Doido, ao justificar as aventuras a ele atribuídas:

\_ Mas...e a história do Damião? Você não matou o homem?

\_ Não. Só encontrei o corpo. Pensaram que fui eu, porque eu mexia nos bolsos dele pra saber quem era. Olhei as fotos só, e deixei tudo como estava. Já disse: nunca matei ninguém.

\_ Mas aquele dia... eu vi você fazer o filho dele sair de chouto do bar do Zeca!

\_ **Prata ruim não cai da cristaleira.** Eu arrisquei. Tenho fama de valente e matador. O cara se borrava todo e **era tão caipora que se caísse de costas quebraria o nariz. Toda cuba cheira ao vinho que tem.** E, além disso, o Zeca me ajudou pra me puxar o saco, com medo também da minha fama, eu acho (p. 22).

Dos enunciados destacados, identificam-se à primeira vista as expressões populares “Prata ruim não cai da prateleira” e “Toda cuba cheira ao vinho que tem”. A primeira é uma réplica de diálogo, em que o sujeito refere-se a si mesmo

como “prata ruim” que, aliás, nas compilações proverbiais aparece como “vaso ruim”, com equivalente semântico a “Vaso ruim não quebra”. Nesse caso, a troca de “vaso” por “prata” não altera o sentido canônico do provérbio, a que o sujeito recorre, para explicar sua ousadia e coragem. Por outro lado, é possível que ao alterar a estrutura lexical do provérbio, o enunciador considere que vaso ruim não será entendido como algo de pouco valor, ao contrário da prata, que tem *status* de metal nobre. O segundo provérbio, por sua vez, é empregado para reforçar o grau de segurança quanto à avaliação do enunciatório, no sentido de que se pode julgar algo, ou alguém, a partir de seus atributos. Na sequência, é inserido um fragmento de enunciado genérico, também empregado para expressar uma opinião. O provérbio, aqui aludido, é “Quando se está infeliz, se cai de costas e se quebra o nariz” que, nesse diálogo, é empregado para depreciar as qualidades do outro. O sentido dessa expressão, no entanto, denuncia um ponto de vista diferente ao sugerido nessa interação, que é “caipora” como pessoa fraca e covarde, diferente de “infeliz” e sem sorte, da forma padrão do provérbio.

Confirma-se, nessa estratégia de apropriação, que a incompletude frasal não impõe óbice à identificação do sentido proverbial, visto que o caráter não pontual impede que a ação seja considerada em relação à instância de enunciação. E ainda que esse caráter seja quebrado, pela fragmentação do provérbio, a natureza genérica impede que a referência seja bem sucedida. Esse fenômeno explica outras ocorrências em forma de locuções, pontuando toda a narrativa. É essa propriedade proverbial, de se fazer reconhecer, pela evocação do sentido, que possibilita a responsividade, “o colorido expressivo” da enunciação, no dizer de Bakhtin (2003). Além disso, essa estratégia acrescenta um ritmo, uma movimentação ao enunciado, acentuando as trocas subjetivas. Essa propriedade, em função da flexibilidade proverbial, como mostrado, dificulta o trabalho de compilação, visto que ao ser fragmentado o provérbio confunde-se com uma locução. Por outro lado, é essa propriedade que permite a captação do provérbio.

Segundo Maingueneau (2004), a captação de um texto pressupõe a sua imitação com a manutenção da mesma direção de sentido. No caso do provérbio, o enunciador se apropria da voz anônima da sabedoria popular e

impõe sobre essa voz a sua própria voz. Essa forma de apropriação é empregada pelo sujeito na citação que relata a reação do compadre diante da “tentação” representada pela mulher de João Doido:

\_ Comadre, bons dias, mas tenho um conversamento sério a tratar com o compadre, e muito gostaria que a comadre me desculpasse e me deixasse no a-sós com ele, sem nenhum intrometimento de fazer sala pra mim.

No que ela me responde, estranhando a falação:

\_ Que é isso, compadre? Mal abro a porta e me despacha assim?

Ela estava de camisola transparente e nada de por debaixo não vestia que lhe pudesse esconder as vergonhas e belezas todas. Cheguei a sentir inveja dos fazendeiros. Talvez valesse a pena arriscar a vida por menos de meia hora com mulher de tantas iscas. Mas eu sou meio covarde, ou a missão que eu tinha a cumprir me soava mais alto. **Nem de moço bom conselho nem de esterco bom odor:** não iria eu quebrar, por medo ou por egoísmo, não sei bem, minha amizade pelo compadre (p. 18).

Esse diálogo revela o conflito interior do compadre de João Doido. O sentido construído na interação evoca a imagem de um homem que se vê tentado diante da mulher do amigo. O comportamento da mulher, ao receber o compadre, contribui para fortalecer a imagem do pecado e da luxúria com a qual são justificados os pensamentos libidinosos do amigo. O sentimento de inveja dos fazendeiros, explicitado na interação, expõe a questão sexual como uma forma de afirmação da masculinidade que, para provar, o homem é capaz de correr riscos. Essa atitude é repelida e justificada pela assertiva “Nem de moço bom conselho, nem de esterco bom odor”. Essa fala, à qual o sujeito recorre, foi extraída do provérbio (trova) português *Nem de malva bom vencilho, nem de esterco bom odor/ Nem de moço bom conselho, nem de puta bom amor*.

É interessante observar a estratégia de fragmentação do enunciado, para adequá-lo à estrutura bimembre, uma das características do provérbio. Nessa composição, no entanto, são descartados os elementos que poderiam dificultar a compreensão: “malva” e “vencilho”, pouco empregados na linguagem comum; e “puta”, expressão de baixo calão para qualificar a mulher que se prostitui, atitude entendida como transgressão aos valores sociais. Fica implícito, ainda, pelos versos “Nem de moço bom conselho, nem de esterco bom odor”, a valorização de saberes compartilhados pelo grupo. No caso, ocorre a

substituição de malva, um tipo de erva, que não parece comum ao grupo, assim como o vencilho, a corda feita dessa erva para usar no apoio da parreira. Além do que, ao desconstruir o provérbio e inverter a ordem dos versos, eliminam-se as rimas, estratégia que permite transferir a carga semântica para o primeiro segmento do provérbio alterado, ou seja, o lexema “moço”. O efeito de rima é estabelecido pela conjunção nem/nem, que conserva o sentido de exclusão de possibilidades, no caso, de alguém jovem oferecer bom conselho e que o esterco tenha bom odor.

Entende-se que, na fragmentação e construção do provérbio, o sujeito deliberadamente “derruba” os limites que isolam o discurso citado para inserir a sua própria enunciação e adequá-la à situação de interação. Essa estratégia mostra como as fórmulas fixas se libertam de sua rigidez e são engendradas para atender aos interesses do sujeito. Não é o caso de uma simples exploração da forma proverbial, mas de uma estratégia de manifestação do sujeito. Isso porque se valendo dos mecanismos que a língua coloca à sua disposição, o sujeito “desmonta” o discurso do outro para adequá-lo ao seu próprio discurso, gerando outro provérbio, transformando o já-dito em um novo dizer, no inevitável movimento dos sentidos.

Observa-se, ainda, no caso da desconstrução citada, que a estratégia permite eliminar sentidos que poderiam ser imediatamente associados à mulher que, mesmo vivendo à custa de favores sexuais pagos pelos fazendeiros, não deveria ser considerada como puta, cujo sentido é mais amplo que o defendido na enunciação. Esse sentido é confirmado no diálogo em que João é informado da conduta da esposa:

\_ Que é que tem a Alba Luz, compadre? – a voz era sonora e assustadora.

\_ Bem... É que... sua mulher...

\_ **O que não se começa não se acaba.** Ou você não diz nada e vai embora e finge que nem esteve aqui, ou desembucha. Estou esperando.

**Quem cospe pra cima se arrisca a receber o cuspe de volta na cara.** Eu já estava roxo de medo, mas eu tinha de cumprir a missão, ou não poderia encarar o pessoal da Vila. **Mas a razão espanta o medo** e eu disse num repente que até me surpreendeu:

\_ **Quem diz a verdade pode perder a amizade, mas não merece castigo.** São os fazendeiros do vale, compadre. Aqueles dois rícaços. Dizem que sua mulher, enquanto você está fora, anda de caso com eles (p.21).

Esses diálogos reproduzem o medo do enunciador e revelam o conflito que o leva a hesitar diante da “obrigação” de contar a verdade ao amigo, ou seja, o “caso” que a esposa mantém com dois fazendeiros. Identifica-se aqui a presença de cinco provérbios, que remetem a diferentes efeitos de sentido e funções e que também evidenciam a presença de subjetividade. Nessa sequência, destaca-se, principalmente, a articulação dos provérbios “Quem diz a verdade perde a amizade” e “Quem diz a verdade não merece castigo”. Essas falas são empregadas para inserir um comentário do sujeito a respeito de si mesmo, como forma de amenizar a possível reação do interlocutor. A voz proverbial evoca o sentimento de solidariedade do interlocutor em relação ao sujeito, que busca encorajar-se para a tomada de atitude. Os diálogos proverbiais são articulados por uma terceira voz, que apela para a relevância de valores como a sinceridade e a lealdade ao amigo, ainda que falar a verdade possa gerar consequências, como o castigo temido, pela índole violenta atribuída ao compadre João.

A articulação das falas proverbiais, como se vê, substitui a fala do sujeito, ou seja, é como se ele quisesse dizer: “Se falo a verdade, posso perder a sua amizade, mas não mereço ser castigado por você”. Além do que, ao se referir como “quem”, o enunciador é incluído entre os indivíduos mencionados no provérbio. Caso se considere que não há subjetividade na fala proverbial, essa estratégia de citação mostra que há um sujeito que se apropria da genericidade proverbial, ocultando-se por trás de uma “máscara” para produzir o efeito de impessoalidade, que se desfaz no diálogo com o parceiro, principal fundamento da enunciação (BENVENISTE, 1989, p.87).

Outra forma de inscrição de subjetividade, bem peculiar no texto, refere-se ao emprego da expressão “a gente”. Essa expressão é comum na linguagem coloquial, em substituição aos pronomes “eu” e “nós”. Observa-se que esse uso é recorrente em toda a narrativa e em diferentes situações de emprego e sentidos, como mostram os relatos abaixo, que descrevem as figuras de Coriolano e de João Doido, dois pistoleiros:

Se não conseguia meter alguém numa alhada, com o propósito de tirar proveito da situação, conseguia, ao menos, ficar de alcateia e

matar de frente, sem testemunha. **A gente** sabia sempre que era ele que fazia um cristão de boa saúde dar de repente trabalho ao coveiro, mas nunca ninguém conseguia provar nada contra ele. Até a polícia o respeitava tanto quanto a João Doido, por sua alma de cântaro e sua fama de homem valente e brigador de quilate (p.7).

Porque João era querido na Vila, e, embora **a gente** sentisse cócegas na língua pra lhe dizer tudo, havia o medo da reação do homem, quando soubesse da traição da mulher, e **a gente** perdia a cocha (p. 16).

O conjunto de enunciados apresenta as formas verbais de terceira pessoa do singular, o que supõe uma referência a alguém fora da enunciação. No entanto, considerando que essa forma flexão verbal também é empregada para a primeira pessoa, configura-se como um índice de inscrição do sujeito. Em ambos os casos, o sujeito representa-se como “eu” e “nós”, pessoas que se referem ao sujeito enunciativo. No entanto, as ocorrências apontam diferentes direções de sentido. Em “a gente sabia”, o sujeito tem sentido coletivo e indica, nesse caso, tanto o indivíduo como o conjunto de indivíduos, representando um sujeito coletivo, um “nós”. É possível identificar um sentimento de coletividade, de cumplicidade, que diverge do sentido normalmente atribuído ao pronome nós. Em relação à fala “embora a gente sentisse cócegas na língua”, o sujeito é individualizado e coletivo ao mesmo tempo, mas coletivo aqui se aplica ao grupo de amigos e não à comunidade. É a estratégia do sujeito para compartilhar com o outro a sua atitude, pois ele torna a referir-se a um sujeito singular em a “gente perde a cocha”, que indica uma avaliação subjetiva, ou seja, ele fala por si mesmo, visto que é o primeiro a ser beneficiado pela fama do pistoleiro. Isso porque essa expressão, que permite o apagamento de um “eu” indivíduo para a constituição de um “eu” coletivo, confere efeitos de subjetividade, que são apreendidos apenas na interação. O sujeito coletivo se evidencia, ainda, pelo pronome “nós”, aqui, com o mesmo valor de “a gente”. É o caso do enunciado que relata a reunião dos dez amigos de João Doido, para decidir quem iria “lhe assoprar a cinza dos olhos e lhe contar a verdade”:

Foi no bar do Zeca, então, que **a gente** se reuniu para as devidas tomadas de posição. **Se é leve o fardo no ombro alheio**, o de João pesava no de todos **nós**. A gente não deve brincar em serviço quando se trata de alguém como ele, mas como é que a gente ia resolver o problema? (p.16).

O sujeito fala por um grupo que, nesse caso, é uma parte do coletivo. Essa inferência é dada pela referência de local (o bar) e da atividade (reunião) atribuída ao sujeito “a gente”, caracterizado e reforçado como “todos nós”. Segundo Benveniste (1976, p. 234), o “nós” é a expansão de “eu” para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo aumentada e com contornos vagos. A vagueza à qual o autor se refere consiste na diluição da presença do sujeito, considerando que não define um indivíduo e nem tampouco o plural de indivíduos, podendo-se, em algumas interações passar por singular, como no plural de majestade. Nesse caso, a vagueza é desfeita ao recorrer ao provérbio “É leve o fardo no ombro alheio”, em que o sujeito deixa implícito o grau de solidariedade do grupo em relação ao problema atribuído ao enunciatário. Ao mesmo tempo em que o enunciador concorda com o ponto de vista da assertiva proverbial, ele intensifica esse sentido, ao caracterizar o ombro alheio como o de todos, no sentido de que João não sentia esse fardo e sim os amigos, que estavam incomodados com o seu possível sofrimento. A manifestação de egoísmo, expressa na fala proverbial, é tomada e modificada pelo enunciador, para intensificar o sentimento de apoio ao amigo.

A forma como o sujeito se marca na enunciação revela uma variante linguística, que remete à linguagem espontânea, em que é conformado um aspecto de familiaridade. A designação de um sujeito “nós”, nesse caso, justifica a linguagem coloquial, de fácil assimilação e compreensão. Lembrando Benveniste (1989), cada sujeito tem sua própria referência e só pode ser compreendido em relação à enunciação. Esse fundamento possibilita ao enunciador inscrever-se como sujeito, a partir das relações que estabelece na interação. As formas de inscrição revelam sujeitos que empregam uma linguagem, intercalando registros da fala oralizada e da escrita. Esse efeito de oralidade, na narrativa, contribui para minimizar a presença dos índices formais de subjetividade.

Os mecanismos empregados pelo locutor, para marcar sua presença, como sujeito de sua fala, nem sempre são apreendidos na superfície textual. É preciso buscar esses índices na interação que ele, o enunciador, estrategicamente, vai delineando na constituição de subjetividades, a partir de e

pelas quais se produzem os efeitos de sentido. Veja-se como o sujeito se deixa apreender nesse relato sobre as visitas a Alba Luz:

Dizem também que, de outra feita, o mesmo safardana, como quem procura **cabeceira em mesa redonda**, andou de sair com Alba Luz, peladinhos da silva os dois, pelo jardim da casa de João Doido, sem medo nenhum de chegar a coisa aos ouvidos do matador. Parecia até que o homem procurava exhibir sua desavergonhança, com a mesma altivez de um cristão na arena de Nero, sem preocupação de ser comido pelos leões. Acho que é porque **ladrão que não é em flagra apanhado sempre passa por ser honrado**. Ou, então, porque ele sabia que a gente da Vila do Arco não seria capaz ou não teria coragem de contar nada pro João Doido (p.16).

Nessa citação, verifica-se uma composição de elementos lexicais que mobilizam conhecimentos sobre fatos que marcaram a história da humanidade e que, de certa forma, funcionam como modelos de valores que, ainda hoje, são postos em questionamento. Infere-se uma ressonância dialógica, que se faz a partir de inferências da memória coletiva, como algo que faz parte da crença popular. Por exemplo, em relação à narrativa, é possível apontar na citação “Mesa redonda não tem cabeceira” um diálogo com as aventuras do rei Arthur e os cavaleiros da tábua redonda. Há um sentido implícito de que, ao procurar cabeceira em mesa redonda, o amante de Alba Luz estaria arriscando-se, mas confiando no seu poder e na certeza da impunidade. A impunidade, no caso, é não sofrer o castigo pela transgressão à moral e aos bons costumes. Na corte do rei Arthur a mesa redonda era a peça central, simbolizando a expansão do poder e da glória por todo o mundo. A mesa era o espaço em que o rei reunia os seus cavaleiros para tomar decisões, inclusive julgar as suas atitudes e sugerir as punições.

Atribuía-se à tábua redonda uma espécie de magia, e o rei acreditava poder manter a harmonia entre os cavaleiros que o serviam. A forma redonda fazia da mesa um círculo onde todos se viam e eram vistos ao mesmo tempo, evocando, assim, o sentido de um ciclo que não se fecha, uma vez que não é possível apontar os limites em um objeto redondo. A alusão à circularidade pode ser relacionada ao desfecho da narrativa, que mostra a manutenção de uma falsa realidade, em que as coisas permanecem inalteradas em relação a João Doido e à traição da esposa. A evocação à tábua também é sugerida, quando o

grupo de amigos se reúne em “assembleia”, para decidir o que fazer em relação à traição de Alba Luz. Nesse momento, eles se reportam às aventuras, às “altas cavalarias” e aos benefícios auferidos pelo grupo com a fama de João. É notória a forma como o consenso popular é evocado, para rechaçar as atitudes que possam ameaçar os valores defendidos pelo grupo social.

A interação das vozes mostra a atitude do fazendeiro como demonstração de poder, ao invadir o território (a casa) e tomar posse da mulher alheia, exibindo-se com ela no jardim. Esse sentido é reforçado pela imagem despreocupada dos amantes, visto que o homem se comporta com a altivez de um cristão, ao ser oferecido aos leões. Interessante notar que, embora a mulher também esteja nua, é ao homem que é atribuída a ilicitude da ação. É possível apontar um interdiscurso que remete à história romana, para apoiar os pontos de vista do enunciador, na caracterização do comportamento do fazendeiro, em relação ao perigo que corria ao se envolver com mulher casada.

Contam os historiadores que Nero, julgando os cristãos culpados pelo incêndio de Roma, ordena que todos sejam jogados aos leões. Contrariando a plateia ansiosa pelo “espetáculo”, os cristãos entravam confiantes no poder da fé para livrá-los da morte e, assim, permaneciam imóveis até que os leões os atacassem. A expressão “sem despreocupança de ser comido pelos leões” mostra a segurança quanto à impunidade pelo desvio de conduta, sobre a qual o sujeito expõe o seu ponto de vista pelo provérbio “Ladrão que não é em flagra apanhado sempre passa por ser honrado”. A fala popular é introduzida por “acho que”, uma expressão que possui um sentido de modalização opinativo-subjetiva. Fica evidente que a opinião expressa pelo sujeito não é em relação ao ponto de vista defendido no provérbio, mas à atitude do enunciatário, no caso, o amante de Alba Luz.

Como se vê, a citação proverbial envolve processos que vão além do ato de reprodução de uma fala com legibilidade garantida. É evidente que o domínio do repertório proverbial também não é garantia da produção dos efeitos de sentido, e que para compreender a fala proverbial é preciso atentar para as relações, que vão sendo estabelecidas nessas estratégias intertextuais. No caso específico do texto em análise, a inserção de duas ou mais citações proverbiais

aponta relações não só com o que está sendo dito na superfície textual, mas também com o sentido cristalizado da fala proverbial.

Essas relações possibilitam-se pela autonomia proverbial, enquanto asserções generalizantes, que enunciam um sentido completo. A presença do provérbio, como estratégia de produção de efeitos de sentido, atesta sua propriedade de enunciado autônomo, que encerra a ordem de um mundo que é trazido para o interior da enunciação sem, no entanto, perder de vista o mundo constituído a partir das relações que passa a estabelecer no seu reemprego. Entre as situações de uso no texto, os provérbios aparecem para introduzir comentários do narrador, como apresenta o relato do encontro de Damião com João Doido, uma das cenas que alimentam a fama. É interessante observar aqui a composição proverbial, e como essa estratégia contribui para a construção dos efeitos de sentido:

E vai que, numa dessas, na estrada de sua sina, Damião cai de perguntar ao próprio João Doido:

\_ O senhor conhece esse homem?

E mostrou pra ele as cópias do amontoado de fotos do desafeto, incluindo aquela que Coriolano deixara cair.

João Doido olhou para as fotos devagar, sem pressa, saboreando o ponto final da sua andança. E disse com a voz pachorrenta, despachando os caixeiros do nariz empoeirado:

\_ Se eu digo que conheço, o que é que o senhor pretende?

\_ Nada... Eu...

Aí foi que o Damião reconheceu o levado da casqueira do João Doido por trás da sombra do chapéu grande. Tremeu. Talvez tivesse pensado besteira. **Ninguém sabe do pensamento a não ser o pensador.** Mas talvez tivesse criado coragem, na hora, na esperança de que **a cara não calhasse com a careta. Não há montanha sem nevoeiro, não há mérito sem calúnia.** Talvez a fama de João Doido fosse apenas um exageramento das fuxicagens de comadrices (p.11-12).

Nesse conjunto de enunciados, destacam-se três provérbios, empregados para comentar a atitude do enunciatário. No caso, a voz proverbial é convocada para reproduzir o pensamento de Damião, que dialoga consigo mesmo. O primeiro provérbio destacado alude ao possível medo de Damião pela reação de João Doido. Nesse momento, a voz da sabedoria popular é retomada para condenar a covardia, isto é, sofrer por algo antes que ele aconteça, antecipando um julgamento sobre um fato que ainda não aconteceu. A previsão do perigo é justificada com as expressões “voz pachorrenta”, “levado da casqueira”, “sombra

do chapéu grande”, elementos lexicais que ajudam a compor a figura assustadora de João Doido.

A interação dessas vozes identifica o enunciador, no caso Damião, como um homem medroso e covarde. É pela voz proverbial que se apreende a insegurança, com a inserção dos itens lexicais “talvez” e “mas talvez” que, nesse caso, indicam a concordância com o ponto de vista exposto pelo consenso popular. Nesse diálogo, a figura de Damião conhece a fama do pistoleiro e teme pela vida, mas conta com a possibilidade de que a figura à sua frente não seja João Doido, contrariando a voz “A cara corresponde à careta” e, por outro lado, retomando, por via indireta, o consenso popular de que as aparências enganam.

Os provérbios “Não há montanha sem neveiro” e “Não há mérito sem calúnia”, que finalizam o diálogo, parecem contrariar a voz anterior ao indicar sentido que estabelece condições de existência obrigatória entre dois seres, ratificando a razão de ser do medo de Damião. No primeiro provérbio, o sentido semântico indica a relação da formação geológica ao clima, e no segundo, a relação se faz entre dois termos que remetem a atitudes sociais. Nesse caso, além da adesão à voz do enunciador genérico, defende-se o ponto de vista em que se justifica a antecipação do medo, apresentando, ainda, a sua razão de ser.

Como ressalta Obelkevich (1997, p.50), o texto do provérbio traz em si um subtexto que é atualizado em cada situação, a partir das relações por e nele estabelecidas na interação. O fenômeno é possível tanto em relação a provérbios que possuem a mesma carga semântica, quanto àqueles que se opõem. Citam-se aqui duas ocorrências em forma de locução que vale a pena mencionar:

A primeira ideia de Damião foi, então, a de pôr à mostra a calva do desafeto, para que o Coriolano fosse às estrelas: contou que o salafra de maus fígados era beato de vaidez só, que cortava na casaca do padre e metia a catana no Cristo, e que não poucas vezes lhe tirara Damião as cataratas, quebrando o corincho dele na frente dos seus cupinchas, um arsenal de adulações. Daí que nasceu o mútuo desentender entre eles dois, agravado pelo que adiante Damião diria, de muita senvergonhice. Mas Coriolano – prosseguia Damião no seu arrazoado de convencimento – era homem que não nasceu de castanha pra baixo, como caju, e, por isso, podia verificar isso talqualmente, com os próprios olhos de águia, que **não deixam passar camarão por malha, nem ir em corrida de ganso.**

Coriolano estranhou a capadura:

\_ Não pensei que o seu desafeto fosse ansim de erguer a crista. Mas fez bem o padrão de me dizer nas bochechas pra quebrar a cuia dele (p.8-9).

As expressões destacadas são fragmentos dos dizeres “Não deixes passar camarão por malha” e “Quem entra em corrida de ganso é pato”, cujo sentido aponta a esperteza pela qual o interlocutor deve ser considerado, com a função de prevenir, de não se deixar influenciar pelo outro. O aconselhamento ou advertência, da forma padrão do provérbio, é substituído não apenas para qualificar, mas também no sentido de alertar para essa qualidade. Ao apelar à voz do consenso popular, fica implícita a responsabilidade de transcendência dessa qualidade, construída a partir do deslocamento da assertiva do plano geral, para o plano da enunciação, dizendo ao outro que não se deixe enganar. A presença da expressão tautológica “próprios olhos de águia” ajuda a compor a qualificação necessária à esperteza exigida.

Esse sentido é ainda configurado, nessa citação, por um discurso que passa pelo sentimento de religiosidade, para reforçar as qualidades negativas do enunciário. As expressões “beato de vaideza só, que cortava na casaca do padre e metia a catana no Cristo” apontam a voz que repudia aquele que fala mal das coisas sagradas, em que “cortar na casaca” e “meter a catana” evocam sentidos como falar mal, criticar o alheio, difamar, maldizer, o que torna o enunciário um indivíduo impopular e de caráter que vai contra os princípios cristãos. No entanto, observa-se um fato interessante nessa fala, que evidencia o uso de duas expressões cristalizadas de mesmo valor semântico. Do ponto de vista lexical, “cortar na casaca” e “meter a catana” apresentam verbos que denotam ações que causam dor, mas nessa interação o peso maior recai na segunda expressão precedida pelo verbo “meter” que remete ao sofrimento físico de Cristo na cruz.

Esse direcionamento de sentidos aponta um ponto de vista enunciativo, em que se marca o sentimento de repúdio a duas atitudes anticristãs, cuja gravidade é graduada pela coordenação das orações, ao mesmo tempo em que também estabelece uma transgressão em dois planos: à igreja, representado pela figura do padre, e ao sagrado, na figura de Cristo. Aliás, o sentimento de religiosidade parece ser um elemento que funciona como apelo à observação

dos valores considerados ideais para a convivência do grupo. No caso, a transgressão, apontada pelas expressões “cortar na casaca” e “meter a catana”, também remete à construção de um *ethos* de enunciador, para justificar outra ação não menos anticristã, que é tirar a vida do outro.

Como se pode comprovar, nada na linguagem é por acaso e tudo contribui para formar uma grande rede de sentidos que, no texto, são reforçados pela voz proverbial. Apesar de representar o eco de outras vozes, as estratégias pelas quais o provérbio é citado na enunciação tornam o enunciador único e singular nesse reemprego. De fato, ele não apenas evoca a voz proverbial, mas também delinea os caminhos que essa voz deve percorrer na construção dos efeitos de sentido. A intercalação de provérbios aponta, além da presunção de uma amplitude de repertório, a intencionalidade em garantir a apreensão do sentido, que se reforça com o apoio da voz proverbial, como mostra o diálogo:

João Doido levantou-se segurando a garrafa. Pensei que me fosse dar cabo do canastro, ou, no mínimo, me abrir a cancela. Mas ele apertou a garrafa com as duas mãos, abriu a boca pondo as canjicas de fora, e o riso largo foi aos poucos transvirando em choro. Comecei a sentir pena do homem, e, novamente, sugeri que abrisse a cachaça. Mas ele me devolveu a garrafa com um soluço, e disse, não mais com aquela voz tonitruante de assustar boi sonso:  
 \_ Alguém tinha que quebrar o corincho um dia. **Cera demais pode queimar a igreja. Não se pode enganar todo mundo sempre,** quando a gente se mete em altas cavalarias (p.21-22).

A citação acima relata o momento em que João Doido revela o segredo sobre o qual foi construída a sua fama. As expressões destacadas são empregadas para apoiar o ponto de vista enunciativo, segundo o qual a descoberta desse segredo é um fato previsível. Na reescritura proverbial, a substituição do adjetivo “sobeja” pelo advérbio “demais”, responsável pela quebra da rima igreja/sobeja, não altera o sentido proverbial. A interferência do sujeito, ao imprimir possibilidade à voz proverbial, também não é percebida, em função da estratégia de reforço do sentido com o provérbio precedente. Verifica-se, ainda, a alteração da estrutura proverbial, para contextualizar a linguagem, facilitando a compreensão, uma vez que “sobeja” não parece ser palavra comum no repertório desse sujeito. Infere-se, portanto, que o provérbio se deixa reconhecer pelo sentido de sabedoria consensual, e não em função de uma

forma cristalizada pelo uso reiterado, remetendo a representações estereotipadas, supostamente compartilhadas por todos.

Como visto, a intercalação de provérbios estabelece uma interação de complementação e de reforço de sentidos. Em alguns casos, constata-se mesmo uma redundância, como em:

A gente não deve brincar em serviço quando se trata de alguém como ele, mas como é que a gente ia resolver o problema? Contar tudo pra ele podia ser uma sentença de morte. Quem é que gosta de ser chifrudo? Mas não contar seria esperar que ele mesmo descobrisse tudo. E aí ele diria: onde é que estavam os meus amigos, que não souberam me contar nada? Ai, pois, estava o problema.

Podia ser que ele nem ligasse. **As águias não caçam moscas.** Mas...e se não? **Bem sabe o couro onde aperta o sapato.** João Doido era imprevisível (p. 16).

Essa citação explicita o sentimento de medo do sujeito, em relação à atitude de João Doido. Aqui se apontam duas asserções genéricas, que dialogam em diferentes direções, embora a forma de articulação promova um efeito de aproximação entre elas. A compreensão só é possível pelas interações das vozes que, nesse caso, possibilitam apreender dois sentidos. O primeiro sugere o desinteresse de João Doido em relação ao “fuxico brabo”, ou seja, a traição da esposa, caracterizada pela expressão “As águias não caçam moscas”, cujo ponto de vista é, logo em seguida, posto em dúvida. Assim, a negação da assertiva não se completa na voz do sujeito, uma vez que ele transfere ao interlocutor a possibilidade de contrariar a voz proverbial. Nota-se, aqui, a inserção do comentário, iniciado por um verbo opinativo, antes da fala proverbial, e de conjunção subordinativa, seguida de interrogação, após a fala. O segundo sentido é percebido em relação à advertência, contida na voz proverbial, quanto às consequências pela omissão da verdade. Percebe-se a voz do sujeito ao comentar sobre a atitude, que deve ser tomada, para se prevenir no caso de não confirmação da voz proverbial.

Vê-se, assim, que a intercalação das vozes produz diálogos que reforçam os pontos de vista defendidos na enunciação. A dupla citação, nos exemplos apresentados, revela um sujeito que fala para si mesmo e, nesse sentido, constitui um diálogo. Vale destacar que a estratégia aponta um enunciador

seguro quanto à infalibilidade dos efeitos produzidos, ao antecipar com outra citação a resposta do interlocutor, no caso, ele mesmo.

Outro fato observado é que o sujeito recorre ao provérbio, para configurar a sua fala, com objetivo locutório. Isso fica evidente com a inscrição de travessão introduzindo o provérbio, ora em lugar da fala do enunciador, para referir-se a si mesmo, ora reportando-se à fala do interlocutor, como mostra o diálogo:

\_ **Até no melhor pano pode cair a nódoa.** Eu nem podia acreditar!  
Mas João Doido continuou:  
\_ Quando alguém daqui da Vila me vinha contratar, eu inventava uma desculpa. Que um amigo meu não ia ficar sentido remorso de uma morte provocada. Que eu não aceitava qualquer negócio. Coisas assim (p.23).

Aqui, retoma-se a orientação de sentido em relação a João Doido, quando este é qualificado como “a estopa de que se fez boa camisa”. A fala proverbial, pela qual o sujeito relata o seu pensamento, alude ao sentido de é no tecido mais delicado que a nódoa se faz notar. Nessa interação, no entanto, ao inserir a preposição “até”, o sujeito intensifica a sua surpresa e desvia o sentido de inclusão, construído pela preposição, e o de possibilidade, atribuída ao verbo que, nesse caso, expressa a concordância do enunciador ao sentido proverbial, visto que se refere a um fato que já ocorreu.

Recorda-se que, no início da narrativa, o sentido apreendido na articulação dos provérbios sinaliza a desconstrução do ponto de vista do consenso popular, segundo o qual as pessoas são avaliadas pelo que aparentam e não pelo que realmente são. Entende-se que o enunciador, ao caracterizar João Doido como “estopa”, está discordando da voz segundo a qual “Nunca a estopa fez boa camisa”. Ao refutar o provérbio, o enunciador apresenta, por via irônica, sua crítica à forma pela qual João Doido é visto pela comunidade, ou seja, é uma valorização que se dá na contramão da convenção social. A “estopa”, no caso, remete ao tecido grosseiro produzido a partir do linho, sem valor comercial, usado geralmente para limpeza. Esse tipo de tecido era utilizado para fabricação de embalagens para produtos agrícolas, não tendo outra serventia possível.

Essa refutação, no entanto, sugere uma forma de ironia, ou seja, como alguém que age fora da lei pode trazer benefício à sociedade? Isso sugere um interdiscurso que remete às aventuras fantasiosas de Dom Quixote, o herói que cometia crimes pelos quais o povo se beneficiava, a ponto de ajudá-lo a fugir de seus inimigos. No caso de João, essa referência quixoteana é dada pela expressão “altas cavalarias” que produziam sempre “mais um risco na coronha do rifle” o que não impedia que ele fosse “querido na Vila”, porque toda a comunidade usufruía de sua proteção, a ponto de se sentir solidária ao possível sofrimento que lhe poderia sobrevir pela traição da esposa.

Pela descrição física de João e os feitos que lhe são atribuídos, é possível afirmar que ele não possuía predicados que lhe abonassem a fama, o que justifica o sentido em a “estopa de que se fez boa camisa”. A voz irônica do enunciador, ao referir-se à descoberta do segredo: “Até no melhor pano pode cair a nódoa”, confirma o apreço que recebia João Doido, ou seja, a estopa, considerada como um tecido fino e a descoberta de seu ponto fraco, a “nódoa”, manchando a reputação de homem violento. A caracterização de João Doido, como “melhor pano”, aponta um discurso irônico que busca provocar reflexões, a respeito dos valores que estão sendo defendidos pelo grupo social.

Esse comentário do enunciador mostra a contradição fundamentada pelas conveniências sociais: a estopa (coisa de pouco valor) é considerada como o melhor pano, o assassino é o protetor e amigo da cidade, o homem forte é um fraco e o valente é um covarde. Essas contradições contribuem para a construção dos efeitos de sentido que vão sendo tecidos na enunciação. Assim, apreender o sentido é, como afirma Bakhtin (2003), descobrir e seguir os fios que levam a outros enunciados e às variadas atitudes responsivas suscitadas em cada ponta desses fios.

Ainda nessa busca de diálogos, chega-se a um caso curioso que mostra como as formas proverbiais nem sempre são interpretadas de acordo com a interação de seus elementos semânticos, como mostram os enunciados:

Pra não gastar adoidado com outras mortes ou para evitar, por cristão proceder, uma carnificina tão braba, Damião tratou de verificar por conta própria se o seu desafeto estava incluído entre os sete desativados pelo pistoleiro. **Deus dá o pão mas não amassa a**

**farinha.** Homem sem sorte, Damião cometeu aí, nessa decisão de por tudo em trapos limpos, o seu primeiro erro nessa história (p.11).

O provérbio destacado é encontrado nas formas: “Deus dá o pão, mas não amassa a farinha” e “Deus dá a farinha, mas não amassa o pão”. Pela disposição dos elementos lexicais, é possível depreender dois efeitos de sentido. Um em que a palavra “pão” sugere “alimento” material, remetendo ao verso bíblico: “Não só de pão vive o homem”. Considerando-se “pão” como alimento ou subsistência, nesse caso, o que alimenta, a “farinha” é a matéria desse alimento, não necessariamente do pão, mas de qualquer espécie de alimentação. Em outra direção distinta, entende-se “pão” como o produto resultante do trabalho. Nesse caso, “farinha” remete à oferta de condições pelas quais algo poderá ser obtido em lugar de recebê-lo pronto e o “pão” como o resultado ou produto de ações. A inversão entre pão/farinha para farinha/pão produz a alteração no sentido semântico do provérbio. Na referida citação, porém, a forma variante do provérbio não parece constituir diferença e pode ser entendido como a oferta de condições para que algo seja realizado.

Na interação, esse sentido é confirmado pela menção ao fracasso de Damião na busca por Coriolano. A narrativa conta que o pistoleiro foi contratado para “desativar” apenas um “desafeto” já havia matado sete pessoas por equívoco. Isso explica a preocupação de Damião em relação ao contrato feito com Coriolano. Interessante observar, também, um diálogo entre “cristão proceder”, “sete” desativados e a fala proverbial, que contribui para compor um efeito irônico, em relação às atitudes do pistoleiro.

Há um ponto de vista enunciativo no qual se subentende um tom de ironia, reforçado pela caracterização de “cristão” para Damião e na citação do número “sete”, que representa a perfeição da criação, e é amplamente citado na Bíblia. Essa leitura suscita as questões: Seria essa a motivação para o encerramento da “matança” ou seria mais uma forma de ironia? O fato é que, embora o provérbio não represente um discurso religioso ele pode, associado a outras representações sociais, como no exemplo citado, construir um *ethos* de um enunciador temente a Deus.

A ironia, nesse caso, consiste na configuração de uma falsa religiosidade, pelo desrespeito a um dos dez mandamentos da lei de Deus: “não matarás”,

pela naturalidade com que o enunciador se refere às “matanças contratadas” e “carnificina braba” como algo comum na comunidade. Nesse caso, ainda se percebe um interdiscurso com os sete pecados capitais: ira, gula, soberba, luxúria, inveja, avareza e preguiça pelas características presentes nas figuras enunciativas. Assim, identifica-se o pecado da ira em João Doido, em Coriolano e no filho de Damião. A gula está associada a João Doido e Coriolano, que também são avarentos e preguiçosos. No caso da soberba, atribui-se a João Doido, Coriolano, Damião, os fazendeiros e o compadre de João. Quanto ao pecado da luxúria, identifica-se na mulher de João, Alba Luz, e nos amantes, os fazendeiros da região. A inveja é atribuída ao compadre e aos amigos de João Doido.

Como ratifica a análise da amostra, o provérbio é uma estratégia empregada para criticar, aconselhar, prevenir, advertir, alertar e intervir em uma determinada situação de enunciação, internalizando e reforçando modos de pensar as relações entre os homens. Por isso, por mais antigo que seja o provérbio ele nunca é velho se é dito a propósito. É essa possibilidade de reatualização do provérbio que justifica a estratégia enunciativa observada em *A fama e a cama*. Como mencionado, valendo-se do caráter genérico do provérbio, o locutor exercita o domínio desse repertório nas mais diversas situações de interação, a partir das quais ele define o que pode ser dito e a maneira como é dito pelo sujeito.

Entre as funções, que se podem atribuir aos provérbios, encontram-se justificativas como em “Pé de galinha não mata pinto”, “Mais vale um bom desengano do que viver a vida toda enganado” e “Para andar com coxos é melhor coxear”. Como estímulo, em uma situação de dúvida, para tomada de decisão ou diante de uma frustração: “Ninguém se levanta sem primeiro ter caído”; “O que não se começa não se acaba” e “Prata ruim não cai da prateleira”; ou, ainda, como repreensão ou advertência, como se observa em “Quem cospe pra cima se arrisca a receber o cuspe de volta na cara”, “Ranger os dentes não é morder” e “Amizade boa não é coisa que se decide no jogo”.

Os conselhos mostram-se como a aplicabilidade recorrente no texto, isso porque, pelo provérbio, é possível falar sem se comprometer com esse dizer. É o caso dos provérbios “Quem não marralha não junta palha”; “Quem semeia

espinho não pode andar descalço” e “A macaco velho não se ensina a fazer careta”, que também podem ser empregados para advertir e criticar.

Como o provérbio permite ao enunciador colocar-se em posição de neutralidade, é prático e eficiente para emitir julgamentos e críticas, como mostram os exemplos “Não é o freio de ouro que melhora o cavalo”; “É leve o fardo no ombro alheio” e “Barbeiro novo aprende em barba de tolo”. Também é possível encontrar ameaças em “A ruim ovelha a lã se pega”; “Em pouco muito se diz” e “É na cabeça que se mata a cobra”.

Outra função dada na interação é a manifestação de ironia. As ocorrências não apresentam subversão da voz proverbial, mas levam ao sentido de questionamento dessa sabedoria, como revelam os enunciados “Ou não anda o pião sem a barça?”, “Ou o costume não faz nova a natureza?” e “Gato a quem morde a cobra, tem medo até de barbante”. Como se vê, o locutor não contraria diretamente a voz proverbial, no entanto deixa dúvidas quanto à sua verdade, ao buscar essa confirmação no seu interlocutor. Para entender a estratégia, nesse caso, é preciso buscar as inferências de mundo.

O primeiro provérbio, dessa sequência, faz referência a um tipo de brinquedo infantil, o pião que, para funcionar, precisa ser acionado por um cordão (barça). No entanto, após acionado, o pião continua girando, ou seja, o pião anda sem a barça, contrariando a voz “Não anda o pião sem a barça”. Essa mesma estratégia é observada em “O costume faz nova natureza”. Nesse entendimento, não há desqualificação da voz do consenso popular, no entanto, ao questionar o seu conteúdo, deixa-se implícita essa possibilidade. O terceiro, provérbio: por sua vez, tem a estrutura modificada, mas não apresenta alteração na base da interpretação, isto é, o enunciador apenas intensifica a ideia contida na forma original do provérbio. Isso porque, ao substituir corda por barbante, o enunciador não só concorda com a voz proverbial como ainda lhe intensifica o sentido, e produz um efeito lúdico que reforça de forma exagerada o dizer proverbial. Além desse efeito lúdico, é possível perceber uma ironia velada na voz do sujeito, pelo fato de que, ao colocar cobra e barbante em um mesmo campo semântico, ele põe em relevo a sua fragilidade emocional, diante de uma situação de perigo.

Essas estratégias sinalizam um jogo para produção de efeitos de sentido a partir do questionamento da voz proverbial. Assim, a asserção genérica estabelece um espaço de interlocução, que possibilita a desconstrução e reatualização desse sentido. Nos exemplos citados, as interrogações sugerem cumplicidade, apontando a confiança do locutor no reconhecimento ou na identificação de proverbialidade pelo interlocutor. Nessa interação, ele não põe em dúvida, antes solicita a confirmação, a aceitação do dizer proverbial, evidenciando-se, ainda, como uma forma de conferir a interlocução.

A forma de apropriação da voz proverbial na amostra evidencia o que Maingueneau (2008) denomina como sistema de *participação*, visto que não há menção à fonte enunciativa. Como mencionado, o apagamento da fonte é possível em função do grau de compartilhamento do repertório proverbial. Isso porque a cumplicidade entre os enunciadores dispensa a necessidade de indicação da exterioridade da fala e, como consequência, permite ao sujeito enunciar-se pelo provérbio, assumindo temporariamente a autoria da fala. Fica evidente que é a relação entre os diferentes sujeitos, constituídos na enunciação, que determina as formas de apropriação adequadas a cada situação de interação.

Para Bakhtin (2004), não há enunciação fora do processo de interação dialógica, sendo todo discurso atravessado pelo discurso do outro. O teórico afirma que o princípio dialógico contempla não só o diálogo entre palavras, mas também, entre as vozes que se deixam ouvir por trás dessas palavras. A enunciação constitui, assim, o espaço de observação do movimento dialógico dos sujeitos, cujas palavras estão sempre atravessadas pelas palavras do outro. Assim, para apreender o sentido é necessário ouvir essas vozes que explícita ou veladamente se apresentam na enunciação.

A amostra, que vem sendo analisada, é construída com e a partir da inserção das vozes proverbiais. Em alguns casos, essa identificação só é possível pela remissão a um sentido de sabedoria popular. Assim, não se descarta a possibilidade de criação de provérbios, visto que alguns enunciados não foram identificados nas compilações proverbiais. É o que se identifica em:

Alguém sugeriu que a sorte fosse disputada no palitinho: o que perdesse faria a embaixada, mas a sugestão não deu certo.

**Amizade boa não é coisa que se decide no jogo.** Se João Doido ficasse sabendo, era até capaz de subir nas tamancas mais do que pela notícia da traição da mulher. Assim, foi a eleição que ficou decidida (p.17)

A assertiva, em destaque, apresenta uma voz que se desloca para antecipar uma conclusão ao enunciado que a precede. Observa-se que a expressão contém uma estrutura bimembre e a soma de seus elementos semânticos produz um sentido de sabedoria, apontando uma atitude que pode ser tomada como um consenso. Além disso, a fala destaca-se pela ruptura do fio enunciativo, e evidencia a alteração do plano de enunciação. Nota-se que o enunciado remete a uma asserção generalizante, indicando uma verdade atemporal. A identificação dessa fala, como provérbio, também está relacionada à aceitação como voz de autoridade concedida e validada pelo grupo. Por isso, o conhecimento da composição não é suficiente para apontar se a expressão é, de fato, um provérbio, embora seja o primeiro passo nessa direção.

No exemplo destacado, há uma ruptura no fluxo da fala do enunciador, para a introdução de outra voz, ou seja, a sua própria voz fazendo-se passar por outra, para criticar a atitude do grupo, em nome de um consenso geral. A “quebra” desse consenso seria mais danosa que revelar ao amigo a traição da esposa. Aponta-se, nesse caso, um diálogo que remete à valorização de uma atividade considerada comum entre frequentadores de bar. O jogo é aqui caracterizado como brincadeira entre amigos, uma “disputa de palitinho”, que o enunciador rechaça por considerar falta de consideração ao amigo. Por outro lado, é possível pensar essa avaliação do sentimento em relação ao tipo de jogo e não ao fato de “decidir uma boa amizade” no jogo. A alusão ao provérbio reforça o ponto de vista defendido pelo enunciador, em relação à sua fala, como forma de justificar o grau de apreço e de solidariedade ao amigo João Doido.

A valorização da amizade passa também como uma questão de honra, de respeito, de fidelidade e de troca de favores. Esse ponto de vista, ressaltado em vários momentos da narrativa, é apresentado como justificativa para guardar o segredo da fama de João, como evidencia o diálogo em que o sujeito apresenta o desfecho da narrativa:

Agora era eu que andava num cortado, mas precisava tirar de letra o problema entalado:

\_ E o que é que eu faço? \_ perguntei bestamente.

\_ Diz que não teve coragem de me contar. Mas não precisa dizer que foi por medo. Diz que você não quis me ver de candeia às avessas, ou não quis me fazer sofrer. **Bem sabe o coxo de que pé coxeia.** Você vai se sair dessa, eu sei. Ou talvez eu tenha de sumir daqui.

Saí com a garrafa e o abridor na mão, e prometi guardar o segredo dele. **A macaco velho não se ensina a fazer caretas.** Como eu disse, eu também me valia da fama dele. Não queria perder a boquinha no bar do Zeca, que acreditava nas minhas costas quentes. **Não há romeiro que fale mal do seu bordão,** por isso não havia risco de eu dar com a língua nos dentes.

As coisas não mudaram. Dei o recado pra turma: João Doido ficara envergonhado, mas não tomaria providenciação. Não era homem de matar mulher nem exercer seu honroso mister com passionalismo. Que talvez saísse da cidade. Coisas assim eu disse, e muitas, que já nem me lembro de quantas.

E um dia João Doido partiu de vez, levando Alba Luz e os filhos, e nunca mais voltou à Vila do Arco.

E é por isso que eu guardo no barzinho da minha casa a única velha garrafa de cachaça que ainda tenho completamente fechada (p.23).

Essa fala relata a negociação de João Doido com o silêncio do compadre, em que fica evidente a relação de cumplicidade construída nessa interação. Os diálogos, aqui estabelecidos, denunciam comportamentos diante de valores que são desprezados, em função de interesses particulares e em detrimento do interesse coletivo. Por outro lado, observa-se que, apesar da acomodação de uma situação indesejada, apresenta-se um desfecho que, de certa forma, “aplaça” a frustração do compadre pelo não cumprimento do dever moral de revelar a verdade aos amigos, tornando-se cúmplice na farsa que mantém a fama, que perde o valor pelo desmerecimento das qualidades atribuídas a João Doido. Mesmo assim, a continuidade da farsa é justificada pela voz “Bem sabe o coxo de que pé coxeia”, empregada por João Doido, para comprar o silêncio do compadre. Observa-se que o enunciador assume, de forma irônica, o ponto de vista da fala proverbial, no sentido de que cada um age de acordo com os seus interesses. O provérbio seguinte, “A macaco velho não se ensina a fazer caretas”, é evocado pelo sujeito para justificar a sua atitude para com o segredo do amigo. Essa fala revela um comportamento social, segundo o qual circunstância é que orienta a atitude a ser tomada em uma dada situação. No caso, o compadre não revelaria o segredo, porque ele também sairia perdendo.

O último provérbio citado, “Não há romeiro que fale mal do seu bordão”, reforça o sentido irônico sugerido na interação, ao denunciar o caráter interesseiro que permeia as relações sociais. Interessante, ainda, observar como estrategicamente esse provérbio vem fechar a narrativa, compondo a imagem de um enunciador que condena a hipocrisia subentendida nas relações sociais, mas não assume a sua insatisfação por comodismo ou medo das consequências ao contrair as normas ditadas pelo grupo.

Ao intercalar os provérbios, constituem-se os diálogos pelos quais vão sendo produzidos os efeitos de sentido para compreensão da trama, ou seja, a farsa da fama de João e as estratégias por ele empregadas para manter o seu segredo. As falas proverbiais reforçam os pontos de vista enunciativos, pela evocação de uma sabedoria popular, mas não comprometem a apreensão do todo enunciativo. A enunciação proverbial promove a integração entre diferentes vozes, em que se observa o diálogo de um sujeito consigo mesmo, estabelecendo a partir desse diálogo, outros diálogos, que se engendram, levando à multiplicidade de sentidos.

Como mostrado na análise, a tessitura do texto revela enunciadores que se apoiam na legitimação da fala proverbial, como estratégia de negociação de sentidos. A imparcialidade e, ao mesmo tempo, a ocultação de subjetividade da voz proverbial, são diluídos pelos efeitos de cumplicidade e de familiaridade estabelecidos na interação. Isso se explica porque a escolha lexical já é uma forma de subjetividade, como afirma Bakhtin (2004), uma vez que o sujeito se deixa capturar nas entrelinhas do seu dizer. Os diálogos constituintes da interação, por seu lado, determinam a presença do sujeito, embora ele se manifeste por outra voz, nesse caso, a voz de um sujeito genérico do qual ele, enquanto parte de uma totalidade, também se faz sujeito.

Fica claro que a concepção de enunciação de Benveniste (1976), como interlocução, o diálogo propriamente dito, extrai o caráter de obrigatoriedade do uso de formas dêiticas de inscrição de subjetividade. Assim, o sujeito apropria-se de outra fala e faz dessa fala a sua própria fala, sobrepondo à sua voz a voz proverbial. Isso significa dizer que há uma acomodação da fala proverbial no interior da enunciação, eliminando, dessa forma, os limites que separam o “eu” do “outro”. Mesmo porque, como o enunciador deixa claro, ele apenas está

repetindo o que ouviu de tantas bocas, ou seja, não há novidade de informação em sua fala, o que dispensa, também, o emprego de um código linguístico fora desse contexto de interação, que se ancora em uma relação de cumplicidade. As relações que constituem os diálogos remetem a estereótipos que identificam sujeitos que se enunciam em um tempo e em um espaço, histórico e socialmente constituídos. Os movimentos dialógicos constitutivos da enunciação mostram que as vozes proverbiais contribuem para a construção composicional (BAKHTIN, 2003, p. 261), revelando-se como estratégias que possibilitam ao sujeito, ao se ausentar do seu dizer, demarcar a sua presença na enunciação.

A análise das ocorrências proverbiais, no texto *A fama e a cama*, apresentadas neste capítulo, buscou aplicar os conhecimentos que integram a configuração do provérbio, enquanto fala reportada, validada pela sabedoria popular, a partir de conceitos teóricos referentes à inscrição de subjetividade e de efeitos de sentido. Buscaram-se os diálogos entre os provérbios e a amostra, destacando os elementos que aproximam esses enunciados, enquanto formas de expressão, resultantes de reenunciações populares.

Verificou-se, então, na marca de oralidade conferida pelo provérbio, um efeito polifônico que promove a dinamicidade enunciativa, por fazer remissão a diferentes fontes enunciativas, sem necessidade de explicitação, tendo em vista que o provérbio é amplamente compartilhado entre os participantes da enunciação. Isso indica a informação da alteridade proverbial como estratégia de distanciamento, um campo de neutralidade, uma “antessala” que precede o corpo textual. Esse fato possibilitou relacionar a ausência de marcas de exterioridade a uma situação de enunciação específica, uma vez que esta não constitui óbice à apreensão dos sentidos. Infere-se, assim, que a identificação da alteridade não se dá pelo reconhecimento de uma estrutura linguística e semântica estranha no fio enunciativo, mas pela identificação de um sentido proverbial construído a partir dos diálogos estabelecidos na interação.

Em relação à subjetividade, a análise mostrou que o compartilhamento do repertório cria um “clima” de familiaridade, que dispensa as fórmulas estereotipadas de introdução do provérbio. Em função disso, a genericidade dilui-se pela presença de um sujeito enunciativo que, valendo-se do caráter de impessoalidade proverbial, adota essa fala como sua própria fala. Essa

estratégia é observada pelas marcas linguísticas de diálogos na enunciação. Outro fato observado é que, embora a amostra apresente uma linguagem com marcas de oralidade, os provérbios mantêm sua estrutura frasal intacta, conservando, assim, os padrões da escrita formal. Esse fato aponta que o provérbio representa uma forma de linguagem irrepreensível, do ponto de vista linguístico, por isso mesmo constituindo uma forma prestigiosa de expressão, na enunciação de *A fama e a cama*.

Reitera-se ainda que, ao se buscar as marcas de inscrição de subjetividade, evidenciou-se a presença de um sujeito que se “esconde” por trás da voz proverbial para dizer o que pensa e que, ao apagar-se, realça na enunciação. Essa estratégia é responsável pelo efeito polifônico, relatado por Bakhtin (2004) como interação entre vozes, uma reação da palavra de um “eu” à palavra de um “outro”, que estabelece uma negociação de sentidos mediada pelo jogo intersubjetivo, de um faz de conta da simulação de distanciamento do sujeito de sua fala.

## PALAVRAS FINAIS

Ao término desta pesquisa deixam-se apenas considerações sobre a enunciação proverbial em *A fama e a cama*, pela impossibilidade de se apresentar conclusões a respeito de temática tão complexa, quanto o estudo da subjetividade na e pela enunciação proverbial. Mesmo porque, não caberia concluir o que por si mesmo implica processo contínuo de investigações, no campo da enunciação, principalmente no tocante à subjetividade. A partir de conceitos de linguagem, enquanto forma de manifestação do sujeito, procurou-se analisar as ocorrências proverbiais apontando, nessa estratégia polifônica, um mecanismo de produção de efeitos de sentido construídos pelas relações intersubjetivas.

O primeiro fato a ser destacado é o caráter polifônico que o provérbio imprime ao texto, dando-lhe um colorido especial. Isso porque, apesar de constituir recurso de tradição oral, os provérbios encontram nesse texto uma ambiência natural de uso, resultando um arranjo harmônico em que se somam às falas dos sujeitos para reforçar e produzir efeitos de sentido. A intertextualidade que se evidencia na ruptura do fio enunciativo, na amostra, é mascarada pela inserção direta da voz proverbial, que revela, ainda, a presença de dois registros diferentes de fala: um mais culto, nas vozes proverbiais, e outro mais popular, representando a fala espontânea. Assim, na fusão dessas vozes, deixa-se apreender um sujeito que se passa pela voz genérica, marcando-se no espaço enunciativo, uma vez que, ao recorrer à voz proverbial, ele corporifica a própria voz. Como consequência, ao constituir-se sujeito, ele impõe diante de si o seu interlocutor e estabelece os diálogos pelos quais os sentidos vão sendo tecidos. Verificou-se que a alteridade enunciativa é informada apenas nas epígrafes, criando um campo de neutralidade, uma antessala ao corpo textual o que leva a concluir-se que a identificação desse discurso outro, no interior da narrativa, não depende do reconhecimento da estrutura, mas de identificação do sentido proverbial, que é construído na interação.

Destaca-se que ausência de fórmulas estereotipadas de inserção mostra a segurança quanto à legibilidade da fala proverbial, resultando na diluição de um sujeito genérico em prol do sujeito enunciativo que, valendo-se do caráter de

impessoalidade proverbial, adota essa fala para se referir a si mesmo com sua própria fala. Outro fato observado, é que o compartilhamento do repertório proverbial perde sua relevância quando o sujeito domina os mecanismos de produção da estrutura, e cria novas fórmulas, que passam a ser também aceitas pelo interlocutor como a voz da sabedoria. De fato, comprova-se, pela análise, a importância dos provérbios como expressões para quaisquer situações de usos, economizando esforço na produção do enunciado.

Em relação à subjetividade, a análise das marcas deixadas na enunciação evidenciou um sujeito que se “esconde” por trás da alteridade proverbial para dizer o que pensa e que, ao apagar-se, quer mesmo é acentuar sua presença na enunciação. As marcas dêiticas desse sujeito estão representadas pelos pronomes de primeira pessoa e suas variantes, e as marcas implícitas atribuem-se às falas dialogadas pelos provérbios. Pelos diálogos, mediados pela fala proverbial, conclui-se que o texto favorece a citação proverbial e que essa citação está voltada à construção de empatia entre os enunciadores como estratégia de produção de sentidos. Isso explica a falta de estranhamento, evidenciada na introdução das vozes proverbiais em substituição às falas do sujeito, colocadas em relevo na enunciação pela alteração dos registros de fala que se observam na superfície do texto. Essa alteração denuncia a presença da alteridade polifônica do provérbio e evidencia que o enunciador adota essa voz da sabedoria popular, para qualificar a sua própria fala, como forma de destacar-se em relação aos demais participantes da enunciação.

Ao observar a estratégia enunciativa, infere-se que o processo de reescrita proverbial contribui para a construção de relações intersubjetivas, o que aponta enunciação no provérbio. Isso porque, considerando que toda enunciação postula um diálogo, ao falar pelo provérbio, o sujeito se coloca em relação ao seu interlocutor. E é em relação a esse interlocutor que ele, o sujeito, seleciona os provérbios que melhor atendam ao seu projeto enunciativo, de forma a emitir seus valores e juízos sem se comprometer com a elaboração dessa fala e, acima de tudo, confiando nos efeitos que ela produzirá. Assim, foi possível apontar uma falsa imparcialidade na voz proverbial, visto que, ao apropriar-se do provérbio, uma voz coletiva, o enunciador coloca-se como “eu”, como parte dessa coletividade. Portanto, ao expressar-se pela voz proverbial,

ele fala por si mesmo e coloca seu discurso de tal forma que só possa ser compreendido a partir do olhar do outro, isto é, do seu próprio olhar apresentado na impessoalidade proverbial. De certo, ao proteger sua identidade no senso comum, o que o sujeito quer, na verdade, é ser ele mesmo, revelando-se, sem deixar dúvidas na sua fala, uma vez que o provérbio é de fácil assimilação e de consenso geral.

A análise da inserção proverbial evidenciou que, quanto mais compartilhado é esse repertório mais cumplicidade é estabelecida entre os participantes, dispensando as formas estereotipadas de informação da alteridade. Considera-se, portanto, o seu uso como uma estratégia de construção de articulação e de encadeamento entre os segmentos da enunciação. Entre essas estratégias de articulação, vincula-se o seu uso com função de, entre outras, aconselhamento, advertência, ameaça, encorajamento, solidariedade, em que o sujeito se vale da voz e da autoridade do consenso popular, para autorizar a sua própria voz, deixando ao interlocutor a tarefa de identificar a exterioridade da fala. A alteridade, nesses casos, só se faz revelar para a isenção de responsabilidade do sujeito em relação ao dizer, atribuindo, assim, ao outro, o que diz em sua fala.

Finalmente, a análise mostrou que há um sujeito, que fala e que se deixa falar, pelo provérbio, como forma de intensificar os efeitos de sentido que quer produzir na enunciação. Esse sujeito se marca ao determinar a presença de seu interlocutor, nos diálogos que são estabelecidos na interação.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, M. L. O. Cada macaco no seu galho: um estudo dos padrões de uso dos provérbios brasileiros e seus equivalentes em espanhol e russo. In: ALVAREZ DE LA GRANJA, M. (Org). **Fixed expressions in cross-linguistic perspective: a multilingual and multidisciplinary approach**. Hamburg: Verlag Dr. Kovac, 2008. v.1, p. 117-139.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARBISAN, L. B. O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 33, p.23-35, jul./dez. 2006.
- BARBISAN, L. B.; FLORES, V. N. A enunciação em perspectiva. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.44, n.1, p.5-8, jan./mar. 2009.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Nacional, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral**. Campinas: Pontes, 1989.v.2.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CARVALHO, J. A. A fama e a cama. In: **Órfã de Filha**. Vitória: FCAA/UFES, 1993.
- CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Global: 2002.
- CREMONESE, L. E. As origens epistemológicas da Linguística da Enunciação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIÇÃO E DISCURSO. **Anais...** Porto Alegre: Núcleo de Estudos do Discurso/PUC, 2010. p. 296-303.
- D'ONOFRIO, S, **Teoria do texto: prolegômenos e teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 2002.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

GATTI, M. A. **Humor em provérbios alterados**. 2007. 158 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GREIMAS, A. J. Os provérbios e os ditados. In: \_\_\_\_\_. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 288-295.

GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, Proverbe et Détournement ou un proverbe peut en cacher un autre. **Languages**, Paris: Larousse, v. 19, n. 73, p. 112-125, 1984.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

HESPANHA, J. R. **Dicionário de máximas, adágios e provérbios**. Lisboa, 1936.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBIAPINA, F. **Paremiologia nordestina**. Teresina: COMEPI, 1975.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1974.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LACERDA, R. C.; LACERDA, H. R. C.; ABREU, E. S. **Dicionário de Provérbios**: francês – português – inglês. Rio de Janeiro: Lacerda Editorial, 1999.

LA FONTAINE. Fábulas de La Fontaine. Disponível em: <<http://www.contosenca-ntar.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2012.

LOPES, F. P. **A Enunciação dos Provérbios como estratégia de persuasão e seus efeitos de sentido na atividade argumentativa**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LYSARDO-DIAS, D. **Provérbios que são notícia**: uma análise discursiva. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

\_\_\_\_\_. Uma análise discursiva das citações de cultura na mídia impressa brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA, 7., 2011. Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2011, p. 1136-1145.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELLO, F. R. **Nova recolha de provérbios e outros lugares comuns portugueses**. Lisboa: Afrodite, 1974.

NASCIMENTO, S. S. **A argumentação proverbial no discurso publicitário**. 2002, 173 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.

OBELKEVICH, J. Provérbios e história social. In: BURKER, P.; PORTER, R. (Org.). **História social da linguagem**. São Paulo: UNESP, 1997. Cap. 2, p. 43-81.

OLIVETTO, W. **O primeiro sutiã a gente nunca esquece**. Revista TPM, n. 56, 2008. Entrevista concedida a Micheline Alves. Disponível em: < <http://revistatpm.uol.com.br/56/especial/olivetto.htm> >. Acesso em: 27 mar. 2012.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Vozes e contravozes: discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

PRATA, M. **Mas será o Benedito?** Dicionário de provérbios, expressões e ditos populares. 13. ed. São Paulo: Globo, 1997.

ROCHA, R. **A enunciação dos provérbios: descrições em francês e português**. São Paulo: Annablume, 1995.

SANTOS, M. O. **Um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial**. São Paulo: FAPESP, 2007.

STEINBERG, M. **1001 provérbios em contraste**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

SUCCI, T. M. **Os provérbios relativos aos sete pecados capitais**. SP: UNESP, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2006. Disponível em: <<http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brp/33004153069P5/2006/succi>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

TOMAZI, M. M. **Cantigas de acordar**: análise discursiva do enunciado poético de Chico Buarque. Vitória: Huapaya, Saberes, 2008.

\_\_\_\_\_. Enunciação proverbial e ironia em “Bom Conselho”. **Revista Saberes Letras**. Vitória, v.7, n.1, p.29-45, set./dez. 2009.

URBANO, H. **Da fala para a escrita**: o caso de provérbios e expressões populares. DLCV. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP/NURC. 2008. Disponível em: <[http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/.../Hudinilson Urbano.pdf](http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/.../Hudinilson%20Urbano.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2012.

XATARA, C. M.; OLIVEIRA, W. L. **Dicionário de provérbios, idiomatismos e palavrões**. São Paulo: Cultura, 2002.

XATARA, C. M.; SUCCI, T. M. Revisitando o conceito de provérbio. **Veredas on line** – atemática – 2008, MG. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo31.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

## **ANEXO**

## A FAMA E A CAMA

Escorregar não é cair: é andar mais depressa...

(Provérbio português)

É melhor ter um inimigo inteligente do que um amigo burro.

(moral de alguma fábula)

Tudo se estima segundo se julga. Quanto mais se ordenha a vaca, maior lhe fica a teta. É na fama de um mal-encarado que cresce a lenda maior do que a realidade: há sempre algum contador de rodelas que inventa um caso que logo se espalha. E a mentira que todos contam acaba virando fato. Onde morre a verdade prevalece o engano.

Há quem julgue a montada pelo arreio, mesmo sabendo que não é o bom garfo que faz o bom cozinheiro. E João Doido foi a estopa de que se fez boa camisa, em Vila do Arco. Ruim é quem por ruim se tem. O medo é pai da crença.

João Doido era cururu de goteira, alto e forte como uma sequóia, mas era a barba cerrada e a voz firme e sonora que assustavam mais que a corpulência. De ruim rosto nunca bom feito. É debaixo da cinza que se encontra o lume. Mas João Doido não ganhara esse nome à toa, em Vila do Arco. Fazia a chuva e o bom tempo e o que mais quisesse, por sua fama corrida de pistoleiro bravo, com mais de vinte mortes no lombo. Morava com Alba Luz, mulher bonita e loura apetitosa, mãe de três filhos - um menino e duas meninas - que macho nenhum incomodava com medo de ser trazido num cortado pelo matador.

O homem saía da Vila de vez em quando, pra correr coxia atrás de mais um risco na coronha do rifle. E o povo comentava: era mais um que João Doido iria mandar comer batata sem desplantar. Quando voltava, carregando o rifle na mão e as pistolas e o facão na cintura, a gente ficava pensando em quem poderia ser o mandante ou a vítima. João Doido não caía de cavalo magro. Deveria ser bem pago, porque ficava no choco semanas inteiras, no aguardo de outro

contrato, vivendo à tripa forra, gastando mais do que candidato em campanha eleitoral. Até que saía de novo para outro serviço e de novo voltava para estourar a grana.

Eu era padrinho do seu filho homem, mas nunca abusei dessa fama de ter costas quentes nem do respeito medroso com que me tratavam por causa do meu compadre: fazia questão de pagar as minhas biritas no bar do Zeca, exceto quando o pobre insistisse muito em que eu não lhe devia nada. Se outros compadres o João Doido tinha eu nunca cheguei a saber, mas imagino que as duas filhas nunca foram batizadas.

\*  
\*      \*

Há um caso que eu não vi, mas que se espalhou na boataria dos conversamentos ao pé da orelha. Não sei se é mais uma dessas mentiras que a gente acaba por engolir como verdades à força de ouvi-las de tantas bocas. Mas é coisa juramentada na tradição e, portanto, com o estatuto histórico que a gente não pode deixar de lado.

Se da história não sei o alicerce, pelo menos conheço as figuras nela envolvidas, porque cheguei a ver algumas vezes o Coriolano e o Damião. Aquele era o pistoleiro; este, o mandante que João Doido teria desativado.

Coriolano era um alfenim, mais magrinho que bacalhau de porta de venda, mas atirava como gente grande. Gostava de armar um banzé de cuia, e brigava no braço sem perder uma luta, ainda que fosse com um desafeto de maior porte e musculatura. Não gostava de trabalhar, mas vivia também à tripa forra e comia como um alarve, com o seu ofício de matador de aluguel. Se não conseguia meter alguém numa alhada, com o propósito de tirar proveito da situação, conseguia, ao menos, ficar de alcatéia e matar de frente, sem testemunha. A gente sabia sempre que era ele que fazia um cristão de boa saúde dar de repente trabalho ao coveiro, mas nunca ninguém conseguiu provar nada contra ele. Até a polícia o respeitava tanto quanto a João Doido, por sua alma de cântaro e sua fama de homem valente e brigador de quilate.

Mas havia um senão na boa bisca que ele era: o homem tinha talento pra sururu, mas era curto de miolo e fraco de imaginação. Se

ele estava de aspa torta, a gente nem precisava vender azeite às canadas: bastaria conversar com ele na mansidão ou pagar-lhe um gole de leite-de-onça, para que ele descobrisse as baterias e se desfilizasse em medidas. Mas o caldo podia entornar, se o bajulador fosse a vítima de algum contrato de morte, e não tivesse tutano pra perceber-lo. Coriolano aceitava o aperitivo, falava manso também, mas ficava à coca e cumpria o trato, sem ódio, sem rancor, sem agravo nem apelação, apenas como um rotineiro negócio que era o seu trabalho e seu ganha-pão.

Mais difícil de ver que marinheiro suíço era o Coriolano sorrir. Falava entre dentes, mastigando as sílabas, com voz suave. Qualquer um que o não conhecesse apostaria dobrado contra singelo que o homem era um anjo papudo, de asa caída, fácil de levar no bico, e que se afogava com pouca água. Mas era só ficar uns dez minutos papeando com ele, pra descobrir que o danado do homem não segurava cabra pra outro mamar, e que o melhor a fazer era tratá-lo bem, e assentar a cabeça pra não beijar o chão diante dele.

Pois foi com o Coriolano que Damião assentou um trato de ofício. Como o pistoleiro não sabia um amém da sua missa, Damião contou pra ele tintim por outro tanto o que se passou, pra ele ficar do seu lado e aceitar a empreitada com muito gosto, e não se furtasse ao trato, pondo a coisa em almoeda. Porque defeito maior de Coriolano, descontada a curteza de idéias, era vender seu serviço pelo que mais lhe pagassem, a menos que fosse justa a proposta de fazer o desafeto bater a alcatra na terra. A gente precisava mostrar que tinha razão, ou o danado do homem procuraria falar com a vítima primeiro, pra saber a versão dela, e decidir depois o que fazer. Como era fraco de idéia, a gente nunca podia saber para que lado ele torcia o pano.

Mas coisa de que ele não gostava mesmo era de bem-te-vi de igreja, desses que pensam que berimbau é gaita e só vão à missa para exibição de suas posses e cristandades, para enganar os outros, passando por bons na brocha. Gente assim de boca doce existe mais do que se imagina.

A primeira idéia de Damião foi, então, a de pôr à mostra a calva do desafeto, para que o Coriolano fosse às estrelas: contou que o salafra de maus fígados era beato de vaideza só, que cortava na casaca do padre e metia a catana no Cristo, e que não poucas vezes lhe tirara Damião as cataratas, quebrando o corincho dele na frente dos seus cupinchas, um arsenal de adulações. Daí que nasceu

o mutuo desentender entre eles dois, agravado pelo que adiante Damião diria, de muita senvergonhice. Mas Coriolano – prosseguia Damião no seu arrazoado de convencimento – era homem que não nasceu de castanha pra baixo, como caju, e, por isso, podia verificar isso talqualmente, com os próprios olhos de águia, que não deixam passar camarão por malha, nem ir em corrida de ganso.

Coriolano estranhou a capadura:

– Não pensei que o seu desafeto fosse ansim de erguer a crista. Mas fez bem o patrão de me dizer nas bochechas pra quebrar a cuia dele. Mas o que mesmo fez ele pra lhe estragar o capítulo e botar caroço no seu angu, além dessas beatezas ?

Aí entrava Damião com sua caixa encourada: o safardana estava de casa e pucarinho com o irmão de Damião, fazendo senvergonheza braba com a cunhada, só porque o irmão fazia biscoito pra viagem, andando de médico em médico, todos da mula ruça, como bola sem manicla, com o fim só de tentar curar-se de um câncer mal colocado, que ele nem sabia que não tinha mais jeito. Que desrespeitar um homem nessas condições de fraqueza, pondo-lhe chifres à beira da morte, era mais que pecado e senvergonhês, mas pura maldade, ainda mais que, ficando na embira, pelos gastos com a saúde, o irmão estava na dependura, já a pique de roer beirada de penico. E mais falou Damião: que Coriolano não lhe desse arras ao senvergonho e o apagasse sem dizer água vai, porque o malandro era bem capaz de enganá-lo com dois dedos de papo furado doce, pra se safar de sua pontaria. Damião mexeu nos brios do matador, metendo o dedo na ferida. A reação veio logo, no entredentes suave:

– O patrão pensa que eu sou trouxa ?

– Só estou lhe dando a carne sem osso, pra facilitar a empreitada.

– Ah, bom. Agora, me diz aí como é o safado que eu tenho de desativar sem lhe dar trela.

Com mais um empurrão ia a caixa pro porão. Mais falou Damião ainda do sem-entranhas, para que o Coriolano até nas entrelinhas percebesse que não ia jogar no escuro, abraçando o seu estandarte: o serviço era necessário para tirar do mundo um sacana a mais. Pra segurar-lhe o estribo, Damião deu-lhe o **alamiré**: mostrou ao Coriolano quatro fotografias recentes do futuro falecido; uma de perfil esquerdo, uma de perfil direito, uma de frente e uma de corpo inteiro, ao lado de um carro, pra que o Coriolano tivesse um ponto de referência para calcular a altura dele.

E arrematou:

- Estão aí as fotos do homem. Pago o que me pedir e ainda lhe dou o dobro, mas quero esse safardana na gaveta do necrotério.

Coriolano bufou. Era a raiva que ele já sentia do desafeto, que já cheirava a defunto. Damião preparou-lhe um leite-de-onça no capricho e ofereceu-lhe o copo cheio ao matador, junto com as fotos e o pagamento. Ele bebeu, pegou o tutu e as fotos e garantiu que faria o homem ver o capim nascer pela raiz.

Damião viu Coriolano ir embora, e aguçou o dente no antegozo da vitória. Ninguém tirava farinha com Coriolano, quando o matador bufava de raiva. No dia seguinte, Damião iria receber a notícia no vilarejo e já se preparava para comemorar.

Mas teve de pôr um freio na alegria desmedida. Ou o trato estava em água de bacalhau, ou Coriolano tinha a missão em agrazo, porque, em uma semana de espera, nenhuma notícia lhe chegara aos ouvidos sobre a morte do frango de botica. Damião havia pago o dobro do combinado e levava uma espiga daquelas !

Mas foi aí que, já passados uns dez dias de arrepiantes pensamentos para ele, Damião vê chegar em passo mole a figura franzina do matador. Foi recebê-lo esperando a notícia. No que Damião começa a falar, Coriolano o interrompe:

- Tô andando numa dobadoura pra cumprir o assentado, mas eu acho que ainda vai ter muita farinha pra comer nesse prato.

- Mas o que houve, Coriolano ? Você não conseguiu matar o meu desafeto ?

Ele retirou as quatro fotografias do bolso, apontou-as com o dedo sujo, enquanto dizia, na habitual suavidade do entredentes:

- Já derrubei dois desse aqui (**e mostra a figura de perfil esquerdo**), três desse aqui (**e mostra a figura de perfil direito**) e mais dois desse aqui (**e mostra a foto de frente**). Agora, esse daqui (**e mostra a foto com o carro**) eu ainda não apaguei, porque não vi ainda ninguém de tomóvi por essas banda.

Damião ia dizer a ele que o tratado era de matar um só, mas Coriolano cortou a frase pelo meio, arrematando:

- Sei que era pra sumir com um só, mas, na dúvida, é melhor não facilitar. Quando aparecer o do tomóvi, eu mando ele pro céu também. Depois eu volto pra gente recombinar o pagamento.

E afastou-se.

Damião olhou-o durante muito tempo, até sumir de vista.

Sentou-se no chão, com as mãos na cabeça, completamente desarvorado: era bem possível que nenhum dos sete fosse o homem que ele queria morto.

Pra não gastar adoidado com outras mortes ou para evitar, por cristão proceder, uma carnificina tão braba, Damião tratou de verificar por conta própria se o seu desafeto estava incluído entre os sete desativados pelo pistoleiro. Deus dá o pão mas não amassa a farinha. Homem sem sorte, Damião cometeu aí, nessa decisão de pôr tudo em trapos limpos, o seu primeiro erro nessa história toda, o que levou João Doido a agir nas direitezas dos seus conformes.

Se a notícia dos seus feitos recéns pouco ou nada acrescentava às outras tantas que circulavam em Vila do Arco sobre matanças contratadas, um porém sacudiu a gente por causa de um erro do pistoleiro: na procura de sua vítima, ele deixara cair uma das fotos dadas por Damião, e essa foto foi a que chegou às mãos de João Doido. A vítima era pessoa de nosso trato e convívio, amigo assim ó, do meu compadre. Em pouco muito se diz. Com o erro do Damião e com o outro do matador, João Doido uniu a tesão com a vontade de folgar: dois mais dois são quatro, exceto na conta folgada de quem acredita em Papai Noel.

Não sei pra que cascos de rolhas andou João Doido na pista dos dois, mas pra quem já criou calo na paciência, não é fácil levar capina. E João Doido era um carrapato que grudava mais nas que-rências fundamentadas que político governista em ombro de general. Pensou, fez.

É na cabeça que se mata a cobra. Se fosse primeiro atrás do mandante, João Doido poderia anular a motivação de Coriolano, já que deixaria de haver paga pelo trabalho. Muito longe vai quem sabe por onde vai.

As sindicâncias de Damião soaram alto pelos lugares de ali perto de Vila do Arco. A apressadas perguntas, vagarosas respostas. E o perguntador, na falta de um definitivo pra suas dúvidas, continuava na trilha bestamente, a estender as pernas além das cobertas.

E vai que, numa dessas, na estrada de sua sina, Damião cai de perguntar ao próprio João Doido:

– O senhor conhece esse homem ?

E mostrou pra ele as cópias do amontoado de fotos do desafeto, incluindo aquela que o Coriolano deixara cair.

João Doido olhou para as fotos devagar, sem pressa, sabo-

reando o ponto final da sua andança. E disse com a voz pachorren-  
ta, despachando os caixeiros do nariz empoeirado:

– Se eu digo que conheço, o que é que o senhor pretende ?

– Nada... Eu...

Aí foi que o Damião reconheceu o levado da casqueira do João Doido por trás da sombra do chapéu grande. Tremeu. Talvez tivesse pensado besteira. Ninguém sabe do pensamento a não ser o pensador. Mas talvez tivesse criado coragem, na hora, na esperança de que a cara não calhasse com a careta. Não há montanha sem neveiro, não há mérito sem calúnia. Talvez a fama de João Doido fosse apenas um exageramento das fuxicagens de comadres.

E lascou:

– Só queria encontrar esse cara, pra saber se ainda está vivo.

– Pois eu lhe digo que tá. O que é que o senhor vai fazer agora ?

Tolo calado por sábio é contado, quando não falta a ele o dom da palavra pelo medo que o amordaça. Também de pouco lhe adianta a artemanha de bancar o corajoso pra quem lhe treme o corpo todo no temor do enfrentamento. É só a cabeça que o avestruz esconde, na crença de estar oculto por não poder ver o mundo. João Doido voltou à carga, segurando com a direita o facão de leve, ainda na bainha presa ao cinto, e fazendo com a esquerda uma bolinha com os caixeiros que tirava do nariz:

– Esse aí da foto é meu mano irmão, homem de muitas virtudes e lealdades.

– Sei... eu não quero mal a ele. Só queria saber se estava vivo, mais nada...

João Doido retirou o facão da bainha, demoradamente. Encostou a ponta na barriga de Damião, botou na boca a bolinha de porcaria do nariz, e disse, com mansidão na voz:

– É pena que o senhor não possa dar esse recado ao seu amigo Coriolano...

Damião gemeu:

– Aí, seu João, não me mate... Eu não quero mal a esse homem...

– Então, está bem. Mas me diga o porquê dessas fotos e tudo o mais sobre esse homem, que é pra eu fazer uns assentamentos na minha cachola...

– Assentamentos ?

- Isso. O senhor quer saber se esse homem da foto ainda respira, talvez porque lhe quer dar um abraço...

- É... é... é isso...

- ... ou um beijo de despedida...

- ... um.... beijo... de... despedida ?

João Doido mantinha o facão encostado na barriga do homem. Com a mão esquerda, tirou do bolso a foto que Coriolano perdera, mostrou-a a Damião:

- Tá vendo isso, moço ?

- Sim, senhor.

E João Doido mentiu, no jogar verde pra colher madurão:

- Pois foi o Coriolano quem me deu, tá sabendo ? Me explica isso agora, como é que eu tenho uma foto desse seu amigo que um pistoleiro também tem.

- Não sei... Eu juro que não sei...

- Barbeiro novo aprende em barba de tolo, seu moço. O senhor não sabe ?

A ponta do facão pressionava a camisa de Damião pouco acima da fivela do cinto. O suor escorria-lhe pelo corpo, o medo lhe secava a boca. João Doido não perdeu tempo.

- Adeus, seu moço.

Damião não viu, e acho que nem sentiu. O movimento de mão foi rápido: a arma enterrou-se-lhe até o cabo no umbigo, e chegou a varar do outro lado. O corpo caiu, quando João Doido puxou o facão de volta.

João Doido não precisou andar atrás de Coriolano. Ou porque os pistoleiros se respeitam mutuamente, quando um não é contrato de outro, ou porque não mais carecia: sem mandante que lhe pagasse, Coriolano teria arrepiado carreira à cata de outro patrão, deixando em paz o pessoal de Vila do Arco.

\*

\*      \*

Se não vi o que acima contei, eu mesmo presenciei a continuação, que mostra a frieza de João Doido:

Um homem jovem bebia no balcão do bar do Zeca, quando

João Doido entrou, sem outra arma, além do facão de mato, amarrado à cintura. O homem tirou um revólver e apontou-o para João Doido, gritando nervoso que iria vingar-se da morte do pai. O mesmo Damião que atrás se disse:

– Comece a rezar, seu João...

João Doido viu que ele estava bêbado. Manteve a calma:

– Sua arma é bonita, garoto. Mas isso daí só dispara em mão de homem. Não é o freio de ouro que melhora o cavalo, menino.

– Eu sou homem bastante pra lhe dar um tiro. E não sou menino coisa nenhuma.

A voz do homem mostrava a hesitação. João Doido aproveitou-se:

– Ranger os dentes não é morder.

O homem engatilhou a arma, segurando-a com as duas mãos, e apontando-a para o peito de João Doido. João Doido não se abalou:

– Se você fosse matador, já teria atirado, garoto. Continue bebendo e guarde o trabuco. Não tenho nada contra você.

Ele respondeu rápido:

– Mas eu tenho contra você...

João Doido segurou o cabo do facão, e disse com a voz pausada e calma:

– Em primeiro lugar, dobre a língua, que eu ainda não dormi com sua mãe. Me chame de **senhor**. Em segundo lugar, se quer me apagar, tem tempo ainda. Mas se quebrar catolé ou se falhar no primeiro tiro, eu não erro com o facão. A escolha, menino, é só sua.

O homem olhou para os lados, sem dizer chus nem bus, procurando apoio. Será que imaginava que João Doido tivesse inimigos ali ? Quem pode saber o que vai na cabeça de um bêbado medroso e metido a bravo ?

Foi Zeca quem interrompeu aquele silêncio de muitos séculos:

– Moço, guarde essa arma. João Doido nunca fez mal a ninguém aqui, em Vila do Arco. Se quer matar o homem, procure outro lugar, porque, se você atirar, eu atiro em você também.

Foi o que bastou. O homem começou a tremer, desengatilhou a arma, guardou-a no bolso, os olhos lacrimejando, parecendo que ia desabar num dilúvio de chorosa covardia. João Doido falou, com

voz grave, sem ir às do cabo:

- A arma fica.
- O quê ?
- Você vai sair daqui desarmado.
- Mas...

- Do carneiro que recua é que vem a chifrada mais forte. Você não teve peito de atirar pela frente. Se quer me matar pelas costas, há de ser com outro trabuco. Esse daí é meu, agora.

O homem hesitou, mas dobrou a cerviz. Quando levou a mão ao bolso, João Doido gritou:

- Devagar com a mão. Ponha a arma ali em cima do balcão e saia correndo daqui.

Lentamente, o homem botou a arma no balcão, e deu aos calcanhares com a crista caída e a cara do tacho.

\*  
\*       \*

Coisas assim diziam que eram corriqueiras em Vila do Arco. E a fama do João Doido crescia como homem valente e matador de escol. E verdade se diga: ele nunca mexeu com ninguém da Vila, e até se desculpava, delicadamente, quando esbarrava com alguém ou acreditava tê-lo ofendido no calor de uma conversa de destoantes opiniões. O outro aceitava de imediato o pedido de desculpa, num sorriso de duas orelhas:

- Que é isso, João ? Eu é que sou um desastrado mesmo !

E a coisa morria aí, sem mais discussões. Um homem assim como João Doido era mais respeitado do que temido, porque, por mais assassino que fosse, era um exemplo de direiteza para o pessoal do lugar.

Por isso é que havia um calo no pé das gentes da Vila do Arco: dois fazendeiros ricos se aproveitavam das repetidas ausências de João Doido e tiravam suas casquinhas na solitária Alba Luz. Até se dizia, à boca pequena, e longe dos ouvidos do matador, que os filhos dela não eram dele, mas dos outros dois. Mas quem é que tinha a coragem de quebrar castanha na boca de João Doido ?

A vida é prazer de quem não tem saber: uma vez foi que até disseram que um dos fazendeiros entrara na casa de João Doido

logo depois de ele ter saído, sem nem esperar que esfriasse a cama das maridezas, e lá ficara o tempo de pelo menos duas senvençonhices com intervalo grande. Uma sacanagem !

Dizem também que, de outra feita, o mesmo safardana, como quem procura cabeceira em mesa redonda, andou de sair com Alba Luz, peladinhos da silva os dois, pelo jardim da casa de João Doido, sem medo nenhum de chegar a coisa aos ouvidos do matador. Parecia até que o homem procurava exhibir sua desvergonhança, com a mesma altivez de um cristão na arena de Nero, sem preocupação de ser comido pelos leões. Acho que é porque ladrão que não é em flagra apanhado sempre passa por ser honrado. Ou, então, porque ele sabia que a gente da Vila do Arco não seria capaz ou não teria a coragem de contar nada pro João Doido. Porque João Doido era querido na Vila, e, embora a gente sentisse cócegas na língua pra lhe dizer tudo, havia o medo da reação do homem, quando soubesse da traição da mulher, e a gente perdia a cocha. Por isso, no bar do Zeca, houve aquela assembléia dos amigos do João Doido. Um de nós teria de lhe assoprar a cinza dos olhos e lhe contar a verdade. Afinal, se não havia bandido nem trombadinha em Vila do Arco, isso a gente devia à fama de João Doido. Quem se atrevesse a roubar ou a matar alguém que pudesse ser amigo do pistoleiro se veria em calças pardas: a vingança viria logo. Ou não anda o pião sem a baraça ? Estava aí a história de Damião e do filho para provar isso tudo. João Doido podia ser o que era, mas melhor proteção pra gente que qualquer polícia era a fama do homem, amigo de todo mundo em Vila do Arco. A gente tinha de ser honesto com ele e precisava provar que também sabia ser amigo e grato.

Foi no bar do Zeca, então, que a gente se reuniu para as devidas tomadas de posição. Se é leve o fardo no ombro alheio, o de João pesava no de todos nós. A gente não deve brincar em serviço quando se trata de alguém como ele, mas como é que a gente ia resolver o problema ? Contar tudo pra ele podia ser uma sentença de morte. Quem é que gosta de ser chifrudo ? Mas não contar seria esperar que ele mesmo descobrisse tudo. E aí ele diria: onde é que estavam os meus amigos, que não souberam me contar nada ? Aí, pois, estava o problema.

Podia que ele nem ligasse. As águias não caçam moscas. Mas... e se não ? Bem sabe o couro onde aperta o sapato. João Doido era imprevisível.

E foi então que surgiu a idéia de votação. Um de nós teria de

contar pro homem, e a coisa teria de ser decidida na votação democrática e honesta. Desse no que desse o resultado da votação, o eleito teria de arcar com as conseqüências e ser cabeça-de-turco na democracia.

Alguém sugeriu que a sorte fosse disputada no palitinho: o que perdesse faria a embaixada, mas a sugestão não deu certo. Amizade boa não é coisa que se decide no jogo. Se João Doido ficasse sabendo, era até capaz de subir nas tamancas mais do que pela notícia da traição da mulher. Assim, foi a eleição que ficou decidida.

Primeiro tinha de haver candidato para o honrado posto, a menos que algum mais heróico quisesse fazer a coisa pelas caladas. Mas daqui até lá morre o burro ou o tocador, porque enfiar água no espeto era coisa mais fácil do que achar alguém corajoso pra dizer as verdades do homem.

Para andar com coxos é melhor coxear: se os fazendeiros tiravam suas casquinhas, por que não todos nós ? Afinal, Alba Luz não era de se jogar fora e não tinha mais honra a perder... Mas a proposta indecorosa, que eu não sei de quem partiu, foi insultada com vaias e axingamentos.

Uma outra proposta apareceu: a de se nomear uma comissão de dez para conversar com João Doido. Mas tinha de haver um que falasse primeiro em nome de todos, pra ninguém ficar falando ao mesmo tempo que outro, ou pra ninguém ficar calado diante do homem, sem saber o que dizer. A proposta foi rejeitada, porque ainda sobrava o problema da escolha de quem iria falar pelos outros nove. Além disso, uma comissão é coisa que, sem trocadilho, daria comichão no miolo de João Doido: por que tanta gente assim pra dar uma notícia de tão particular sofrença ?

Quem sabe não seria melhor falar com Alba Luz para que tomasse caminho ? Assim ninguém mais ia fazer azia, João Doido não seria mais chifrudo e estava resolvido o problema. Mas se ela já estava no embalo da dança, não adiantava parar a música, ou o costume não faz nova natureza ? Na certa que ela nem ia se tocar, já que fazia as coisas no maior descaramento. A proposta foi rejeitada.

Um outro disse que morta a cobra se acaba a peçonha: o negócio era forjar um acidente e pronto. Sem Alba Luz, não haveria mais chifres. Mas a proposta esbarrou em senões: quem teria a coragem de fazer três órfãos e enfrentar depois a ira do viúvo ?

Quem não marralha não junta palha – disse um, a propósito das saídas prolongadas de João Doido. Quem tem ofício de rastrear

desafeto alheio acaba não enxergando os que tem ao seu lado. Azar o dele. Que se deixassem as coisas como estavam para se ver depois como é que ficariam. Mas essa proposta também foi por vaias recebida: João Doido não merecia da gente tamanha ingratidão. E isso fui eu quem disse. Foi aí que me olharam de jeito malandro: e eu percebi que ia acabar sobrando pra mim.

Não deu outra: na hora da votação, foi a mim, por ser compadre do homem, que coube a difícil tarefa de contar a coisa.

E como é que eu podia me esquivar do espinho? Eu era amigo mais íntimo, freqüentava a casa do homem também, mas – diga-se – apenas quando ele por lá se achava, não fosse cair sobre mim a mesma pecha dos dois fazendeiros.

Foi que pedi ao Zeca que daquela vez a cachaça era por conta da assembléia. E mais outra eu queria inteira, para levar pra casa, pra quando o homem voltasse do serviço que tinha ido fazer.

Em casa, pensei melhor. Ao invés de beber a cachaça pra criar coragem, eu levaria a gárafa à casa do compadre, e a gente iria bebendo até que me chegasse a doideira à cuia, para o fuxico bravo. E foi o que fiz. Fiquei à coca de João Doido, até rezando pra que ele tardasse na volta de mais outra missão. Mas ele cedo voltou. Fui sem pressa à casa dele. Quem me abre a porta é Alba Luz, mas vou direto ao que quero:

– Comadre, bons dias, mas tenho um conversamento sério a tratar com o compadre, e muito gostaria que a comadre me desculpasse e me deixasse no a-sós com ele, sem nenhum intrometimento de fazer sala pra mim.

No que ela responde, estranhando a falação:

– Que é isso, compadre? Mal abro a porta e me despacha assim?

Ela estava de camisola transparente e nada de por debaixo não vestia que lhe pudesse esconder as vergonhas e belezas todas. Cheguei a sentir inveja dos dois fazendeiros. Talvez valesse a pena arriscar a vida por menos de meia hora com mulher de tantas iscas. Mas ou eu sou meio covarde, ou a missão que eu tinha a cumprir me soava mais alto. Nem de moço bom conselho nem de esterco bom odor: não iria eu quebrar, por medo ou egoísmo, não sei bem, minha amizade pelo compadre. E respondi, sem poder desviar os olhos de tanta curva generosa e bela:

– Tenho pressa, comadre. Me desculpe o sem-jeitismo, mas

capiau sem muito estudo não sabe direito as regras das elegâncias. É com o compadre João que eu preciso ter um linguajar de precisão e urgência.

Ela me sorri com denego, sem mostrar nenhum recatamento ou vergonha pelo seu estado de quase nudez. Sou de mais amor e menos confiança, que é coisa que a mim mesmo me disse, para não ter de confessar-me que talvez tivesse medo de queimar a língua ao pegar a raspa do tacho: bonita ela era e apetitosa, mas meu gosto pela vida ainda era maior. Já uma vez me vi em aperto por desejar mulher alheia, e gato a quem morde a cobra tem medo até de barbante. Por isso que, no que ela me pede pra segui-la até onde ele está, eu lhe estrago logo a cortesia na fonte:

- Conheço o caminho, comadre. É só me dizer onde ele está.
- No quarto, deitado.
- Dormindo ?
- Não sei.
- Eu vou lá, mesmo assim. Por favor, não carece de me fazer pajeagem.

Verifiquei se Alba Luz ficara para trás, mais na intenção de voltar a ver-lhe as belezas do que na de certificar-me de que ela não me seguia, já que eu precisava do a-sós com o meu compadre, sem ouvidos estranhos, muito menos os dela. E fui pro quarto do homem.

Ele estava deitado, só de samba-canção, aquela cueca que desce até o joelho, mais folgada que enxerido em conversa de estranhos. João Doido fez menção de erguer-se para cumprimentar-me, mas eu cortei depressa o seu gesto de atenção:

– Não se incomode com cerimônia, compadre. Tenho aqui uma cachaça pra gente beber, enquanto eu lhe conto a missão que me trouxe aqui, que é de muita importância.

– O que é ? — ele sentou-se, para pegar a garrafa com a mão direita, pondo no nariz o indicador da mão esquerda.

– Me desculpe, compadre. Vou fechar a porta do quarto para melhor privança.

Fechei a porta e voltei-me. Ele segurava a garrafa, ainda com a tampinha de metal. Enquanto ele fazia uma bolinha do que havia tirado do nariz, pus a mão no bolso, tirei o abridor e estendi para ele. Ele segurou-o, mas não abriu a garrafa:

- Não sou de caixas encouradas, compadre — disse ele. Pare

com essas frescurices, e diga logo ao que veio.

– Abra a garrafa, primeiro.

– Não senhor. Primeiro você abre o bico. O brinde vem depois.

De saco de carvão não sai a farinha branca. Eu não esperava por aquilo. Minha idéia era a de bebermos para narcotizá-lo a ele e encorajar-me a mim.

– Primeiro a bebida – respondi sem muito ânimo, tentando convencê-lo.

O homem me olhou de soslaio, apontou-me uma cadeira, colocou a garrafa sobre a mesinha de cabeceira e ficou brincando com o abridor, em silêncio, esperando. Não responder já é resposta e adivinhei a desaprovação pela minha teimosia.

Sentei-me e em silêncio fiquei, também, com a cabeça à roda e já arrependido de ter aceito a missão. Em terra barrenta até areia é estrume. E senti-me pior ainda, quando ele ordenou, com suavidade e firmeza na voz:

– Desembucha.

E eu:

– Compadre, eu sou seu amigo. Já por isso somos compadres. Não sou de lhe pôr casca de banana no caminho. Você me conhece. E é por ser seu amigo que eu vim aqui, representando todos os seus amigos de Vila do Arco, porque eu vim em missão que me foi confiada por votação em assembléia...

– Quiseram ver sua caveira, mandando você dar uma cabeçada ?

– Não... foi uma votação aberta e honesta, com muito arrazoado inteligente. Ninguém lhe quer mal por aqui, compadre. Mais vale um bom desengano do que andar toda a vida enganado...

– Fizeram sua cama...

A ruim ovelha a lã se pega. Havia quase ameaça no seu tom de voz. Ninguém se levanta sem primeiro ter caído, mas, no meu caso, sem poder arrepiar carreira, eu podia nem me levantar mais. Já me arrependia do meu ofício de tirar camoatim sem poncho, do meu papel de mensageiro que me saía mais a costaneira do que ao de resma de boa celulose. Mas à erva ruim não cresta a geada, e se eu era compadre dele boa bisca não haveria eu de ser, que merecesse o compadrio. Pé de galinha não mata pinto. E arrisquei meus começos:

– Compadre, você sabe que sou seu amigo. E é por isso que estou aqui.

– Sem rodeios. Vá direto ao assunto.

– Mas eu tenho de contar desde o início, porque o compadre precisa entender a minha posição.

– Sua posição é essa aí, sentado no meu quarto, diante da minha cama. O resto é conversa fiada. Vai me ensinando logo a canção que eu ainda não conheço.

Pensei comigo: o homem está desarmado e quase nu. Se houvesse reação, eu tinha tempo de me atracar com ele e, desse no que desse a briga, eu poderia correr depois, antes que ele pegasse a arma. E, além disso, fugir de um homem quase nu não me parecia difícil, se as coisas dessem errado. E criei coragem:

– É sua mulher, compadre. Me desculpe...

– Que é que tem a Alba Luz ? Vá falando, compadre, que esse palavreado reticencioso já me coça a paciência.

Pensei novamente na cachaça:

– Vamos abrir a pinga, compadre. A gente conversa enquanto fica bebendo.

E ele, truculento:

– Que é que tem a Alba Luz, compadre ?

– Bem... o pessoal da Vila está dizendo... Eu não sei, não vi... só estou bancando o emissário...

– Que é que tem a Alba Luz, compadre ? – a voz era sonora e assustadora.

– Bem... É que... sua mulher...

– O que não se começa não se acaba. Ou você não diz nada e vai embora e finge que nem esteve aqui, ou desembucha. Estou esperando.

Quem cospe pra cima se arrisca a receber o cuspe de volta na cara. Eu já estava roxo de medo, mas eu tinha de cumprir a missão, ou não poderia encarar o pessoal da Vila. Mas a razão espanta o medo, e eu disse, num repente que até me surpreendeu:

– Quem diz a verdade pode perder a amizade, mas não merece castigo. São os fazendeiros do vale, compadre. Aqueles dois ricos. Dizem que sua mulher, enquanto você está fora, anda de caso com eles. Desculpe-me, compadre, mas parece que ela...

João Doido levantou-se segurando a garrafa. Pensei que me

fosse dar cabo do canastro, ou, no mínimo, me abrir a cancela. Mas ele apertou a garrafa com as duas mãos, abriu a boca pondo as canjicas de fora, e o riso largo foi aos poucos transvirando em choro. Comecei de sentir pena do homem, e, novamente, sugeri que abrisse a cachaça. Mas ele me devolveu a garrafa com um soluço, e disse, não mais com aquela voz tonitruante de assustar boi sonso:

– Alguém tinha de quebrar o corincho um dia. Cera demais pode queimar a igreja. Não se pode enganar todo mundo sempre, quando a gente se mete em altas cavalarias.

– O que é que você vai fazer, compadre ? - perguntei sem ter entendido direito o que ele tinha dito.

– Você é que sabe - disse ele, num sopro de voz.

– Como é que é ?... Não estou entendendo !

– Vou te revelar o segredo, compadre. O raio não cai em pau deitado. Eu sempre tive medo de que alguém tivesse a coragem de me contar o que você me contou.

– Então você já sabia ?

– Quem semeia espinho não pode andar descalço. Foi esse o meu erro. De que é que vivo, compadre ? Não valho um cominho. Não fossem os fazendeiros ricos e a cumplicidade de Alba Luz, de que é que eu ia viver, compadre ?

Olhei-o, espantado:

– Ainda não entendi.

– Nunca matei ninguém na minha vida. Nem sei atirar. Saio de vez em quando pra fingir que vou matar algum desafeto ou cumprir um contrato de morte, mas é só pra segurar a cabra para eles mamarem, e eles nem sabem disso !

– Mas... e a história do Damião ? Você não matou o homem ?

– Não. Só encontrei o corpo. Pensaram que fui eu, porque eu mexia nos bolsos dele pra saber quem era. Olhei as fotos só, e deixei tudo como estava. Já disse: nunca matei ninguém.

– Mas aquele dia... eu vi você fazer o filho dele sair de chouto do bar do Zeca !

– Prata ruim não cai da cristaleira. Eu arrisquei. Tenho fama de valente e de matador. O cara se borrava todo e era tão caipora que se caísse de costas quebraria o nariz. Toda a cuba cheira ao vinho que tem. E, além disso, o Zeca me ajudou pra me puxar o saco, com medo também da minha fama, eu acho.

Até no melhor pano pode cair a nódoa. Eu nem podia acreditar ! Mas João Doido continuou:

– Quando alguém daqui da Vila me vinha contratar, eu inventava uma desculpa. Que um amigo meu não ia ficar sentindo remorso de uma morte provocada. Que eu não aceitava qualquer negócio. Coisas assim.

Ele fez uma pausa, que aproveitou para enfiar de novo o dedo no nariz, mas dessa vez não tirou nada de lá de dentro. E concluiu:

– Agora você já sabe de tudo. Tentei assustar você pra evitar que contasse... É pela cabeça que se mata a cobra. Se você espalhar, vai ser pior pra todo mundo e a vaca vai por brejo: eu perco a boca mole, a Alba Luz perde o seu prazer, e vocês perdem a proteção da minha fama.

Agora era eu que andava num cortado, mas precisava tirar de letra o problema entalado:

– E o que é que eu faço ? — perguntei, bestamente.

– Diz que não teve coragem de me contar. Mas não precisa dizer que foi por medo. Diz que você não quis me ver de candeia às avessas, ou não quis me fazer sofrer. Bem sabe o coxo de que pé coxeia. Você vai se sair dessa, eu sei.. Ou talvez eu tenha de sumir daqui.

Saí com a garrafa e o abridor na mão, e prometi guardar o segredo dele. A macaco velho não se ensina a fazer caretas. Como eu disse, eu também me valia da fama dele. Não queria perder a boquinha no bar do Zeca, que acreditava nas minhas costas quentes. Não há romeiro que fale mal do seu bordão, por isso não havia risco de eu dar com a língua nos dentes.

As coisas não mudaram. Dei o recado pra turma: João Doido ficara envergonhado, mas não tomaria nenhuma providenciação. Não era homem de matar mulher nem de exercer seu honroso mister com passionalismo. Que talvez saísse da cidade. Coisas assim eu disse, e muitas, que já nem me lembro de quantas.

E um dia João Doido partiu de vez, levando Alba Luz e os filhos, e nunca mais voltou à Vila do Arco.

E é por isso que eu guardo no barzinho da minha casa a única velha garrafa de cachaça que ainda tenho completamente fechada.

**APÊNDICE - RELAÇÃO DE PROVÉRBIOS**

FORMAS ENCONTRADAS	FORMAS PADRÃO
1. A fama e a cama (p.6)	Cria fama e deita-te na cama.
2. Escorregar não é cair, é andar mais depressa (6).	Escorregar não é cair, é andar mais depressa.
3. É melhor ter um inimigo inteligente do que um amigo burro (6)	É melhor ter um inimigo inteligente do que um amigo ignorante.
4. Tudo se estima segundo se julga (6).	Tudo se estima segundo se julga.
5. Quanto mais se ordenha a vaca, maior lhe fica a teta (6).	Quanto mais se ordenha a vaca, maior lhe fica a teta.
6. E a mentira que todos contam acaba virando fato (6).	A mentira que todos contam vira verdade.
7. Onde morre a verdade, prevalece o engano (6)	Onde morre a verdade, prevalece o engano.
8. Há quem julgue a montada pelo arreio (...), (6)	Não julgues a montada pelo arreio.
9. Não é o bom garfo que faz o bom cozinheiro (6).	Não é o bom garfo que faz o bom cozinheiro.
10. João Doido foi a estopa de que se fez boa camisa (6).	Nunca a estopa fez boa camisa
11. Ruim é quem por ruim se tem (6).	Ruim é quem por ruim se tem.
12. O medo é pai da crença (p. 6)	O medo é pai da crença.
13. De ruim rosto nunca bom feitio (6).	De ruim rosto nunca bom feito.
14. É debaixo da cinza que se encontra o lume (6).	É debaixo da cinza que se encontra o lume.
15. (...) não segurava cabra pra outro mamar (p. 8)	Uns seguram a cabra e outros mamam.
16. (...) que não deixam passar camarão por malha (9).	Não deixes escapar camarão pela rede.
17. nem ir em corrida de ganso (9).	Quem entra em corrida de ganso é pato.
18. (...) e botar caroço no seu angu? (9).	Nesse angu tem caroço.
19. Só lhe estou dando a carne sem osso, para facilitar a empreitada (9).	Carne sem osso, proveito sem esforço.
20. Deus dá o pão mas não amassa a farinha (11).	Deus dá o pão mas não amassa a farinha.
21. Em pouco, muito se diz (11).	Em pouco, muito se diz.

22. É na cabeça que se mata a cobra (11).	É pela cabeça que se mata a cobra.
23. Muito longe vai quem sabe por onde vai (11).	Longe vai quem sabe por onde vai.
24. A apressadas perguntas, vagarosas respostas (11).	A apressadas perguntas, vagarosas respostas.
25. (...) a estender as pernas além das cobertas (11).	Não estendas a perna além das cobertas.
26. Ninguém sabe do pensamento a não ser o pensador (12).	Ninguém sabe do pensamento a não ser o pensador.
27. (...) na esperança de que cara não calhasse com a careta (12).	Diz a cara com a careta.
28. Não há montanha sem nevoeiro, não há mérito sem calúnia (12).	Não há montanha sem nevoeiro, não há mérito sem calúnia.
29. Todo calado por sábio é contado, (...) (12).	Todo calado por sábio é contado.
30. É só a cabeça que o avestruz esconde, na crença de estar oculto (12).	O avestruz esconde a cabeça para ocultar-se do mundo.
31. (...) no jogar verde pra colher maduro (13).	Joga-se verde para colher maduro.
32. Barbeiro novo aprende em barba de tolo. (13).	Na barba do tolo aprende o barbeiro novo.
33. Não é o freio de ouro que melhora o cavalo (14).	Não é o freio de ouro que melhora o cavalo.
34. Ranger os dentes não é morder (14).	Ranger os dentes não é morder.
35. De carneiro que recua é que vem a chifrada mais forte (15).	De carneiro que recua é que vem a chifrada mais forte.
36. A vida é prazer de quem não tem saber (15).	A vida é prazer de quem não tem saber.
37. Como a procurar cabeceira em mesa redonda (16)	Mesa redonda não tem cabeceira.
38. Ladrão que não é em flagra apanhado sempre passa por ser honrado (16).	Ladrão não apanhado sempre passa por honrado.
39. Ou não anda o pião sem a baraça? (16).	Não anda o pião sem a baraça.
40. Se é leve o fardo no ombro alheio, o de João pesava no de todos nós (16).	É leve o fardo no ombro alheio.
41. As águias não caçam moscas (16).	As águias não caçam moscas.
42. Bem sabe o couro onde aperta o sapato (16).	Não sabe o couro onde aperta o sapato. Cada um sabe onde aperta o sapato.

43. Amizade boa não é coisa que se decide no jogo (17).	Amizade não se decide no jogo.
44. Para andar com coxos é melhor coxear (17).	Para andar com coxos é melhor coxear.
45. Mas se ela já estava no embalo da dança, não adiantava parar a música (17).	Dança-se conforme a música.
46. (...) ou o costume não faz nova natureza? (p.17)	O costume altera a natureza.
47. Morta a cobra se acaba a peçonha (17)	Morta a cobra acaba-se a peçonha.
48. Quem não marralha, não junta palha (17).	Quem não marralha, não junta palha.
49. Nem de moço bom conselho, nem de esterco bom odor (18).	Nem de alva bom vencilho, nem de esterco bom odor. Nem de moço bom conselho, nem de puta bom amor.
50. Sou de mais amor e menos confiança (19).	Mais amor e menos confiança.
51. Gato a quem morde a cobra tem medo até de barbante (19).	Gato a quem morde a cobra tem medo de corda .
52. De saco de carvão não sai a farinha branca (20).	De saco de carvão não sai a farinha branca (20).
53. Não responder já é resposta (20).	Não responder já é resposta.
54. Em terra barrenta até areia é estrume (20).	Em terra barrenta areia é estrume.
55. Mais vale um bom desengano do que andar toda a vida enganado (20).	Mais vale um bom desengano do que andar toda a vida enganado.
56. A ruim ovelha a lã se pega (20).	A ruim ovelha a lã se pega.
57. Ninguém se levanta sem primeiro ter caído (20).	Ninguém se levanta sem primeiro ter caído.
58. Mas à erva ruim não cresta a geada (20).	À erva ruim não cresta a geada.
59. Pé de galinha não mata pinto (20).	Pé de galinha não mata pinto.
60. Vai me ensinando logo a canção que eu não conheço (21).	Toda canção tem seu lelelê/ trelelê.
61. O que não se começa, não se acaba (21).	O que não se começa, não se acaba.
62. Quem cospe para cima se arrisca a receber o cuspe de	Não cuspa para cima que lhe cai na cara .

volta na cara (21).	
63. Mas a razão espanta o medo. (21).	A razão espanta o medo. Quem não deve não teme.
64. Quem diz a verdade pode perder a amizade. (21).	Quem diz a verdade, perde a amizade.
65. (...) mas não merece castigo (21).	Quem diz a verdade não merece castigo.
66. Cera demais pode queimar a igreja (22).	Cera sobeja queima a igreja.
67. Não se pode enganar todo mundo sempre (22).	Não se engana todo mundo o tempo todo.
68. O raio não cai em pau deitado (22).	O raio não cai em pau deitado.
69. Quem semeia espinho não pode andar descalço (22).	Não anda descalço quem espinhos semeia.
70. (...) mas é só pra segurar a cabra (22)	Uns seguram a cabra, outros mamam.
71. Prata ruim não cai da prateleira (22).	Vaso ruim não cai da prateleira.
72. Era tão caipora que se caísse de costas quebraria o nariz (22).	Quando se está infeliz se cai de costas e quebra o nariz.
73. Toda cuba cheira ao vinho que tem (22).	Toda cuba cheira ao vinho que tem.
74. Até no melhor pano pode cair a nódoa (23).	No melhor pano cai a nódoa.
75. É pela cabeça que se mata a cobra (23).	É na cabeça que se mata a cobra.
76. (...) a vaca vai por brejo (23).	Depois que a vaca vai para o brejo, não adianta fechar a porteira.
77. Bem sabe o coxo de que pé coxeia (23).	Bem sabe o coxo de que pé coxeia.
78. A macaco velho não se ensina a fazer caretas (23).	A macaco velho não se ensina a fazer caretas.
79. Não há romeiro que fale mal do seu bordão (23).	Não há romeiro que fale mal do seu bordão.